

ELI COELHO GUIMARÃES CARNEIRO

**O TRABALHADOR - ALUNO DO RIOEJA:
REALIDADE E ILUSÃO**

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
MESTRADO EM EDUCAÇÃO
GOIÂNIA - 2009

ELI COELHO GUIMARÃES CARNEIRO

**O TRABALHADOR - ALUNO DO RIOEJA:
REALIDADE E ILUSÃO**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Mestrado em Educação da Universidade Católica de Goiás como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Dra. Lúcia Helena Rincón Afonso.

GOIÂNIA
2009

C289t Carneiro, Eli Coelho Guimarães.
O trabalhador-aluno do RioEja : realidade e ilusão / Eli
Coelho Guimarães Carneiro. – 2009.
143 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Católica de Goiás,
Departamento de Educação, 2009.
“Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lúcia Helena Rincón Afonso”.

1. Educação de jovens e adultos – EJA – trabalhadores
– Rio Verde (GO). 2. Educação – trabalho. 3. Projeto
RioEja – Rio Verde (GO). I. Título.

CDU: 374.32/.7(817.3Rio Verde)(043.3)
37.035.3

Banca Examinadora

.....
Prof^a. Dra. Lúcia Helena Rincón Afonso
Universidade Católica de Goiás - UCG

.....
Prof^a Dra. Maria Francisca de Souza
Carvalho Bites
Universidade Católica de Goiás – UCG

.....
Prof^a Dra. Lenita Maria Junqueira Schultz
NPG – SPB. IPA

.....
Prof^a Dra. Maria Esperança Carneiro
Universidade Católica de Goiás - UCG
Suplente

Data:

Dedico:

A todos(as) trabalhadores(as) alunos(as) do projeto RioEja, pela contribuição à essa pesquisa; a eles (as) minha gratidão e admiração pelo esforço incansável, na luta pela sobrevivência e permanência na escola. Que a escola possa nos ajudar a compreender a singularidade desses alunos (as) trabalhadores(as).

AGRADECIMENTOS

Ao Deus da minha vida, tudo que tenho tudo que sou vem de ti Senhor.

Ao Venâncio meu esposo e companheiro, obrigada! Não porque eu venci mas porque nós vencemos. Só você sabe da nossa luta tanto financeira quanto física e emocional, mas vencemos mais um desafio em nossas vidas. A você cabe uma parcela dessa conquista.

Ao meu filho Matheus, meu maior tesouro, pela compreensão nas ausências.

A minha mãe Divina, que também lutou muito para conseguir se alfabetizar e tanto se esforçou que foi professora do Mobral. Obrigada pelo exemplo e ajuda. À minha irmã Izabel pelo carinho, hospedagem e carona nesses anos de estudo.

Aos meus sobrinhos Gisele, Paulo Rogério e Ramon sempre dispostos a me ajudar.

Ao meu irmão Ezequiel, que mesmo de longe tenho certeza que estava torcendo por mim.

E meus irmãos Joel e Evaristo que também vivem essa realidade pesquisada.

A professora Lúcia Helena Rincón Afonso, minha orientadora, minha gratidão pelo carinho, competência e comprometimento. Muito obrigada!

A professora Maria Francisca Bites, pelo carinho e respeito com que você trata os seus alunos(as). Eu sou uma delas.

A professora Lenita,

A Sabrina, secretaria do Mestrado em Educação, que sempre me recebeu com muita competência e carinho.

Aos colegas do mestrado, especialmente a Shirley Mar, com quem pude compartilhar momentos de angústias e incertezas, mas também de muitas alegrias.

As coordenadoras da EJA e do projeto RioEja, que tão educadamente me receberam para as entrevistas.

A grande amiga Luciana pela amizade e torcida.

Aos colegas e amigos de trabalho especialmente a professora Maria Graça e o professor José Reinaldo e todos(as) os meus alunos(as).

A Maria Aparecida de Loiola, que me ajudou a colocar o trabalho dentro das normas.

Ao Pastor Carvalho, sua esposa Luzinete, filhos e todos que freqüentam a sua igreja. Obrigada pelas orações e torcida.

A minha sogra Geralda Thomasia e minhas cunhadas Emília, Leni e Leci.

LISTA DE SIGLAS

| | |
|--------|---|
| ABE | Associação Brasileira de Educação |
| SENAI | Serviço Nacional de Indústria |
| LDB | Lei de Diretrizes e Bases da Educação |
| EJA | Educação de Jovens e Adultos |
| MOBRAL | Movimento Brasileiro de Alfabetização |
| PNE | Plano Nacional da Educação |
| Art. | Artigo |
| TCH | Teoria do Capital Humano |
| PNAD | Plano Nacional de Amostragem Domiciliar |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| CNE | Conselho Nacional de Educação |
| SME | Secretaria Municipal de Educação |
| SMERV | Secretaria Municipal de Educação de Rio Verde |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1 – Principais indústrias de Rio Verde até 2008..... | 47 |
| Tabela 2 – Principais projetos de investimentos privados em Rio Verde até 2006..... | 48 |
| Tabela 3 – Número de Escolas da Rede Municipal de Rio Verde – GO..... | 54 |
| Tabela 4 – Número de Alunos por Modalidade de Ensino da Rede Municipal de Rio Verde – GO..... | 55 |
| Tabela 5 – Número de Alunos por Modalidade de Ensino da Rede Municipal de Rio Verde – GO..... | 55 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| GRÁFICO 1 – Gênero | 64 |
| GRÁFICO 2 - Faixa etária | 64 |
| GRÁFICO 3 – Motivos para buscar a educação | 65 |
| GRÁFICO 4 – Residência | 66 |
| GRÁFICO 5 - Renda salarial familiar | 67 |
| GRÁFICO 6 – Cidade de origem | 68 |
| GRÁFICO 7 – Escolaridade dos pais | 69 |
| GRÁFICO 8 – Outros cursos | 70 |
| GRÁFICO 9 – Acesso a informática | 70 |
| GRÁFICO 10 – Idade que começaram a trabalhar | 71 |
| GRÁFICO 11 – Estímulo dentro do trabalho..... | 72 |
| GRÁFICO 12 – Benefícios com o curso | 74 |
| GRÁFICO 13 – Gostam do curso | 75 |
| GRÁFICO 14 – Seguir nos estudos/ Fazer curso superior | 77 |

RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) adquire espaço no sistema educativo, visto que se organiza em defesa daqueles que tiveram seus direitos à escolarização retirados no período regular de suas vidas. É nesse contexto que analiso o processo de formação do consenso sobre a visão de educação que foi norteando a qualidade do ensino da Educação de Jovens e Adultos oferecida pelo RioEJA, mostrando a realidade e ilusão de uma população trabalhadora, além de discutir as interferências nas relações de trabalho destes(as) educandos(as). Para isso, fez-se necessário conhecer um pouco da Educação de Jovens e Adultos e seu processo ao longo da história. Foi proposto como referencial teórico o método dialético o qual está vinculado a uma concepção de realidade, de mundo e de vida. Nesse sentido, o problema desta investigação é: A educação oferecida pelo projeto RioEja aos trabalhadores de Rio Verde, atende às necessidades e expectativas dos trabalhadores/ estudantes? Portanto, o objetivo geral deste estudo é analisar o trabalhador aluno do RioEja, na perspectiva da realidade e da ilusão. Os objetivos específicos são: Investigar quem são os estudantes/trabalhadores que procuram o projeto, qual a sua origem social, sua formação, suas expectativas ao se inscreverem no projeto e seus planos para o futuro, e analisar se o ensino ministrado pelo projeto RioEja corresponde às expectativas e às perspectivas dos alunos trabalhadores. Esta investigação empreendeu uma pesquisa bibliográfica do tipo qualitativa. A pesquisa de campo foi realizada na escola onde funcionava a última turma do projeto RioEja. Sendo o nosso objeto de estudo algo vivo e que está em constante movimento, utilizamos vários procedimentos metodológicos como: Análise documental de leis resoluções, diretrizes, do projeto RioEja; questionários entrevistas com alunos(as) do projeto e também entrevistas com as coordenadoras do projeto. Foram aplicados 25 questionários e 9 entrevistas. Ao concluir, nota-se que existe uma luta pela sobrevivência tanto na infância quanto na vida adulta. Conforme pesquisa realizada, o trabalho como atividade econômica continua sendo o empecilho para que muitos alunos freqüentem a escola, e os trabalhadores-alunos retornam à escola em busca de um emprego melhor, acreditando que após concluir os estudos irão conseguir um bom emprego ou uma colocação melhor. Conclui-se, também, que resta-nos pensar em como organizar essa escola para atender as especificidade e anseios desses alunos(as) trabalhadores(as) diante das crescentes transformações pelas quais vem passando o sistema educativo e também o mundo do trabalho.

Palavras-chave: Educação, RioEja, mundo do trabalho.

ABSTRACT

The program “Educação para Jovens e Adultos” (EJA) acquires space in the educational system, since it is organized in defense of those who had their rights to education taken off from the period of their regular lives. It is in this context that I analyze the process of formation of the consensus on the view of education that was guiding the quality of education of adult and youth people offered by RioEja, showing the reality and illusion of a working population, besides discussing the interference in the work relations of these students. For this, it is necessary to know a little of this program and its process throughout history. A theoretical reference was proposed as the dialectical method that is linked to a reality, world and life conception. Accordingly, this research problem is: does the education provided by the project RioEJA to employees of Rio Verde, meets the needs and expectations of employees/students? Therefore, the objective of this study is to analyze the employee student of RioEja in the perspective of reality and illusion. The specific objectives are: to investigate who the students/employees are, what they are seeking at the project, what their social origin is, what their education is, what their expectations are when they join the project, their plans for the future, and whether the education provided by the project RioEja meets the expectations and perspectives of working students. This was a qualitative bibliographic research. The field research was conducted at the school where the last group of the project RioEja was attending classes. As our object of study were people who were in constant motion, we used different methodological procedures such as documentary analysis of law resolutions, guidelines, from the project RioEja - questionnaires interviews with students from the project and interviews with the coordinators of the project. Twenty-five questionnaires and 9 interviews were applied. In conclusion, we observe that there is a struggle for survival both in childhood as in adulthood. According to the research conducted, working remains being the obstacle for many students to school, and working students returned to school in search for a better job, believing that after completing their studies they will get a good job or a better position at work. We also conclude that it is left for us thinking about how to organize the school to meet the specific specificity of students who work towards the growing changes that the educational system and the job market have been going through.

Key-words: education, Rio-Eja, job market.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| LISTA DE SIGLAS | 8 |
| LISTA DE TABELAS | 9 |
| LISTA DE GRÁFICO | 10 |
| RESUMO | 11 |
| ABSTRACT | 12 |
| INTRODUÇÃO | 13 |
| | |
| CAPÍTULO I | 19 |
| O Capitalismo e a organização das escolas para formação de trabalhadores no Brasil | 19 |
| 1.1 A implantação da indústria no Brasil e a preparação de mão – de – obra. | 24 |
| 1.2 Educação de Jovens e Adultos | 32 |
| | |
| CAPÍTULO II | 46 |
| EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM RIO VERDE | 46 |
| 2.1 Contextualizando o Município de Rio Verde | 46 |
| 2.2 Sobre o sistema municipal de ensino de Rio Verde | 50 |
| 2.3 A educação de jovens e adultos em Rio Verde | 56 |
| 2.4 Conhecendo o Projeto RioEja | 58 |
| | |
| CAPÍTULO III | 63 |
| O TRABALHADOR-ALUNO DO RioEja: REALIDADE E ILUSÃO | 63 |
| | |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 78 |
| REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 82 |
| ANEXOS | 87 |

INTRODUÇÃO

Vivemos num mundo onde as desigualdades entre as pessoas acentuam-se cada vez mais, tanto no campo social, econômico e cultural, como no campo educacional. Nesse cenário, a idéia de que a educação é o caminho para superação dos problemas sociais ganha ainda mais destaque, assinalando-se como elemento significativo para a reestruturação da sociedade.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA)¹, nessa conjuntura, adquire espaço no sistema educativo, visto que se organiza em defesa daqueles que tiveram seu direito à escolarização retirado no período regular de suas vidas. Na reparação dessa dívida social, vêm sendo criados programas no sentido de garantir o acesso dos jovens e adultos ao ambiente escolar. Mas pensar a escola pública para os trabalhadores reais é uma tarefa urgente e instituí-la de fato e de direito significa que os brasileiros, das camadas populares, possam ver seu direito de escolarizar-se efetivar-se, na idade certa e principalmente, em uma escola de qualidade social, para que as escolhas profissionais sejam feitas em condições de igualdade.

É nessa perspectiva, de que a formação na sociedade de classes se faz para o trabalho, que abordo, nessa pesquisa, a formação dos trabalhadores em um projeto de EJA (o projeto RioEja), e para o qual, apresento uma determinada compreensão do conceito de trabalho.

Para melhor compreender a realidade sobre a qual debrucei, procurei, dialogar com alguns teóricos do campo da educação e, ao longo da análise vou explicitando meu entendimento sobre o conceito de educação. Como o problema de minha pesquisa coloca a relação entre educação e trabalho, apresento a seguir algumas reflexões sobre o conceito de trabalho as quais me permitiram compreendê-lo como princípio educativo.

¹ A Educação de Jovens e Adultos será assim referida ao longo da dissertação.

Compreendendo o conceito de trabalho historicamente

Se, entendemos por trabalho, toda a atividade do homem transformando a natureza, a relação entre trabalho e realização humana parece evidente. Essa relação é muito antiga.

Na sociedade grega, que é considerada o berço da democracia, considerava-se natural a grande maioria serem escravos.

Segundo Ribeiro (2000), Aristóteles dizia:

Todos aqueles que nada tem de melhor para nos oferecer que o uso do seu corpo e dos seus membros são condenados pela natureza à escravidão. É melhor para eles servir que serem abandonados a si próprios. Numa palavra é naturalmente escravo quem tem tão pouca alma e tão poucos meios que deve resolver-se a depender de outrem (...) o uso dos escravos e dos animais é aproximadamente o mesmo.

Por ser tido como degradante, cansativo e rotineiro não exigindo capacidade reflexiva, o trabalho manual era para os escravos e não cidadãos.

Na idade média grande parcela da população apesar de livre em relação aos senhores proprietários voltava-se para a terra em luta pela sobrevivência. O trabalho era visto como meio de subsistência e era condenado como forma de enriquecimento. Na Idade Média a servidão era justificada pela ordem divina.

A ociosidade era destinada aos que dedicavam à política, ao sacerdócio, ou seja, os que exerciam poder. Os trabalhadores possuíam uma relativa liberdade no uso de seu tempo.

Com a crise do feudalismo e o desenvolvimento do comércio e manufaturas, começava a organizar-se uma estrutura social, que seria o capitalismo com base na divisão da sociedade em classes sociais.

Segundo Aranha (2006, p.192):

A burguesia começou a surgir ainda durante a Idade Média com os segmentos de comerciantes e artesões, que lentamente desestruturavam a antiga ordem feudal, em direção ao modo de produção capitalista. A economia burguesa caracterizava-se pela abolição da servidão,

substituindo-a pelo trabalhador assalariado, o proletariado, mão-de-obra destituída de capital, que a partir do século XVII, se aglomerava nas fábricas das cidades, deslocando-se o eixo da economia do campo para a cidade. O capitalismo defende a economia de mercado segundo a qual existe um equilíbrio natural decorrente da lei da oferta e da procura, o que segundo os ideólogos reduziria a necessidade de intervenção do Estado. Essa teoria do Estado mínimo resultou do esforço empreendido pela burguesia para se livrar da interferência de reis absolutistas na gestão dos seus negócios. Outras características da economia de mercado são a defesa da propriedade privada dos meios de produção e a garantia de funcionamento da economia segundo o princípio de lucro e da livre iniciativa.

O sistema escravista foi desaparecendo surgindo em seu lugar o trabalho dos servos, que embora livres dependiam de seus senhores.

O artesão que, na manufatura medieval, detinha as ferramentas e a autonomia no uso de seu tempo, desapareceu submetendo ao império do capital a separação entre o trabalhador e a propriedade dos meios de produção. Capital e o trabalho constituem a essência do sistema capitalista. Segundo Siqueira, Viero, Viegas (1999), o trabalhador moderno perdeu o que os artesões das oficinas, em períodos pré-capitalistas tinham o conhecimento da totalidade do processo de seu trabalho e o comando sobre o mesmo.

O trabalho parcelado, fragmentado permite maior exploração do trabalhador e nesse contexto o ensino não precisa ser mais do que executar tarefas. Segundo Bruno (1996, p. 96), as relações sociais estabelecidas seguem o caminho da fragmentação, da heterogeneidade e da complexidade do trabalho. Desde a terceira Revolução Industrial, o mundo globalizado com as novas tecnologias das informações, a micro eletrônica, a informática e técnicas afins, têm a característica de empregar novas formas de organização do trabalho. Essa revolução tem fixado marcas da exclusão; a força de trabalho é dividida em trabalho do centro e da periferia, dicotomizado; o grupo que possui conhecimento, sobretudo tecnológico, produzindo relações desiguais de poder pelo saber e pela vontade econômica e o grupo que não possui tais características, é excluído do processo.

Neste sentido, a formação das novas gerações de trabalhadores, no atual contexto, impõe exigências amplas e complexas

desde o deslocamento do foco da exploração do componente muscular para o componente intelectual.

Historicamente, os projetos educacionais empreendidos ao longo do século XX, tendo continuidade nesse início de século, vêm fazendo ajustes de modo a corrigir as distorções que, porventura, não estivessem indo ao encontro das determinações estruturais da sociedade capitalista, aproximando, cada vez mais, a escola do trabalho, aos interesses do mercado, por meio de sucessivos projetos. É nesse contexto que analiso como foi se formando o consenso sobre a visão de educação que norteou o ensino oferecido pelo Projeto RioEja na cidade de Rio Verde entre os anos de 2003 / 2008 (Anexo 1).

A pesquisa feita junto aos alunos deste projeto de Educação de Jovens e Adultos, no ano de 2008, permite apontar como se configuram realidade e ilusão no imaginário de uma população trabalhadora.

No Brasil quando se discute educação, é preciso considerar inúmeros aspectos como as situações sociais, econômicas e culturais típicas, que obrigam a refletir sobre como se aproximam e se articulam as ações promovidas nas esferas de governo nos âmbitos municipal, estadual e federal e se essas ações refletem os anseios da população no que diz respeito à escolaridade e à formação para o trabalho.

Sendo assim, este trabalho tem como título “O trabalhador-aluno do RioEja: realidade e Ilusão” e discute as implicações desse projeto na vida e nas relações de trabalho destes(as) educandos(as).

Para tanto considerou-se necessário conhecer um pouco da Educação de Jovens e Adultos e seu processo ao longo da história e também compreender a história dessa realidade. Marx (1978, p.17) diz “Os homens fazem a própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstância de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”.

Historicamente a Educação de Jovens e Adultos sempre foi vista como compensação, os jovens e adultos trabalhadores fazem parte de uma parcela da população marcada pela exclusão, não sendo diferente no caso dos alunos do projeto RioEja.

Propôs-se então, como referencial teórico o método dialético o qual está vinculado a uma concepção de realidade, de mundo e de vida Frigotto (1989) afirma que precisamos ver o objeto de estudo em sua objetividade, pois da forma como se apresenta não é transparente, há uma nebulosidade que se instaura nele e que o envolve e, assim, faz se necessário buscar sua aparência para se chegar à essência, localizando suas contradições e analisando-as em seu processo.

Assim, nesta investigação empreendeu-se uma pesquisa do tipo qualitativa, considerando que esse tipo de pesquisa “se desenvolve numa situação natural, é rica em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada” (LUDKÈ ANDRÈ 1986, p.18).

A pesquisa de campo foi realizada na escola onde funcionava a última turma do projeto RioEja.

A partir da revisão bibliográfica, foi possível conhecer a história da EJA no Brasil, tendo como pano de fundo a história da educação em geral. Autores como: FREIRE, ARANHA, BRUNO, ANTUNNES, dentre outros, que discutem a educação e o mundo do trabalho, foram também estudados.

Sendo o nosso objeto de estudo algo vivo e que está em constante movimento, utilizamos vários procedimentos metodológicos como: Análise documental, leis resoluções, diretrizes, o Projeto RioEja como documento, questionários (Anexo 2), entrevistas com alunos(as) do projeto RioEja (Anexo 3) e também entrevistas com as coordenadoras do projeto (Anexo 4) .

Foram aplicados 25 questionários, 02 entrevistas com as coordenadoras e 7 entrevistas com os alunos com o intuito de buscar aspectos relevantes da história de vida dos (as) entrevistados (as) e também como percebem essa realidade mundo do trabalho e sua relação com a educação.

Nesse sentido, o problema desta investigação colocou-se como uma indagação que orientou os passos da pesquisadora procurando esclarecer se a educação oferecida pelo projeto RioEja aos

trabalhadores de Rio Verde, atendia às necessidades e expectativas dos trabalhadores/ estudantes.

Procurou-se objetivar a análise sobre o trabalhador aluno do RioEja, dentro da realidade e perceber como se manifestavam seus sonhos e ilusões. E isto foi feito, investigando quem foram os estudantes/trabalhadores que procuraram o projeto, qual a sua origem social, sua formação, suas expectativas ao se inscreverem no projeto e suas perspectivas futuras, e analisando se o ensino ministrado através do projeto RioEja correspondeu às expectativas e às perspectivas dos alunos trabalhadores.

Para dar maior organicidade a esta dissertação, o presente trabalho foi organizado em 03 capítulos.

O capítulo I, O Capitalismo e a organização das escolas para formação de trabalhadores no Brasil, foi desenvolvido em dois eixos: A implantação da indústria no Brasil, e como se situa neste contexto a Educação de Jovens e Adultos.

No capítulo II, A educação de jovens e Adultos em Rio Verde, foi subdividido em três aspectos, contextualizando a cidade de Rio Verde, a educação de Jovens e Adultos em Rio Verde e, finalmente, conhecendo o projeto RioEja.

No capítulo III, intitulado "O trabalhador aluno do RioEja; Realidade e Ilusão" busca-se apresentar a realidade dos trabalhadores alunos do RioEja em Rio Verde. Foram processados os discursos dos alunos que serviram como dados proferidos pelos trabalhadores bem como as contribuições apreendidas dos vários autores dessa temática.

Espera-se que os resultados aqui apresentados possam contribuir para o enriquecimento das discussões em torno da educação de jovens e adultos.

CAPÍTULO I

O Capitalismo e a organização das escolas para formação de trabalhadores no Brasil

No período que antecedeu a industrialização no Brasil, o sistema educacional montado pelos jesuítas cumpria com uma série de funções, também importantes para a coroa portuguesa.

A fase colonial caracterizava-se pela inexistência de instituições autônomas que compusessem a sociedade política. Essa se reduzia as representações locais do poder da metrópole. Segundo Aranha (2006, p. 47) “o sistema de ensino esteve sob o domínio dos jesuítas, estes com a missão de catequizar e instruir os indígenas.”

Werebe (1994, p. 21) também enfatiza o período colonial como sendo o de catequizar os índios e acrescenta que, além disso, “eles se tornariam mais submissos e poderiam aceitar o trabalho que deles exigiam os colonizadores”.

Esses trabalhadores deveriam atender a uma infra-estrutura que correspondia a uma força do trabalho composta por escravos, numa sociedade composta também pelo clero, por latifundiários e donos de engenhos, e os administradores portugueses representantes da coroa na colônia.

Os colégios funcionavam como centros que apregoavam o cristianismo e a ideologia dos colonizadores, subjugando pacificamente os indígenas e tornando obediente a população escrava, bem como formando os quadros dirigentes da administração colonial. Assim, a igreja utilizando-se também da escola, auxiliou a classe dominante (latifundiários e representantes da coroa portuguesa) da qual participava, a subjugar de forma pacífica as classes subalternas, mantendo as relações de produção implantadas.

Segundo Romanelli (1986, p. 36)

símbolo de classe, esse tipo de educação livresco-acadêmica e aristocrática foi fator coadjuvante na construção das estruturas de poder na colônia. Isso porque a classe dirigente, aos poucos foi tomando consciência do poder da educação na formação de seus representantes políticos junto ao poder público.

Em suma, a educação esteve, durante o período colonial, a serviço de interesses alheios ao sentido real da instrução, ou seja, o da formação integral do indivíduo.

Embora tenha provocado a regressão do sistema educativo da Colônia, a expulsão dos jesuítas afetou menos a educação popular que a das elites, pois o sistema de ensino por eles montado fora se transformando, progressivamente num sistema cada vez mais destinado à elite, de acordo com os objetivos educacionais definidos pela Companhia de Jesus no final do século XVI.

Com a vinda da família real para o Brasil, D. João VI foi levado a criar rapidamente várias instituições de ensino para atender as necessidades da colônia. Segundo Aranha (2006, p. 150);

Devido aos atritos da corte com Napoleão, 1808, a família real portuguesa se muda para a colônia, sob a proteção da Inglaterra. A cidade do Rio de Janeiro precisa então adaptar-se rapidamente ao grande número de cortesões que invadem suas casas e ruas pacatas. A vida em Vila Rica, Salvador e Recife também se altera graças às novas exigências administrativas.

A preferência de D. João VI é para o ensino superior, sendo que seu interesse não se estendeu aos demais graus da educação. Ainda segundo Aranha (2006, p. 153) “as poucas medidas tomadas foram desastrosas como a reforma de 1854, que procedeu a descentralização, deixando às províncias o ensino secundário e o elementar”.

Os descontentes das classes dominantes da colônia apoiados em outras camadas sociais, intensificaram o movimento em favor da independência do Brasil que foi proclamada em 1822. Mas em relação à educação popular não mudou nada; segundo Werebe (1994, p. 30) “não faltam denúncias relativas à situação desastrosa do ensino no

país, na assembléia ou fora dela. Idéias e projetos foram apresentados, discutidos, mas não chegaram a concretizar-se”.

Verificou-se, todavia, por volta de 1870 um surto de progresso na economia brasileira, com conseqüência sobre sua organização social e começam a partir daí a se introduzir idéias liberais e pronunciamentos em favor da educação do povo num sentido mais amplo. No Império e na Primeira República, a Igreja continuou, basicamente, com o controle das instituições de ensino. A economia nesse período continuava predominantemente, agroexportadora. A força de trabalho escrava era, em parte, trocada pela dos imigrantes, principalmente no fim do Império quando se passa ao regime de trabalho livre, que também não exigia da escola quase nenhuma qualificação.

Isso também é o que afirma Paiva (1987, p. 54) quando relata que “o que mais se sobressaiu neste período foi o parecer do projeto de Rui Barbosa de 1882, dando o primeiro diagnóstico da educação popular no país, e que se aproxima do que chamamos de realismo em educação”. Esse projeto de Rui Barbosa, sobressaiu somente depois que foi estabelecido o Ato Adicional, interpretado pelo Ministro Rodolfo Dantas, salientando a importância de se disseminarem escolas normais pelas províncias e de criar um fundo econômico para o incremento da educação popular.

A escola pública brasileira parece ter sido negada as classes trabalhadoras; mesmo com a aparência de ter sido criada para elas, a maneira como é concebida mediante diretrizes, métodos, currículos utilizados, historicamente, foram sempre determinados pelos que estão no poder, criando uma dívida social para com a classe trabalhadora. A consolidação de políticas públicas que efetivamente alterassem o quadro de divisão social, ao longo do tempo, sempre foi deixada em segundo plano. A maneira como foi sendo constituída a escola pública acabou excluindo os que mais precisavam dela, a classe trabalhadora.

Vê-se, portanto que a divisão da sociedade em classes repercute diretamente sobre a função exercida na passagem dos alunos de um grau escolar para outro, pois antes do século XIX os

papéis sociais, ocupacionais e pessoais eram determinados pelo nascimento, sendo a escolarização irrelevante para o processo de seleção ocupacional, mas importante para oferecer experiências diversificadas e preparar para diferentes estilos de vida. Como a escola é a transmissora do saber sistematizado e historicamente acumulado, devendo ser fonte de apropriação da herança social pelos que estão no seu interior, o que se nota é que de um lado grande parte da população está excluída do processo educativo formal, e do outro, a maioria que frequenta a escola não têm sido oferecidas condições para a apropriação do conhecimento.

A evolução da estrutura educacional passou por fases que se estenderam desde o predomínio absoluto, em que a educação, então, organiza-se não mais de forma fragmentada; isso se deu por causa do avanço e do fortalecimento do regime centralizador, mas de forma que refletisse as contradições próprias de um novo sistema (ROMANELLI, 1986).

No início do século XX, encontramos fatores que alteravam o interesse da classe trabalhadora por escolarização. Segundo Werebe, (1994, p. 47), “com o desenvolvimento industrial, as duas classes que se desenvolveram foram levadas ao confronto: a burguesia industrial e o operariado”. Este, envolvido por movimentos políticos, passou a reivindicar a melhoria de salários e de condições de trabalho em greves que se sucederam. Neste quadro surgem educadores que reivindicam mudanças na educação.

Esses educadores foram influenciados pelos movimentos em favor da escola nova que se desenvolveram na Europa e, sobretudo nos Estados Unidos. Alguns acreditavam no poder reformador da educação. “Muitos deles realizavam reformas educacionais importantes em alguns estados” (WEREBE, 1994, p. 47).

Eram eles: Sampaio Dória em São Paulo (1920), Anísio Teixeira na Bahia (1925), Carneiro Leão em Pernambuco (1926), Francisco Campos e Mário Casassanta em Minas Gerais (1927), Fernando de Azevedo no Distrito Federal (1928) e Lourenço Filho no Ceará (1932).

Nesse ambiente, foi criada a Associação Brasileira de Educação (ABE) em 1924, reunindo não apenas educadores já famosos mas também outros menos conhecidos. A ABE possibilitou os encontros entre esses educadores que puderam assim analisar e debater os principais problemas de ensino no país.

Em 1929, uma crise financeira gerou insegurança no mundo inteiro. Segundo Aranha (1997, p. 195), esse problema financeiro, no Brasil,

(...) desencadeia a crise do café cujas conseqüências acabam sendo de certa forma benéficas por provocar uma reação dinâmica, com o crescimento do mercado interno e a queda das exportações, o que resulta em maior oportunidade para a indústria brasileira.

Nota-se, na década de 30, que uma importante facção da intelectualidade brasileira, apontou a ideologia burguesa colocada como hegemônica nas escolas e na sociedade, numa reação contra uma pedagogia efetivamente democrática vinda do Movimento Operário. Em termos gerais, podemos dizer que, na perspectiva de análise de muitos teóricos atuais, o projeto de reforma educacional defendido em 30, não foi realmente democrático, mas, longe disto, contribuiu para fortalecer a estrutura de apropriação e autoritarismo da classe dominante sobre as massas. Trata-se de um projeto que não propunha superar as contradições da sociedade capitalista, mas, ao contrário, constitui-se em um meio de ratificação da sociedade capitalista. É um projeto que possibilitava firmar a ideologia burguesa, perpetuar as diferenças sociais (SCHAFF, 1995).

A Revolução de 30 foi o marco referencial para a entrada do Brasil no mundo capitalista de produção. A acumulação de capital, do período anterior, permitiu com que o Brasil pudesse investir no mercado interno e na produção industrial. A nova realidade brasileira passou a exigir uma mão-de-obra especializada e para tal era preciso investir na educação. Grande parte das pessoas que pertencia ao grupo agrário exportador acabou migrando para o novo grupo industrial urbano, com a implantação da indústria passa a haver uma

preocupação maior em oferecer-se educação para a classe trabalhadora devido à necessidade de se preparar mão-de-obra para trabalhar na fábrica.

Em 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública e, em 1931, o governo provisório sanciona decretos criando o ensino secundário e as universidades brasileiras. Estes Decretos ficaram conhecidos como Reforma Francisco Campos.

Apesar desses esforços empreendidos e centrados no ensino secundário, essa reforma nada fez pela educação popular. Em 1932 um grupo de educadores lançou o “manifesto dos pioneiros da educação nova.” Segundo Aranha (1997, p.198):

o documento defende a educação obrigatória, pública, gratuita e leiga como dever do Estado, a ser implantada em programa de âmbito nacional, critica o sistema dual, que destina uma escola para os ricos e outra para os pobres, reivindicando a escola básica única.

Com o intuito de ampliar a rede de escolas públicas, de maneira a assegurar a educação popular ou com o objetivo de introduzir nas escolas uma pedagogia mais moderna, estes educadores provocaram choques entre interesses absolutamente contrários: segundo Aranha (1997, p. 198) ao combater a escola elitista e acadêmica tradicional, que se achava sob o monopólio da Igreja e ao defender a laicidade e a coeducação, os escolanovistas acirraram os ânimos e a reação dos católicos conservadores para os quais apenas a educação baseada em princípios cristãos seria verdadeira.

1.1 A implantação da indústria no Brasil e a preparação de mão – de – obra.

A implantação da indústria no Brasil exigiu a qualificação de mão-de-obra, mas isso não significou muitas mudanças na educação, a concepção de Estado permaneceu, visto que as escolas que antes existiam foram mantidas, sem alterações curriculares.

A Era Vargas que durou de 1930 a 1945, representou convivência de forças contrárias. O modelo de industrialização adotado e adaptado no Brasil não alterou a estrutura decisória.

A crise mundial de 1929 que afetou o Brasil instalando a crise cafeeira, levou à baixa dos preços do café e fez com que os capitais de investimentos se deslocassem para outros setores produtivos.

Segundo Romanelli (1986, p. 48), “economicamente falando, a crise se acentuou quando a política econômica da guerra, que visava a proteger os preços do café no mercado internacional, já não pode ser sustentada, devido às bases sobre as quais se vinha processando”. A situação do mercado mundial, portanto, acabou acarretando a queda das exportações de café, ao mesmo tempo em que a crise geral fez cessar a entrada de capitais. Daí resultou, para nossa capacidade de importar acentuada diminuição, seja pela impossibilidade de manter o mesmo nível das exportações seja, pela destruição de nossas reservas causada pela retirada de capitais.

A falta de divisas impôs a restrição da importação de bens de consumo. Esses fatores acabaram contribuindo para o fortalecimento da produção industrial no Brasil.

A classe até então hegemônica dos latifundiários cafeicultores começa a ter que dividir o poder com a burguesia em ascensão.

Com o auxílio de alguns grupos militares apoiado pela burguesia, Vargas assume o poder em 1930 e em 1937 implantou o Estado Novo, e em relação às instituições de ensino segundo Werebe (1994, p.53), “o governo manteve uma atitude ambígua em relação às lutas que se travavam no terreno da educação”.

A constituição de 1934 refletiu, em parte, algumas reivindicações educacionais dos anos 20 e início da década de 30. A carta de 34 procurou assegurar o estabelecimento de um plano nacional da educação: as diretrizes ficavam a cargo do governo federal, cabendo aos estados a organização e a manutenção de seus sistemas de ensino. Fixou também recursos mínimos que a união deveria consagrar ao ensino (10% de seus impostos), bem como os estados e municípios (20% de seus impostos).

A nova constituição de 1937, absorve um pouco dessa legislação de ensino que vinha sendo elaborada, e é introduzido o ensino profissionalizante. Segundo Werebe (1994, p. 57), “numa intenção demagógica, institui-se a obrigatoriedade do ensino de trabalhos manuais em todas as escolas primárias, normais e secundárias, como se tal medida pudesse valorizar esses trabalhos”. E como o desenvolvimento econômico exigia cada vez mais trabalhadores qualificados, a nova constituição estabeleceu as bases para o ensino pré-vocacional e profissional, destinado “as classes menos favorecidas”.

O Decreto-lei 4.481, de 16 de julho de 1942, dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos industriais empregarem um total de 8% do total de operários e matriculá-los nas escolas do SENAI.

O Decreto-lei 4.984, de 21 de novembro, compele as empresas oficiais com mais de cem empregados a manter, por conta própria, uma escola de aprendizagem destinada à formação profissional de seus aprendizes, pois nessa época a educação despertava maior atenção, quer pelos movimentos dos educadores ou pelas iniciativas governamentais, bem como pelos resultados que vinham alcançando.

Segundo Aranha (2006), foi possível compreender essas mudanças analisando o contexto político, social e econômico pelo qual o Brasil passava. Esses acontecimentos criaram a necessidade de promover a educação profissional no Brasil para as classes menos favorecidas economicamente, em detrimento aos outros tipos de ensino. Isto ocorreu devido as novas necessidades de trabalho criadas pelo capital, tanto na qualificação profissional, já que o trabalhador necessitava de ter instrução, mesmo que básica, para poder executar o seu trabalho, como também para que se disciplinasse a classe que seria colocada a serviço do capital, ou seja, como trabalhadores capazes ao trabalho, que naquele momento tornava-se necessário.

A finalidade educacional das escolas nesta época, que eram chamadas de escolas de aprendizes, tinha bem claras as suas diretrizes e objetivos, ou seja, o de formação de operários, por meio de ensino prático de conhecimentos técnicos convenientes e necessários

ao estado da Federação em que a escola estivesse funcionando, sempre consultando os industriais locais. Muitas dessas escolas permaneceram, mesmo após a Revolução de 30, durante a chamada Era Vargas.

Aranha (2006), relata que a reforma Francisco Campos teve alguns avanços neste período como a regulamentação da atividade de contador, bem como o curso comercial mereceu mais atenção do que o industrial.

A política educacional do estado novo em relação à classe trabalhadora, que outrora estava totalmente excluída do acesso ao sistema educacional, agora aumenta consideravelmente suas chances de acesso à escola. O verdadeiro motivo se encontra nas mudanças na economia, que exige uma maior qualificação. O estado se propõe a assumir o treinamento da força de trabalho de que as indústrias precisam, uma exigência do desenvolvimento do capitalismo.

Ao longo da década de 1970, a educação brasileira contou com novas perspectivas e diretrizes, as quais deram origem a uma série de medidas legais, tal como ocorreu com o histórico da implementação da lei 5.692, em 1971, referente à reforma no ensino 1º e 2º graus.

De 1971 a 1982, com a Lei 5.692/71, estabeleceu-se o ensino de primeiro grau de 8 anos e uma escola única de segundo grau com uma base comum. Quanto à formação docente, com a lei 5692/71, ela passou a adotar uma outra concepção de professor.

Segundo Aranha (2006) a criação da escola única profissionalizante representou a tentativa de extinguir a separação entre escola secundária e técnica uma vez que terminando o ensino médio, o aluno teria uma profissão e para aqueles que não conseguiam concluir os estudos regulares, foi reestruturado o curso supletivo.

A LDB (1996) que proclama a educação como direito de todos pressupõe que todos não só podem, mas como tem a obrigação de estudar. Mas quando olhamos para a realidade percebemos que faltam, políticas públicas, professores, material, tornando-se impossível para muitos reivindicar seus direitos. Ou seja, a lei omite uma realidade profundamente arraigada e percebemos que a realidade é muito

diferente do que preconiza a lei, pois o Estado segundo Nosella (1998, p.179),

ensinou ao povo o caminho a escola porém não lhes deu uma verdadeira escola. Criou pobres cursos supletivos – cursos noturnos de “faz-de-conta”, faculdades de beira de estrada, quatro até cinco turnos diários, superlotação de salas, sobrecarga da jornada de trabalho dos professores, má formação profissional, ridícula remuneração dos docentes, grande confusão na avaliação dos resultados, redução da hora/aula, tudo para “cicatrizsar” a dolorosa ferida de uma sociedade desigual, que para uns oferece a escola, para outros “faz-de-conta” que oferece.

Ou seja, dá-se a idéia de que todos têm a mesma igualdade de chances reproduzindo a ideologia da igualdade onde os mais pobres são submetidos à seleção da escola e a culpa que é do conjunto da sociedade, passa a ser individualizada pela falta de êxito e devidamente institucionalizada pela classe hegemônica. É a ideologia que permite a manutenção das relações sociais aparentemente não conflituosas, bem como a naturalização da existência de projetos de educação diferentes, para as diferentes classes sociais.

Marx citado por Aranha (2006) resgatou o sentido da ideologia mostrando que as idéias, não nascem independente das ações dos homens. Ao inverter o raciocínio, ele mostrou que, a partir das condições concretas sob as quais ocorrem as relações entre os homens, tudo é produzido inclusive o pensamento. A ideologia nasce da dificuldade que os homens têm para explicar as condições de sua existência social, ao legitimar determinadas posições políticas e ao justificar as práticas sociais dos que estão no poder.

Em relação a isso Aranha (2006), diz: inicialmente elaborado pelo filósofo Karl Marx, hoje em dia esse conceito incorporou-se ao pensamento político e econômico, e é utilizado até por teóricos não-marxistas tal a sua fecundidade na compreensão das relações de poder; segundo esse significado, a ideologia é uma representação ilusória da realidade porque o conjunto de idéias e normas de conduta veiculado leva os indivíduos a pensarem, sentirem e agirem de acordo com os interesses da classe que detém o poder. “Desse modo à

ideologia camufla o conflito existente dentro da sociedade dividida, apresentando-a como harmônica, como se todos partilhassem dos mesmos interesses e ideais” (ARANHA, 2006, p. 80),

Ideologia é um termo usado no senso comum contendo o sentido de "conjunto de idéias, pensamentos, doutrinas e visões de mundo de um indivíduo ou de um grupo, orientado para suas ações sociais e, principalmente, políticas". A ideologia, segundo Karl Marx, pode ser considerada um instrumento de dominação que age através do convencimento e não da força, de forma prescritiva, alienando a consciência humana e mascarando a realidade (ARANHA, 2006).

Chauí (2003, p. 11-12) chama a atenção para o sentido da realidade. Ela mostra que é através desse sentido que a ideologia se afirma como representação da realidade como práxis, isto é, como processo histórico.

A história é práxis (como vimos, significa um modo de agir no qual o agente, sua ação e o produto de sua ação são temas intrinsecamente ligados e dependentes uns dos outros, não sendo possível separá-los). Nesta perspectiva, a história é o real, e o real é o momento incessante pelo qual os homens, em condições que nem sempre foram escolhidos por eles, encontraram um modo de sociabilidade e procuram fixá-lo em instituições determinadas (família, condições de trabalho, relações políticas, instituições religiosas, tipos de educação, formas de arte, transmissão de costumes – língua, etc.).

Além de procurar fixar o seu modo de sociabilidade por meio de instituições determinadas, os homens produzem idéias ou representações pelas quais procuram explicar e compreender sua própria vida social, suas relações com a natureza e com o sobrenatural, etc.). Essas idéias ou representações, no entanto, tenderão a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política. Esse ocultamento da realidade chama-se ideologia (CHAUÍ, 2003).

É importante lembrar que a educação destinada ao povo resultou da luta de outros grupos que viam na educação uma

possibilidade de formar pessoas conscientes, e não só a idéia de que a educação tiraria o povo do atraso econômico.

Assim, segundo Paiva, (2003) dentro do pensamento pedagógico brasileiro vamos encontrar 4 grupos que se diferenciam nas grandes linhas orientadoras para a organização dos sistemas de ensino, sendo que a profissionalização é abordada pelo que ela se identifica com o quarto grupo. O primeiro grupo seria formado por profissionais da educação, liberais que concentraram grande parte de suas preocupações sobre questões relativas à qualidade do ensino e a reforma dos sistemas educativos e se mantiveram numa perspectiva externa ao sistema e movimentos educativos, sendo representado por Anísio Teixeira.

No segundo grupo, apareceram os defensores de posições educativas ligadas às esquerdas marxistas, se estruturando dentro da confusão ideológica que se caracterizou na década de 20, pelos dos movimentos modernistas, e para eles a educação nunca poderia ser vista como o principal problema nacional, capaz de solucionar todos os demais se mantendo sempre com preocupações e reivindicações em favor da difusão quantitativa do ensino.

No terceiro grupo vemos o surgimento da esquerda não marxista; segundo aquele enfoque os problemas educacionais corresponderam a uma maior importância atribuída à cultura e à educação como fatores relevantes para a mudança social, pois segundo Paiva (1987, p. 34), “nesse sentido, os cristãos abriram-se levemente a influência do entusiasmo pela educação, na medida em que enfatizavam a atuação educativa extensiva como um instrumento de fundamental importância para a transformação social e a qualidade do ensino”.

De acordo com Paiva (1987, p.35), “o quarto grupo, entretanto, corresponde exatamente aqueles que enfatizam a importância da educação como fator capaz de contribuir para o crescimento econômico”. São os “tecnocratas” da educação, surgidos no campo da economia, principalmente, e cujo aparecimento corresponde à tecnificação do campo educacional no seu aspecto mais geral (não

mais apenas pedagógico). Eles surgem na década de 60, buscando ajustar a oferta da educação à demanda de mão-de-obra qualificada e, mais tarde, indicando os níveis e tipos de ensino onde o investimento educacional seria mais rentável, com base no cálculo dos diferenciais de rendimento individual determinados pela educação adicional.

Conforme a mesma autora, o seu aparecimento e a importância por eles adquirida resultam, essencialmente, do desenvolvimento da economia da educação e da conseqüente criação de modelos ou de desenvolvimento de técnicas para o planejamento dos sistemas educacionais. Suas preocupações não estão centradas no atendimento dos objetivos tradicionais dos educadores – tais como a universalidade ou a gratuidade do ensino – nem a participação das massas nas decisões políticas. “Interessa-lhes essencialmente saber até que ponto a educação contribui para o crescimento econômico e de que forma é possível maximizar os rendimentos da invasão educativa” (PAIVA,1987, p.36).

Vemos essa idéia difundida pelos órgãos do governo que é a idéia de investir naquele nível que será mais rentável, e a escola perde cada vez mais seu verdadeiro objetivo, que seria uma escola pública, gratuita e de qualidade, e o objetivo do governo parece ser justamente o contrário. Há uma descontinuidade de projetos, e reformas constantes visto que a escola está vinculada aos interesses do capital que por sua vez está em permanente transformação. E assim vemos um sistema de ensino cada vez mais excludente o que aparece inclusive nos projetos de Educação de Jovens e Adultos que é o objeto de nosso trabalho.

Neste sentido, é importante fazermos um breve histórico da Educação de jovens e adultos.

1.2 Educação de Jovens e Adultos

A educação de Jovens e Adultos tem seu início no período colonial. Conforme Manfredi (2003), os jesuítas também se

encarregaram de organizar os primeiros grupos de educação profissional, formando artesões e outros ofícios no Brasil colônia.

De acordo com Paiva (1987), do período jesuítico até o império, há uma intencionalidade para formalizar a educação dos jovens e adultos. Claro que cada época reflete um interesse específico que justifica esta preocupação, pois, a atividade educativa, no período jesuítico, tratava-se de uma ação voltada para a catequização que trouxe como conseqüência a aculturação dos nativos.

Após a Independência colocou-se a questão da construção de um Sistema Nacional de Instrução Pública.

O país havia chegado á emancipação política destituído de qualquer forma organizada de educação escolar. Saíra do período colonial segundo Xavier (1994) “com algumas poucas escolas e Aulas régias insuficientes e sem currículo regular, e com algumas escolas de nível superior, criadas na fase Joanina”.

No período imperial, a lei de 15 de outubro de 1827, estabelecia que em lugares mais populosos haveria as escolas de primeiras letras. Essa lei geral relativa ao ensino elementar vinha responder o dispositivo da Constituição Federal de 1824, que garantia instrução primária a todos os cidadãos.

Na primeira República existiu um entusiasmo pela educação sendo ponto de preocupação tanto dos homens públicos quanto dos educadores, neste contexto houve uma série de reformas de ensino.

A educação básica de adultos começou a delimitar seu lugar na história da educação brasileira a partir da década de 30, nesse período a sociedade brasileira passava a grandes transformações associada ao processo de industrialização. Com a abertura política de Vargas, segundo Paiva (2003) houve a criação específica em cada Estado da Federação, com indicações para o funcionamento do ensino noturno. Em (1947) aprova o plano nacional de Educação supletiva para jovens e adultos analfabetos, serviço de educação de adultos (1947), campanha de educação rural (1952), campanha de Erradicação do Analfabetismo (1958), Fundo Nacional de do Ensino Primário (1942).

A partir de 1940 quando a baixa escolarização da população trabalhadora passou a ser tratada como um problema nacional, ocorreram as primeiras mudanças. Realizadas num ambiente de entusiasmo e liberdade, desenvolveram-se movimentos em favor da educação popular (WEREBE, 1994, p. 75).

Destacou-se nesta época o trabalho dos grupos ligados a Paulo Freire, em Pernambuco, inaugurando o sistema de alfabetização e “conscientização” proposto por esse educador, dirigido particularmente a jovens e adultos. Foi criado em janeiro de 1964 o Plano Nacional de Alfabetização, com o objetivo de alfabetizar cinco milhões de brasileiros no prazo de um ano.

Paulo Freire faz críticas à educação existente, denominada por ele de educação bancária, entendendo que a escola como é constituída não é capaz de libertar o homem da situação de opressão assim procurando caminhos que satisfizessem as ansiedades do povo oprimido, ele lança uma nova proposta de educação, que tem como principal objetivo transformar a sociedade a partir da humanização do homem.

Esta transformação da sociedade e humanização do homem, começa pela pronúncia da própria palavra deste homem oprimido. No diálogo o homem problematiza este mundo, e problematizando o mundo ele descobre sua humanidade.

A palavra é colocada por Freire, como essencial para a descoberta do mundo e do homem. Segundo (Freire, 1987, p.78) “não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação reflexão”.

A busca da humanidade do homem, nesta nova proposta, tem lugar para o educador somente como organizador das idéias, elementos da educação, frutos do espaço do povo. Estes elementos são colocados pelo povo simples, de forma desestruturada e, após serem organizados pelo educador com os educandos, os resultados voltam ao próprio povo de onde surgiu.

Para Freire não se trata de entregar prontas às pessoas, o conteúdo de ensino, mas primeiro executá-los e depois devolver de forma organizada o resultado deste diálogo.

A participação do povo neste processo de humanização não pode acontecer em nível isolado dentro da sociedade. Como ela é uma busca da dignidade do homem como um todo, tem que acontecer, na escola, no trabalho, na política, na religião, isto é em todos os níveis. Para Freire libertar o homem significa proporcionar às classes trabalhadoras o direito de dialogar e expressar suas idéias. “É permitir que elas conheçam (...) os vários níveis de percepção do mundo e de si mesmo, em que e com que estão” (FREIRE, 1987, p. 86).

Podemos perceber que nesta pedagogia de Freire, da descoberta da dignidade da pessoa humana dentro deste oprimido, só poderá acontecer a sua libertação a partir de um programa que respeite suas aspirações. É colocar sua situação existencial concreta como questão a ser resolvida. É nesta luta interior do homem consigo mesmo, que ele vai encontrando seu espaço neste mundo, que até então lhe era negado.

Para desenvolver este trabalho de descoberta do homem como ser de transformação no mundo, é preciso elaborar o tema gerador², é preciso fazer investigação dentro da realidade dos homens, em sua práxis. Segundo Freire, ao realizar esta investigação dos temas geradores, estes homens têm que ser tomados aparentemente como objetos, mas o investigador e investigados têm que ser ambos os sujeitos da mesma investigação.

O investigador não pode cair na armadilha de fazer da pessoa humana simplesmente objeto de investigação, não pode perder de vista a dimensão “histórico cultural” em que ambos estão inseridos. Freire critica a investigação sem a participação dos investigados, somente mecânica, sem levar em conta a pessoa e sua realidade.

² O tema gerador é entendido como o assunto que centraliza o processo de ensino-aprendizagem, sobre o qual acontecem os estudos, pesquisas, análises, reflexões, discussões e conclusões (FREIRE, 1996).

Freire (2002) propõe uma metodologia: o investigador busca um grupo de pessoas que se disponha a conversar livremente com os investigadores, sem compromisso. Nesta conversa informal, o investigador apresenta o objetivo da investigação convidando alguns a participarem. Após terem elementos suficientes, inicia-se o processo de decodificação, que ao terem claro como antes percebiam, vêem a realidade de maneira diferente, aumentando sua capacidade de percepção do mundo que o cerca.

Na abertura de seus horizontes, o homem descobre que o mundo não é somente isto que aparentemente se apresenta. Mas há muitas questões que, somente com uma visão crítica diante do mundo, poderão ser descobertas. O homem, a partir destas descobertas, começa a ter consciência que ser homem não significa somente pensar. Diz Freire que ser homem consiste em colocar este pensamento em desenvolvimento, e conhecer a situação em que está, para a partir desta situação libertar-se. O animal irracional é fechado e não problematiza o mundo.

Impedir o homem de tornar-se um “ser em desenvolvimento” e, desse modo consistir-se em um “ser fechado” é o mesmo que impedi-lo de constituir-se como “pessoa humana”; é tratá-la como uma coisa, ou animal irracional.

Os animais são condicionados por sua espécie, incapazes de ultrapassar esta barreira. “Sua condição de a-histórico não lhe permite assumir a vida, e porque não a assume não pode construí-la”. E se não constrói, não pode transformar o seu contorno (FREIRE, 1987 p.89).

Freire sempre lutou pela transformação da sociedade, não a partir de uma iniciativa dos poderosos, mas pela participação ativa do povo.

Segundo Freire (1987, p. 120),

o importante do ponto de vista de uma educação libertadora e não bancária, é que, em qualquer dos casos, os homens se sintam sujeitos de seu pensar, discutindo o seu pensar, sua própria visão do mundo, manifestada implícita ou explicitamente, nas suas sugestões e nos de seu companheiro”.

Para o autor, a pessoa humana é aquela que tem o direito de expressar suas idéias e encontra no mundo este espaço. A partir do momento em que uma pessoa fica à margem do diálogo, está sendo tratada como coisa.

Freire (1987, p. 127) citando Marx, diz: “não há realidade histórica que não seja humana. Não há história sem homens, mas uma história de homens que, feita por eles, também os faz”, como disse Marx. Assim, Marx ressalta a importância da consciência política no processo de transformação da pessoa humana e da realidade. Por isso, é imprescindível ao homem ser educado politicamente para atuar neste mundo como sujeito da história.

Nos encontros de reflexão, o “círculo de cultura”³ é de suma importância o despertar desta consciência política pelos educandos/educadores.

Críticos seremos, verdadeiros, se vivermos a plenitude da práxis. Isto é se nossa ação envolve uma crítica reflexão que, organizado cada vez o pensar, nos leva a superar um conhecimento estritamente ingênuo da realidade. Este precisa alcançar um nível superior, com que os homens cheguem à razão da realidade. Mas isto exige um pensar constante, que não pode ser negado as massas populares, se o objetivo usado é a libertação (FREIRE, 1987, p. 128).

O pensar a realidade para além do que aparenta constitui a força dos grupos populares. Quando os oprimidos começam a tomar consciência, começam também a incomodar os que estão no poder.

Freire ao expor o seu método de alfabetização tinha consciência do conflito que ia causar.

O fato de estar comprometido com o povo, levou-o ao afastamento de suas atividades universitárias, à prisão e ao exílio: foi expulso do Brasil por lutar por uma educação que não só ensina a ler e

³ É uma unidade de ensino que substitui a escola tradicional. É formado por um grupo de pessoas que se reúne para discutir seu trabalho, a realidade local e nacional, sua vida familiar, etc... Nele não há lugar para o professor tradicional ("bancário") - que tudo sabe - nem para o aluno que nada sabe. Assim, ao mesmo tempo em que aprende a ler e a escrever, o educando aprende a "ler", isto é, a analisar sua prática e a atuar sobre ela (GADOTTI, 1989).

escrever mas conscientizar o povo de seus direitos, de sua vocação de ser mais. Suas idéias tornaram-se referência para educadores de todo o mundo, particularmente na educação de adultos.

Foi em 1958, no seminário Regional de Recife, que o educador Paulo Freire chamou atenção para uma maior participação dos educandos no processo. Em 1962 Paulo Freire assume a coordenação do plano nacional contra o analfabetismo no Governo João Goulart, mas foi interrompido com o golpe militar.

Várias foram às iniciativas populares que atuaram na Educação de Jovens e Adultos – EJA, neste período. Houve uma mobilização significativa, interrompida quase por completo com o golpe militar. Dessa forma os princípios defendidos pelos movimentos da década de 1960 só foram retomados duas décadas depois, quando o Brasil passa pelo processo de reabertura política (MACHADO, 2001, apud COSTA, 2008).

Com o golpe militar em 31 de março de 1964 instaura-se a ditadura no Brasil, que durou 21 anos e que impôs ao país um regime de violenta repressão (ARANHA, 2006, p. 313).

Esses anos de chumbo, além do sofrimento dos torturados e desaparecidos, foram desastrosos para a cultura e a educação. Durante 21 anos (de 1964 a 1985) os brasileiros viviam o medo gerado pelo governo do arbítrio e pela ausência do estado de direito. Também provocaram prejuízos econômicos e políticos ao país (ARANHA, 2006). Ainda segundo Aranha, na década de 60, o Brasil atravessava um período de séria contradição entre ideologia política e o modelo econômico. Se por um lado o nacionalismo populista buscava a identidade do povo brasileiro e sua independência, por outro cedia à internacionalização, submetendo-se ao controle estrangeiro.

O golpe militar de 1964, optou pelo aproveitamento do capital estrangeiro e liquidou de vez o nacional desenvolvimentismo.

A recuperação econômica proposta usou o modelo concentrado de renda, que favorece uma camada restrita da população e submete os trabalhadores ao arrocho salarial. Com o êxodo rural, as grandes

idades não tinham como acolher a todos. Surgiram sérios problemas decorrentes da situação de empobrecimento, com graves índices de miserabilidades. Nesse período da ditadura foi implantada a tendência tecnicista, que é uma tentativa de aplicar na escola o modelo empresarial, que seguindo o molde industrial e técnico, adequara-se as exigências sociais do momento,

Segundo Romanelli (1986), no Brasil, o domínio do grupo que defendeu os interesses ligados ao processo de implantação da industrialização, que se fez marcante a partir de 1950, penetrou o espaço dos métodos pedagógicos e desrespeitou saberes e práticas docentes. Modificada a finalidade da docência imprimiu-se um ritmo de produção em série e sob o argumento de levar a escola a ter maior êxito, foi implantada a ideologia do progresso para o bem e engrandecimento da nação.

Um dos objetivos era adequar a educação às exigências da sociedade industrial e tecnológica com economia de tempo, espaço e principalmente de custos.

Essa tendência para a escola pública foi desastrosa. Segundo Aranha (2006, p. 315),

uma das conseqüências funestas foi a excessiva burocratização do ensino, porque para o controle das atividades havia inúmeras exigências de preenchimento de papéis. Evidentemente essa tendência ignorava que o processo pedagógico tem sua própria especificidade e jamais permite a rígida separação entre concepção e execução do trabalho.

As características da tendência tecnicista são parecidas com o modelo empresarial, e esse modelo seria então concebido também na escola, visto que o seu objetivo era adequar a educação as exigências da sociedade industrial dando ênfase a preparação de mão-de-obra para a indústria.

O ensino a ser transmitido contribuiria ainda mais claramente, para a adaptação do indivíduo ao trabalho e também à preocupação

com a apropriação do saber científico, exigido pela moderna tecnologia.

A maneira usada para transmitir os conhecimentos é o taylorista. “o taylorismo igualmente inspirado pelo positivismo, foi uma maneira pela qual as indústrias do começo do século XX conseguiram tornar mais ágil a produção em série”. O processo taylorista separa concepção da execução do trabalho, criando o setor de planejamento e submetendo o operário ao parcelamento das tarefas. Não por acaso, os novos gestores do projeto de educação também se orientavam pelas teorias de Taylor e Fayol, mestres da teoria geral de administração de empresas (ARANHA, 2006, p. 316).

Nessa proposta, o professor é mais um executor que recebe instrução e automaticamente o conhecimento também é técnico e objetivo.

Ainda segundo Aranha (2006, p. 316), outra influência da tendência tecnicista aplicada à educação derivou de economistas que, a partir da década de 1960, desenvolveram a teoria do capital humano (TCH), divulgada pela Escola de Chicago, sobretudo por Theodore Schultz autor de O Valor Econômico da Educação. Para ele “as escolas podem ser consideradas empresas especializadas em produzir instruções”.

É interessante lembrar que mesmo com os esforços dispendidos a implantação da reforma na sua totalidade nunca se efetivou de fato visto que segundo Aranha (2006, p.317) “os professores permaneceram ainda imbuídos da tendência tradicional ou das idéias escolanovistas, embora obrigados a se desincumbir de inúmeros procedimentos burocráticos”.

É importante ressaltar que nesse período ditatorial não se deu importância à educação elementar e a reforma do 2º grau que implantou o ensino profissionalizante não teve êxito muito pelo contrário, foi considerado um fracasso. Nesse contexto a disciplina filosofia foi substituída por outras mais técnicas. Não houve uma escola de alta qualidade, portanto a escola pública teve o seu nível de ensino

prejudicado e o que prevaleceu foi à formação de mão-de-obra precária.

Segundo Aranha (2006, p.316), para implantar o projeto de educação proposto, o governo militar não revogou a LDB de 1961 (lei nº 4024), mas foi introduzindo alterações precisou ir fazendo atualizações. Enquanto essa lei foi antecedita por amplo debate na sociedade civil, ao contrário, a lei nº 5540/68 (para o ensino universitário) e a lei nº 5692/71 (para o 1º e 2º grau) foram impostas pelos militares e tecnocratas.⁴

É importante ressaltar que esta reforma, ainda segundo Aranha, (2006, p.316), assentava-se em três pilares:

- Educação e desenvolvimento: formação de profissionais para atender às necessidades urgentes de mão-de-obra especializada no mercado em expansão;

- Educação e segurança: formação de cidadão consciente – daí as disciplinas sobre civismo e problemas brasileiros (Educação Moral e Cívica, Social e Política do Brasil e Estudos de problemas Brasileiros);

- Educação e comunidade de conselhos de empresários e mestres para estabelecer relação entre escola e comunidade.

A idéia de neutralidade que caracteriza essa reforma de algum modo reforça a estrutura de poder.

Segundo Aranha (2006, p.317), convém estarmos atentos no atual momento de globalização da economia e de mergulho na sociedade capitalista, fortalecida pelo ideário de neoliberalismo: o risco continua sendo encarar a educação como uma técnica de adaptação ao mundo do mercado.

Anteriormente o governo havia extinguido os movimentos de educação popular, e também o plano nacional de alfabetização. O Mobral utilizou o método Paulo Freire, porém de maneira fragmentada considerando-o apenas como uma técnica de alfabetização.

⁴ Diversos acordos, realizados desde o golpe de 1964, só vieram a público em novembro de 1966. Foram os acordos MEC – USAID (Ministério da Educação e Cultura e United States Agency for International Development) pelos qual o Brasil receberá assistência técnica e cooperação financeira para a implantação da reforma.

Em relação á educação de adultos, educação popular, que é o nosso objeto de estudo, o governo militar institui em 1967 o Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização) em substituição ao método de alfabetização de Paulo Freire (Werebe, 1986, p.229). O criador do Mobral enaltece a ação desse movimento utilizando estatísticas tecnocratas: “em pouco mais de dois anos de atuação, o Mobral ensinou a ler e escrever a 3,5 milhões de adultos, reduzindo o índice nacional de analfabetismo de 33 para 26% (PAIVA, 1987). A auto avaliação de seus resultados também na base de estatísticas falsificadas e desmentidas pelos dados de 1977 da PNAD, publicados em 1979, bem como pelo censo de 1980 indica resultados “mirabolantes”.

O Mobral foi criado pela Lei número 5.379, de 15 de dezembro de 1967, propondo a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando a conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida. Apesar da ênfase na pessoa, ressaltando-a, numa redundância, como humana, vemos que o objetivo do Mobral relaciona a ascensão escolar a uma condição melhor de vida, deixando à margem a análise das contradições sociais inerentes ao sistema capitalista (PAIVA, 1987).

O desempenho do Mobral, proporcionando a alfabetização de 11,3 milhões de pessoas entre 1970 e 1977, através do Programa de Alfabetização Funcional, conseguiu reduzir, de forma expansiva o índice de analfabetismo projetado, situando-o em 14,2%, equivalente ao índice de muitos países europeus e correspondentes a cerca de 9,5 milhões de adultos analfabetos em 1977. Seu papel era concretizar uma política de alfabetização funcional, de acordo com o modelo econômico capitalista (PAIVA, 1987).

Como dito anteriormente, foi instituída a lei 5.692/71, a característica mais marcante da lei era tentar dar à formação educacional um cunho profissionalizante.

No ano de 1990, foi declarado pela ONU (Organização das Nações Unidas) como o ano internacional da alfabetização, realizou-se,

em Jonthiem, na Tailândia, a conferência mundial sobre Educação para todos. A partir desta conferência a modalidade Educação de Jovens e Adultos passou a ser redefinida.

Já no Brasil a Educação de Jovens e Adultos teve um novo impulsionamento com a Constituição Federal de 1988 que determina a elaboração do Plano Nacional de Educação, integrando ações do poder que conduzem à erradicação do analfabetismo, determinando como um dos objetivos do Plano Nacional de Educação, a integração de ações do poder público que conduzam à erradicação do analfabetismo (art. 214, I). A mesma constituição considera que a modalidade de ensino "educação de jovens e adultos", no nível fundamental deve ser oferecida gratuitamente pelo Estado a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria (art. 208, I).

Os déficits do atendimento no Ensino Fundamental resultam, ao longo dos anos, em um grande número de jovens e adultos que não tiveram acesso ou não terminavam esse nível de ensino obrigatório como mostra o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que em 1996 apontou que entre os brasileiros com 15 anos ou mais, 15,3 milhões não completaram sequer um ano de escolaridade. Pelo atual Plano Nacional de Educação de 2001, aprovado pela Lei nº 10.172, de janeiro de 2001, a taxa de analfabetismo no Brasil das pessoas de 15 anos ou mais, alcança a média de 14,7%.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), lei nº 9.394/96 trata da Educação de Jovens e Adultos (EJA), nos artigos 37 e 38 como modalidade de ensino a ser oferecido a todos os cidadãos que não tiveram acesso a educação em idade própria, conforme previsto na atual Constituição.

Entre os aspectos positivos da LDB 9394/96 ao tratar sobre a EJA, como a valorização da educação informal está o §2º do artigo 38, que valoriza a educação obtida informalmente, autorizando que os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meio informais, sejam aferidos e reconhecidos mediante exames. Isso significa uma grande vantagem para os que apresentarem uma bagagem de conhecimentos adquiridos na vida, isto é, uma

aprendizagem por meios diferentes do usual ensino regular (MOTTA, 1997).

No Brasil a EJA foi vista como compensação e não como direito. Essa tradição foi alterada pela LDB sendo vista, atualmente, como mecanismo de reparação e de equidade, mas muito ainda resta a ser feito para que a EJA se efetive como um processo de educação permanente a serviço do cidadão.

A Educação de Jovens e Adultos, conforme previsto na Constituição Federal de outubro de 1988, artigo 208, inciso I, deve garantir o acesso e a permanência ao ensino fundamental a todos, também aos jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de estudar em idade própria.

Os princípios apresentados pela atual LDB são:

Os diferentes tempos necessários ao processamento de aprendizagem dos jovens e adultos; e a adequação e a seqüência no tratamento dos currículos (Tempo, abrangência, intensidade e relação entre diferentes componentes).

O Conselho Nacional de Educação, em função da regulamentação da LDB nº. 9.394/96, através do parecer n. 11 de maio de 2000, reconhece a EJA como uma “dívida social” não reparada para com os que não tiveram acesso e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais na escola ou fora dela (...), em que a ausência de escolarização não pode e nem deve justificar uma visão preconceituosa do analfabeto ou letrado como inculto (...) (BRASIL, 2000).

As Diretrizes Nacionais para a EJA, que trata das funções, dos conceitos e da base legal instituídas pelo Parecer n. 11 de maio de 2000 e pela Resolução n. 01 de 05 de julho de 2000 do CNE/CEB, considerando que esta é uma modalidade de ensino básico, nas etapas fundamentais e médio, é oferecida em cursos e exames, obedecendo as normas dos respectivos sistemas de ensino.

As Diretrizes propostas pelo Plano Nacional de Educação relativas à Educação de Jovens e Adultos, revelam que as profundas transformações que vêm ocorrendo na educação em escala mundial, em virtude do acelerado avanço científico e tecnológico e do fenômeno

da globalização, têm implicações diretas nos valores culturais, na organização das etnias individuais, nas relações sociais na participação política, assim como na reorganização do mundo do trabalho (Plano Nacional de Educação, lei n. 10.172/01).

No contexto atual, sabe-se, sem qualquer dúvida, que a pessoa melhor instruída participa e compartilha do patrimônio cultural da humanidade, mantém-se informada, integrando-se a sociedade e dispõe de recursos para se aperfeiçoar e se desenvolver e que a instrução do indivíduo o encaminha ao ingresso em determinados postos de trabalho. Sabe-se, também que não atingir determinados níveis escolares limita sobremaneira as perspectivas de emprego. Aqui não poderia se identificado o vínculo da educação com a economia?

Muitas vezes os indivíduos se vêm às voltas com um ensino que venha preencher não o seu grau de instrução, mas o diploma para que ele seja apto para o mercado de trabalho.

Historicamente as políticas públicas para educação de jovens e adultos no Brasil têm sido feitas de maneira aligeirada não tendo continuidade de programas. Neste contexto, de não comprometimento efetivo do Estado com essa modalidade de ensino, é criado o Projeto RioEja pela Secretaria Municipal de Educação de Rio Verde que abordaremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO II

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM RIO VERDE

2.1 Contextualizando o Município de Rio Verde

Localizada na região Sudoeste de Goiás, a 220 km de Goiânia, capital do Estado, a cidade de Rio Verde destaca-se como um dos mais importantes pólos agroindustriais de agricultura do estado, para onde se destina atualmente grande parte dos investimentos feitos em empreendimentos produtivos no Estado de Goiás (SILVA, 1998).

A ocupação do Sudoeste Goiano deu-se em meados do século XIX.

No início do século XIX, quando a então província de Goiás era constituída ainda de muitos espaços vazios e de latifúndios improdutivos, José Rodrigues de Mendonça e sua família transferiram-se de Casa Branca, província e bispado de São Paulo, para as terras às margens do rio São Tomás, tomaram posse delas e, assim, começaram a escrever a história do município de Rio Verde.

Anos depois, uniram-se a José Rodrigues de Mendonça outros proprietários rurais, cujas fazendas deram origem à Vila de Nossa Senhora das Dores de Rio Verde. Segundo Campos (1971), em 5 de agosto de 1848, pela Resolução de nº 6, o Governo Provincial criou a Freguesia das Dores do Rio Verde. O povoado foi então elevado à categoria de freguesia, data em que se comemora o aniversário da cidade. Pela Resolução Provincial nº 8 de 6 de novembro de 1854 foi criada a Vila das Dores do Rio Verde.

A conquista do sertão goiano foi arrojada. Não havia estrada nem ponto de apoio, mas José Rodrigues de Mendonça, que era analfabeto, tornou-se senhor de direito e de fato de imensas campanhas de terras férteis (CUNHA NETO, 1993).

Com uma topografia plana, clima estável e chuvas regulares, aliados à fertilidade de suas terras e ao uso de tecnologia avançada, o

município constitui-se num importante pólo brasileiro de produção agropecuária, destacando-se nas culturas de soja, milho, arroz, feijão, sorgo, algodão e tomate, bem como na expressiva quantidade de víveres, especialmente bovinos de corte e leiteiros, e um setor de hortifrutigranjeiros em crescimento (SILVA, 2004).

No século XX, o primeiro grande marco de arrancada para o desenvolvimento do município aconteceu em 1970, com a expansão da agricultura, começando a florescer novas perspectivas também para o comércio, a indústria e a pecuária, o que atraiu agricultores de São Paulo e da região Sul. Com eles vieram novos maquinários, tecnologias, capital e experiências que transformaram o município num dos maiores produtores de grãos de Goiás. O processo de industrialização teve início na metade da década de 1970 com a criação da Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (COMIGO), desse período até a década de noventa muitas indústrias foram se instalando no município (SILVA, 2004).

Tabela 1 – Principais indústrias de Rio Verde até 2008.

| Projeto | Ano de instalação |
|---------------------------------------|--------------------------|
| Perdigão (aves e suínos) | 1997 |
| Van den Bergh (atomatados) | 1993 |
| Videplast (embalagens) | 1998 |
| Comigo | 1975 |
| Orsa | 2001 |
| Kowalski | 1988 |

Fonte: SEPLAN-GO/SEPIN (2008)

Para Silva (2004), o segundo momento importante na economia de Rio Verde se realizou em 1995 com a instalação da Indústria Perdigão na cidade. Foi outro marco para o desenvolvimento, pois já que ao observar os números na área econômica, eles, de fato, demonstram o avanço alcançado pela Perdigão quanto à economia do

município de forma significativa, pois com ela vieram muitas outras indústrias.

Houve também a expansão da indústria cultural decorrente do processo migratório no município, evidenciando novas formas de consumo, entretenimento e meios de comunicação favorecendo a construção de novos espaços de lazer, cultura e o comércio. Da mesma forma houve o crescimento das instituições educacionais em geral de cursos superiores e também técnicos para a formação de mão-de-obra especializada. Esse processo aqueceu o mercado imobiliário da cidade. A construção civil passou a ser grande geradora de empregos para atender o crescimento populacional no município (SILVA, 1998).

De fato, as potencialidades econômicas do município têm atraído investimentos de grandes grupos empresariais por apresentar as condições necessárias para a integração do capital industrial ao setor agrícola (CUNHA NETO, 1993).

Hoje existe uma diversificação na área de prestação de serviços e nos meios de produção com altos investimentos, conforme pode-se observar na tabela que segue;

Tabela 2 – Principais projetos de investimentos privados em Rio Verde até 2006.

| Projeto | US\$ milhões |
|-----------------------------------|---------------------|
| Perdigão (aves e suínos) | 800 |
| Van den Bergh (atomatados) | 250 |
| Videplast (embalagens) | 7 |
| Total | 1750 |

Fonte: SEPLAN-GO/SEPIN (2006)

Além dos investimentos industriais, o município aplicou na infraestrutura como rede de água, esgoto, energia elétrica e telecomunicações (SILVA, 1998).

A população do município é formada por pessoas de várias procedências. As famílias pioneiras se juntaram a imigrantes de

diversas regiões do país. Segundo o IBGE (2007) a população de Rio Verde conta com 149.113 habitantes.

A Chegada da Perdigão

A Perdigão, empresa com quem foi acordado o projeto Rio Eja, uma das maiores companhias de alimentos da América Latina, atua no abate de aves e suínos e no processamento de produtos industrializados, elaborados e congelados de carne, além dos segmentos de massas prontas, tortas, pizzas, folhados e vegetais congelados. Fundada em 1934, na cidade de Videira (antiga Vila das Perdizes), Meio-Oeste de Santa Catarina, a Perdigão tem sua trajetória, associada à própria história do setor alimentício no país. A empresa, que se originou, de um pequeno armazém de secos e molhados, iniciou as atividades industriais, com um abatedouro de suínos em 1939. Foi assim que, de um pequeno negócio de secos e molhados, surgiu uma das maiores potências da indústria alimentícia, abatendo, processando e industrializando carnes de aves e suínos (TASSARA, 1996).

Rio Verde-Go, contemplado, após a seleção entre vários lugares, com uma unidade da Perdigão, onde começou a sua construção no final de 1997, com o apoio do Governo de Goiás, um complexo agroindustrial de grande porte, formado por abatedouros de suínos e de aves, unidades de industrialização de carnes, fábricas de rações, granjas de matrizes de aves e de suínos, incubatórios e estrutura de armazenamento que disponibiliza hoje mais de 5.000 empregos diretos (ULLER, 2002).

Sobre a escolha de Rio Verde, para instalação da Empresa Perdigão, Uller (2002, p. 43) relata que:

Alguns fatores de atração das agroindústrias para a região são: proximidade com setores de armazenamento, proximidade e qualidade da matéria-prima, incentivos fiscais e produção em escala. Esses fatores tendem a baixar o custo de produção, aumentando assim, as vantagens em relação à produção em outras regiões.

A cidade de Rio Verde possui uma boa oferta de empregos, e é visível o seu crescimento com o passar dos anos. As admissões feitas em 1999 comparadas com as de 2005 chegaram a registrar 189% a mais. Mas foi em 2001 que a economia absorveu um maior número de empregos (IBGE, 2007).

Segundo Enguita (1989), momentos como este, quando se registram avanços tecnológicos as indústrias necessitam de força de trabalho, na maioria das vezes apenas para intervir em uma fase da produção, sem necessariamente estar envolvida com o resultado final.

Enguita diz (1989, p. 7):

Em uma sociedade industrializada, a imensa maioria das pessoas não conta com a capacidade de decidir qual será o produto do seu trabalho. Os assalariados não a têm e aqueles que trabalham por conta própria a possuem apenas de forma limitada, pois estão sujeitos às restrições do mercado ou dos monopólios de compra e venda de seus produtos.

A demanda por profissionais capacitados que atendam as solicitações desse mercado imediatista tem provocado questionamento quanto ao papel da escola e a formação profissional dos trabalhadores.

Esta preocupação não constitui um fato novo na história dos trabalhadores brasileiros e encontram-se referências a esta questão desde o início do século. Isso não foi diferente em Goiás e nem no município de Rio Verde.

2.2 Sobre o sistema municipal de ensino de Rio Verde

Ao abordarmos, neste item, a educação de jovens e adultos do município, destacamos como referência a proposta da Secretaria Municipal de Educação de Rio Verde para a Eja. O documento prescreve:

- Os objetivos e metas da educação na cidade de Rio Verde São: erradicar o analfabetismo de Jovens e Adultos no município de Rio Verde até o ano de 2.006;
incentivar a abertura e manutenção de cursos de EJA em diferentes localizações urbanas e rurais;

capacitar os professores, coordenadores pedagógicos, gestores escolares para atuação na EJA;
apoiar a formação de grupos de estudos sejam eles regionais, municipais ou de escolas;
realizar monitoramento e avaliação contínua através de uma estrutura informatizada e de coleta de dados que permitam acompanhar a qualidade da educação de jovens e adultos;
incentivar escolas, professores, alunos a que apresentem propostas ou alternativas que ressaltem ou valorizem essa modalidade de ensino; estabelecer parcerias com instituições governamentais e não governamentais de diferentes segmentos da sociedade (RIO VERDE, Lei n. 4.888/2004).

Também realço a importância da criação do Sistema educacional do município e do Conselho Municipal de Educação de Rio Verde por ser este um órgão deliberativo, fiscalizador e supervisor, de natureza educacional, que aprova as resoluções relacionadas à educação de um modo geral e também os programas relativos à educação de jovens e adultos.

O sistema educacional do município de Rio Verde tem como objetivo implantar e coordenar as Políticas Educacionais em consonância com os dispositivos legais superiores.

São regidos pelas Leis: 4864 - Plano Municipal de Educação; LEI N. 4.888/2004 - que dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino e dá outras providências e a LEI N. 4.792/2004 - que trata Gestão democrática do Ensino Público Municipal de Rio Verde-GO.

Em relação ao plano Municipal de Educação, o documento assenta-se na Lei Orgânica do Município de 05 de abril de 1990 e na Lei Federal n.º 10.172/2001, que instituiu o Plano Nacional e na Lei Municipal n. 4.174/01, que dá nova redação à lei que dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino (Lei n. 3.624/97).

A Lei Orgânica do Município determina, em seu artigo 179,

“Art. 179. O Município, na elaboração de seu plano de educação, considerará o Plano Estadual de Educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do Poder Público que conduzem à:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - melhoria da qualidade de ensino;

IV - formação para o trabalho e do hábito da educação física ou prática esportiva;

V - Promoção humanística, científica e tecnológica do ensino fundamental e pré- escolar”.

O artigo 18 da Lei Municipal n. 4.174/01 preceitua que o Plano Municipal de Educação será estabelecido por Lei Municipal, após elaboração participativa da sociedade sob a condução da Secretaria Municipal de Educação, subsidiada pelo Conselho Municipal de Educação, e deverá conter proposta educacional do município em consonância com os planos nacional e estadual.

A Lei n.º 10.172/2001, por sua vez dispõe no art. 2º: “A partir da vigência desta Lei, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão, com base no Plano Nacional de Educação elaborar planos decenais correspondentes”. No momento em que termino esta dissertação ocorrem as primeiras reuniões para elaboração do próximo plano decenal.

Os objetivos e prioridades do Plano Municipal de Educação - PME, têm como parâmetros mínimos aqueles já preceituados pelo Plano Nacional de Educação - PNE, e os específicos ora preceituados, os quais são:

Elevação global da escolaridade da população; Melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; Redução das desigualdades sociais e regionais, no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública; Democratização da gestão do ensino público. (RIO VERDE, Lei n. 4.864/2004).

Dentro das prioridades estão:

a garantia do ensino fundamental a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram, aí incluída a erradicação do analfabetismo; Ampliação do atendimento nos demais níveis; Valorização dos profissionais da educação; e Desenvolvimento de sistema de informação e avaliação em todos os níveis de ensino e modalidades de educação. Garantia do ensino fundamental obrigatório de 09(nove) anos a todas as crianças de 06 (seis) a 14

(quatorze) anos, assegurando-se sua conclusão; Promover o acesso, o reingresso, a permanência e o sucesso do aluno na escola pública municipal; Incrementar e agilizar o processo de formação continuada dos profissionais da educação; Dar garantia à Educação Infantil como elemento constitutivo da formação do desenvolvimento e da integração social da criança;. Implementar a democratização da gestão escolar; Garantir infra-estrutura necessária bem como as condições físicas e de funcionamento das escolas; Desenvolver ações que favoreçam a melhoria da qualidade de ensino; Fortalecer o Sistema Municipal de Ensino; Consolidar o regime de colaboração entre o estado e o município; Fomentar políticas que visem a oferta de níveis e modalidades de ensino que não sejam de competência do poder público municipal; Desenvolver sistema próprio de informação censitária, que indique permanentemente dados estatísticos necessários ao planejamento educacional (RIO VERDE, Lei n. 4.864/2004).

Como se pode constatar o Plano Municipal de Educação abrange todos os níveis do ensino, desde a educação infantil até a educação superior, nas diversas modalidades, a saber: educação regular, especial, de jovens e adultos, profissional, a distância, e do campo.

A estrutura temática do Plano Municipal de Educação segue, na íntegra, a do Plano Nacional de Educação, apenas com o acréscimo de Educação do Campo e a exclusão da Educação Indígena.

Cada estrutura temática compõe-se de diagnóstico e diretrizes, que contemplam a descrição da situação atual e concepções de possíveis soluções e estratégias para avançar, e objetivos e metas que explicitam as intenções e ações da política educacional. Apesar de a vigência do Plano Municipal de Educação ser para 10 (dez) anos, suas metas estão ajustadas aos prazos mínimos do Plano Nacional de Educação, que entrou em vigor em 09 de janeiro de 2001.

No município de Rio Verde a educação básica está dividida em um total de 53 escolas para a educação infantil, 52 para o ensino fundamental, 9 para o EJA e 1 para o RIOEJA⁵ como demonstra a tabela abaixo.

⁵ Projeto objeto de trabalho nesta investigação.

Tabela 3 – Número de Escolas da Rede Municipal de Rio Verde – GO

| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 |
|--------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Educação Infantil | - | - | - | - | 19 | 19 | 21 | 29 | 53 |
| Ensino Fundamental | 52 | 52 | 44 | 44 | 50 | 53 | 55 | 55 | 52 |
| EJA | - | 11 | 10 | 10 | 9 | 10 | 9 | 9 | 9 |
| RIOEJA | - | - | - | - | 2 | 2 | 2 | 2 | 1 |
| Total Geral | 52 | 63 | 54 | 54 | 80 | 78 | 79 | 95 | 115 |

FONTE: Secretaria Municipal de Rio Verde-Go

A educação básica ofertada na rede municipal de ensino no período de 2000 a 2008 apresentou um crescimento da educação infantil de 33,65% conforme pode ser observado na tabela 3 . Alguns fatores contribuíram para esse crescimento dentre eles podemos destacar: os recursos do Fundo de Manutenção e Valorização do Magistério – FUNDEF, este instituído pela Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996, regulamentado pela Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e pelo Decreto 2264, de 27 de junho de 1997 – hoje substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, também contribuiu para o referido crescimento a adesão do município ao Programa Escola Campeã em parceria com o Instituto Ayrton Senna e a Fundação Banco do Brasil.

A LDB 9.394/96, em seu artigo 4º diz que: “O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de”:

§ “I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.”

O ensino fundamental no período de 2000 a 2008, apresentou um crescimento de 40,10%.

Tabela 4 – Número de Alunos por Modalidade de Ensino da Rede Municipal de Rio Verde – GO

| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 |
|--------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|--------------|---------------|---------------|---------------|
| Educação Infantil | 1.450 | 2.377 | 2.528 | 2.137 | 1.833 | 1.933 | 2.240 | 2.912 | 3940 |
| Ensino Fundamental | 12.384 | 13.063 | 13.013 | 14.262 | 15.588 | 14.576 | 14.681 | 15.695 | 17350 |
| EJA | - | 2.836 | 2.297 | 2.255 | 667 | 1.463 | 1.061 | 985 | 949 |
| TOTAL GERAL | 13.834 | 18.276 | 17.838 | 18.654 | 18.813 | 18547 | 18.478 | 19.705 | 22.308 |

Fonte: Secretária Municipal de Educação de Rio Verde-Go /2008

O RioEja, objeto deste estudo, e do qual trata a tabela que se segue, iniciou com 725 alunos matriculados no ano de 2004, atualmente no ano de 2008, constam 69 alunos, uma queda de 90,48%. A justificativa para esse decréscimo segundo a coordenadora do projeto, é a de que ele está em fase de transição ou seja o RioEja está terminando.

Tabela 5 – Número de Alunos do Projeto RioEja em Rio Verde – GO

| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 |
|--------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| RioEja | --- | --- | --- | --- | 725 | 575 | 496 | 103 | 69 |
| Total | | | | | 725 | 575 | 496 | 103 | 69 |

Fonte: Secretária Municipal de Educação de Rio Verde-Go/2008

Com relação à Educação de Jovens e Adultos houve um decréscimo de 66,54%, entre os anos de 2001 a 2008. Somente a Educação de Jovens e Adultos - EJA do 1º segmento (1ª a 4ª série) e de 2º segmentos (5ª a 8ª série) do ensino fundamental é de responsabilidade da rede municipal de ensino. A hipótese levantada para esse fenômeno é que, nesse período houve a transferência dos

alunos do ensino médio que freqüentavam a Educação de Jovens e Adultos para a rede estadual, atraídos pelas facilidades da EJA.

Para melhor compreender as especificidades do nosso objeto de estudo, o Projeto RioEja, procuramos historiar como acontece a educação de jovens e adultos no município de Rio Verde. Segundo a coordenadora da EJA ainda não foi feito um histórico da Educação de Jovens e Adultos no Município, e contam apenas com as resoluções.

2.3 A educação de jovens e adultos em Rio Verde

De acordo com a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96, todos brasileiros têm o direito à escolarização, inserindo-se na política global que visa à universalização da Educação Básica, sobretudo como um compromisso humano, social, econômico, cultural e ético do povo brasileiro.

Com esse compromisso diversos esforços foram desenvolvidos em Rio Verde no âmbito das políticas públicas para atender à demanda da EJA e nesse sentido tais esforços foram orientados pelo parágrafo segundo da LDB do artigo 37, buscando uma ação conjunta entre diferentes parceiros, incluindo organizações governamentais, não-governamentais, estados, municípios, empresas e até pessoas físicas.

Dessa forma, a Secretaria Municipal de Educação elaborou uma proposta, visando a atender, progressivamente, a demanda pelo Ensino Fundamental, garantindo ao jovem e ao adulto trabalhador a oportunidade de ingresso, permanência, apoio e sucesso na escola, priorizando o desenvolvimento de um processo psicopedagógico que respeitasse o perfil cultural do aluno adulto.

Segundo a Lei Municipal de Ensino de Rio Verde:

A educação Básica de Jovens e Adultos em Nível Fundamental e Médio com freqüência obrigatória e avaliação no processo, na Rede Pública do Sistema Municipal de Ensino, será destinada aqueles que não tiverem acesso ou continuidade de estudos nos respectivos níveis, na idade própria, nos termos dos artigos 41 e 42 da Lei Municipal 3.264 de 19/12/97.

A Resolução nº 042/2001 do Conselho Municipal de Educação autoriza funcionar, nas Unidades Escolares da rede Municipal, a modalidade de Ensino de Educação de Jovens e Adultos, desde que respeitadas as diretrizes curriculares nacionais e as normas do sistema Municipal de Ensino.

No art. 2º desta resolução, houve a extinção do Projeto “Educar para crescer” – Educação de Jovens e Adultos (Ensino Fundamental) que funcionava antes desta resolução ser aprovada.

A Resolução nº 015/2002 do Conselho Municipal de Educação aprova o projeto de Educação de Jovens e Adultos – Ensino fundamental, 1º segmento (alfabetização à 4ª série), autoriza e aprova os projetos e matrizes curriculares e credencia unidades de Ensino que passam a oferecer essa modalidade de Ensino, conforme o art. 1º desta Resolução.

O artigo 2º enfatiza que essa modalidade será oferecida em três etapas, sendo a primeira destinada a jovens e adultos não alfabetizados e semi-alfabetizados, a segunda a alfabetização com pouco domínio da leitura e da escrita e a terceira aos que não concluíram a 4ª série do Ensino Fundamental e que têm domínio da leitura e escrita. Cada etapa contará com 200 (duzentos) dias letivos e com 600 (seiscentos) horas aulas. Ao final da terceira etapa, se promovido o aluno receberá certificado de conclusão da 4ª série do Ensino Fundamental.

O projeto começou em 2002, e funcionou de forma experimental, pelo período de 3 (três) anos.

A Resolução nº 016/2002 do Conselho Municipal de Educação visa também aprovar o projeto de Educação de Jovens e Adultos para o 2º segmento (5ª a 8ª) e credenciar as unidades de Ensino Municipais para oferecer essa modalidade de ensino.

A resolução nº 039/2004 do Conselho Municipal de Educação, autoriza o funcionamento da EJA em outros lugares como por exemplo, no presídio local, e em uma escola de Ensino especial. Desses locais, segundo a Coordenadora da EJA, educação de Jovens e Adultos de Rio

verde, somente o grupo Conviver que atende essa modalidade de Ensino continua funcionando. Outras resoluções foram normatizando a EJA na cidade de Rio Verde.

2.4 Conhecendo o Projeto RioEja

No final da década de 1990, e com o advento da Lei 9394/96, a educação infantil e o ensino fundamental passaram a ser de responsabilidade dos municípios. Rio Verde, a exemplo de alguns municípios, criou seu próprio Conselho Municipal de Educação (CME) e também a regulamentação das diretrizes que norteiam o funcionamento desse sistema.

A Secretaria Municipal de Educação de Rio Verde (SMERV) mantém o programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) que funciona em regime seqüencial. No entanto essa modalidade, mesmo sendo alternativa e regular, não atende à grande demanda das empresas para escolarizar seus trabalhadores, que não têm como freqüentar a EJA, com suas exigências.

Por outro lado a resolução nº 008/2003 do Conselho Municipal de Educação aprovou o projeto piloto de Educação de Jovens e Adultos em nível de Ensino Fundamental (1º e 2º segmento), denominado RioEja, proposto pela Secretaria Municipal de Educação para desenvolvimento no Sistema Municipal de Ensino.

Essa aprovação permitiu que se criasse em 2003 o projeto RioEja, diferenciado, que possibilitaria o atendimento, principalmente, de funcionários da Perdigão e outras empresas que funcionam em turnos especiais e cujos trabalhadores(as) não teriam como freqüentar aulas todos os dias oferecendo-lhes uma outra modalidade, mesmo alternativa a regular, que não atende a grande demanda

O projeto foi criado almejando sanar os problemas educacionais que vinham afetando o desenvolvimento do município, entre os quais a baixa escolaridade de muitos trabalhadores que por motivos variados não puderam se preparar convenientemente para ocupar um espaço no mercado de trabalho fazendo com que as empresas recém

instaladas importassem mão-de-obra qualificada (RIO VERDE, 2003, p. 25).

A proposta traz a preocupação com a qualificação para o mercado de trabalho, expressa no seu documento:

Sabe-se que o mercado de trabalho é altamente competitivo e para conquistar maior produtividade, é necessário que seus funcionários possuam uma qualificação para tal e o Projeto RioEJA veio para garantir e assegurar essa tão almejada certificação (RIO VERDE, 2003, p. 27).

Na teoria de Gramsci, a formação geral não pode estar distante da profissional. Rodrigues (2005, p.15) relata que:

A escola cuja atuação é trabalho, que tem por função preparar as novas gerações para o trabalho. Preparar para o trabalho em Gramsci, não significa preparar para o mercado de trabalho, mas preparar o homem Omnilateral, na sua totalidade, na sua capacidade transformadora, o que não significa se submeter ao mundo da produção.

Na Proposta do RioEja não há uma discussão sobre o mundo do trabalho; o objetivo do projeto é qualificar o trabalhador do município de Rio Verde-Go interessado no prosseguimento dos estudos, com carga horária presencial compatível com sua jornada de trabalho, a fim de atender o mercado emergente com profissionais mais qualificados.

A concepção sobre educação contida nos escritos de Marx reza que esta deveria pautar-se pela dialética entre escola e realidade social.

Em conformidade com Marx, Freire (1987) diz que:

Nenhuma ação educativa pode prescindir de uma reflexão sobre o homem e de uma análise sobre suas condições culturais. Não há educação fora das sociedades humanas e não há homens isolados (...). Se a vocação ontológica do homem é a de ser sujeito e não objeto, só poderá desenvolvê-la na medida em que, refletindo sobre suas condições espaço-temporal, introduz-se nelas, de maneira crítica. Quanto mais for levado a refletir sobre situacionalidade, sobre seu enraizamento espaço-temporal, mais 'emergirá' dela conscientemente "carregado" de compromisso com sua realidade, da qual, porque é sujeito,

não deve ser simples espectador, mas deve intervir cada vez mais (FREIRE, 1979, p.61).

Na proposta, do RioEja, pode se constatar como referencial teórico o nome de Paulo Freire porém o que expressa o documento é o oposto do seu pensamento. Diz o documento:

Rio Verde já está inserida no processo de industrialização, exigindo, atualmente, trabalhadores com novo perfil, capazes de operar novas tecnologias e participar de novos processos organizativos. A formação desse novo perfil profissional, com competências e habilidades para enfrentar e resolver problemas práticos, tanto na vida pessoal como profissional, e que atenda aos interesses de empresas detentoras de programas de incentivo à qualificação profissional, emerge no contexto social, como alternativa para a formação do trabalhador necessários aos novos tempos.

Enfim, a proposta político- pedagógica da Educação de Jovens e adultos/RioEja da Rede municipal de Ensino de Rio Verde (2003) têm como ênfase preparar o aluno para o mercado de trabalho. O trabalhador-aluno do RioEJA, com sua formação interrompida, em geral ingressa no mercado de trabalho muito cedo. Entre os estudante do projeto RioEja, segundo a coordenadora do projeto encontram trabalhadores vindo de várias regiões do país, principalmente para trabalhar na Empresa Perdigão. A maioria com uma escolarização tardia. Segundo Antunes (2003) uma questão está relacionada à esfera privatizante do capital às bases de reestruturação produtiva que acarreta profundas transformações na materialidade e na subjetividade do trabalhador e que parecem recorrer à escola como tábua de salvação.

A estrutura curricular do projeto RioEJA foi organizada em dois blocos sendo o primeiro equivalente à 1ª e 2ª série e o II à 3ª e 4ª séries. Por se tratar de uma modalidade de ensino semi-presencial as aulas são ministradas em dias alternados (segunda e quarta ou terça e quinta). As disciplinas do bloco I são Língua Portuguesa, matemática, Estudos da Sociedade e da natureza e temas transversais.

O 2º segmento tem sua organização dividida também em dois blocos: o I equivalente a 5ª e 6ª séries e o II à 7ª e 8ª séries. As

disciplinas do segundo segmento são: Língua portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Arte e Inglês, são distribuídos em dois blocos. Além da freqüência às aulas, o aluno deve participar de projetos complementares com temas contemporâneos e necessários à formação do trabalhador, elaborados pelas Unidades escolares, e desenvolvidos pelos alunos às sextas-feiras.

Sobre a avaliação o projeto prevê que os critérios devem ser elaborados e compartilhados pela equipe escolar, segundo o documento: Os critérios de avaliação devem ser elaborados e compartilhados pela equipe escolar, considerando as aprendizagens essenciais e possíveis à maioria dos alunos submetidos às condições de aprendizagem proposta. Ao final de cada disciplina cursada em cada bloco, o aluno deve ser submetido a Exame final de avaliação, considerando-se as notas previstas no regimento da unidade Escolar.

Os recursos financeiros para execução do projeto estão a cargo da prefeitura Municipal de Rio Verde-Go, que oferece toda a infraestrutura necessária. São constituídas parcerias com empresas privadas locais para a complementação com materiais pedagógicos necessários aos alunos visto que o projeto não possui um orçamento próprio.

O projeto funcionava em três escolas municipais de Rio Verde. Atualmente conta com duas turmas na escola municipal Filadelfo Jorge de Lima e será encerrado em dezembro de 2008.

Quanto à avaliação do projeto, a previsão é de que será realizada quantitativamente e qualitativamente; por se tratar de um projeto Piloto, ele deve ser avaliado no decorrer do processo, possibilitando adequação necessária à qualidade do trabalho desenvolvido. Segundo sua coordenadora não houve avaliações periódicas, mas a equipe da escola sempre se reunia para tentar resolver os problemas que iam surgindo.

A Resolução nº 08/2007, revoga o Projeto RioEja, ficando somente a EJA – Educação de Jovens e Adultos presencial.

No terceiro capítulo serão apresentados os dados da pesquisa.

CAPÍTULO III

O TRABALHADOR-ALUNO DO RioEja: REALIDADE E ILUSÃO.

Ao realizar os estudos para essa pesquisa na Escola da Rede Municipal de Educação da cidade de Rio Verde, exigiu-se em primeiro lugar, uma reflexão com o intuito de estabelecer um panorama do ensino do RioEja. Em um segundo momento, buscamos trabalhar os dados por meio dos sujeitos investigados, trabalhadores-alunos, bem como por alguns profissionais da Educação que compõem o quadro da Educação de jovens e adultos deste projeto no município de Rio Verde.

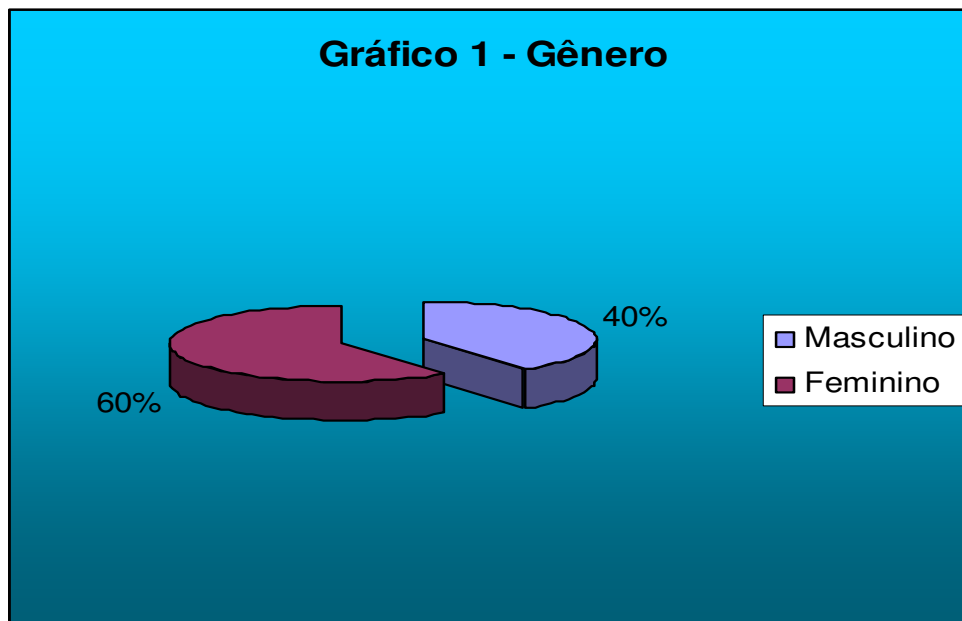
Procuramos compreender e interpretar os depoimentos, e os dados recolhidos que estão postos para a produção do conhecimento em educação, e em interlocução com as contribuições apreendidas em outras pesquisas realizadas, como também vários autores que têm estabelecido discussões no campo de Educação de Jovens e Adultos.

Neste sentido, foram realizadas entrevistas e também aplicados questionários, com os alunos trabalhadores que freqüentam o projeto RioEja na Escola Municipal Filadelfo Jorge onde funcionavam as últimas turmas do projeto RioEja. Foram 25 questionários, 02 entrevistas com as coordenadoras e 7 entrevistas com os alunos. Os gráficos que serão apresentados trazem totalizados os dados da escola pesquisada.⁶

Dos(as) alunos(as) trabalhadores(as) que freqüentam o RioEja, todos (as) são trabalhadores(as) locais.

Dos alunos(as) trabalhadores(as) pesquisados que freqüentam o RioEja considera-se importante chamar a atenção para o número de alunas que é maior do que o de alunos.

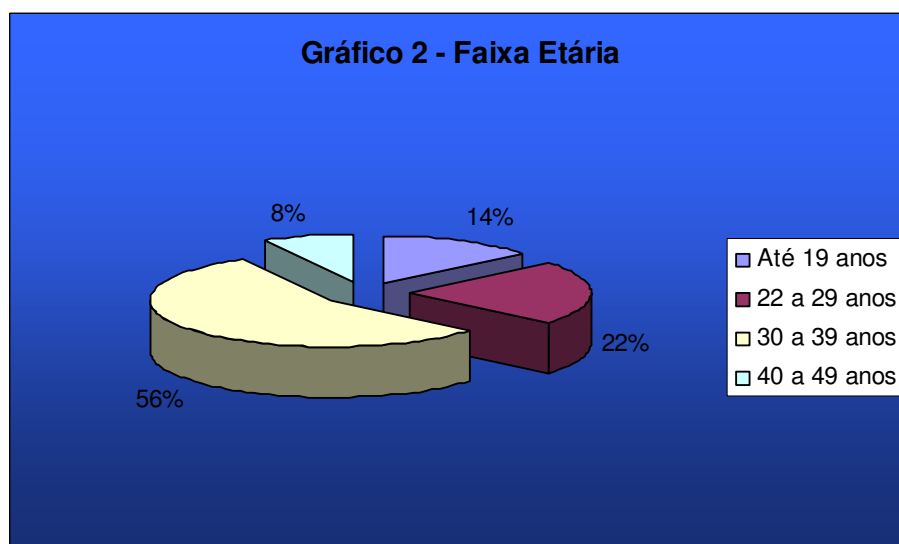
⁶ Gráficos construídos pela autora.



Fonte: O trabalhador-aluno do RioEja: realidade e ilusão.

O gráfico a seguir permite visualizar as diferentes faixas etárias que vão de 19 a 49 anos. Esses alunos estão presentes nas turmas do RioEja.

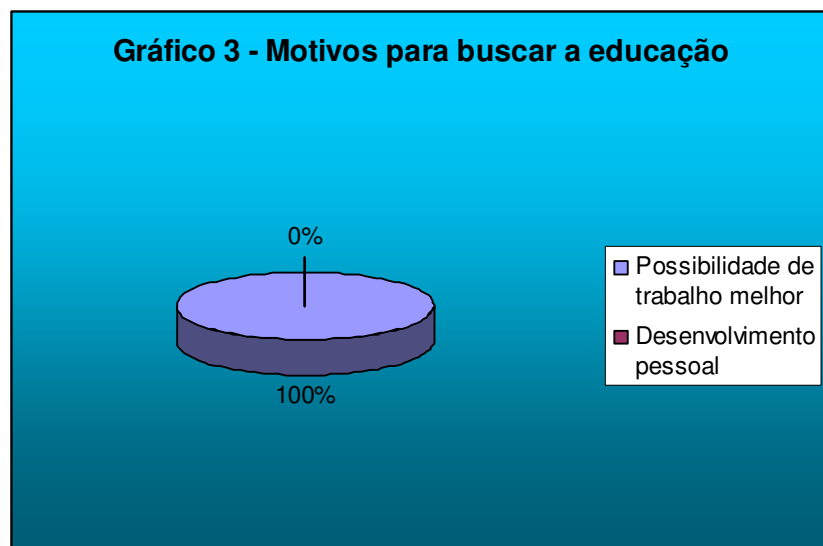
A faixa etária da maioria 56% está compreendida entre 30 a 39 anos, o que aponta uma defasagem entre a idade e a série a cursar (Gráfico 2):



Fonte: O trabalhador-aluno do RioEja: realidade e ilusão.

Hoje cada vez mais se exige que a escola ensine os alunos a desenvolver e potencializar habilidades e competências e aprenda a pensar e agir de modo flexível e que sejam críticos, para estar preparado para o mercado de trabalho. Essa é uma esperança dos trabalhadores, apesar da cruel realidade tão bem explicitada por Antunes (2000), “para que ele esteja preparado para um mundo sem emprego”.

Os percentuais de alunos que retornam à escola em busca de um emprego melhor totalizam 100% dos entrevistados. E o gráfico nº 3 ilustra que estes jovens e adultos retornam a seus estudos pela exigência do mercado de trabalho.



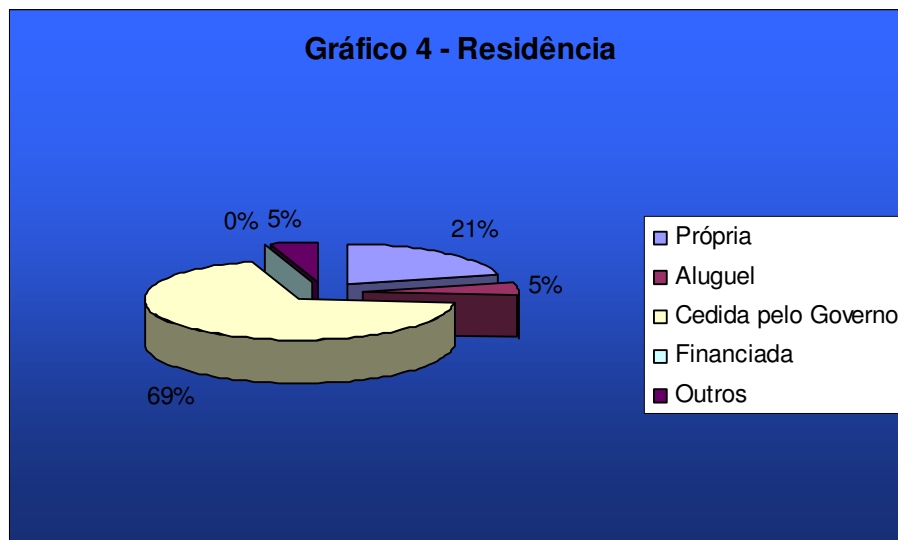
Fonte: O trabalhador-aluno do RioEja: realidade e ilusão.

Outro ponto que merece destaque é a opinião dos alunos de porque voltaram a estudar: sem freqüentar a escola não vêem perspectiva de futuro, tendo em vista que sem escolarização fica mais difícil de competir nesta sociedade. Ficou bem claro esse pensamento nos alunos, quando enfatizaram nas suas falas o porquê de ter retornado aos estudos, expondo que as pessoas que não têm estudos são humilhadas.

Na fala de uma das entrevistadas, sobre o porquê de ter retornado aos estudos, ela expõe que as pessoas que não têm estudos são humilhadas.

Ah! porque trabalhar de doméstica não é um serviço muito fácil agente agüenta muita humilhação, ai eu pensei não posso viver toda vida desse jeito tenho que tomar uma providência, eu falei vou voltar a estudar terminar meus estudos pra eu poder arrumar um serviço melhor (Entrevista 1)⁷.

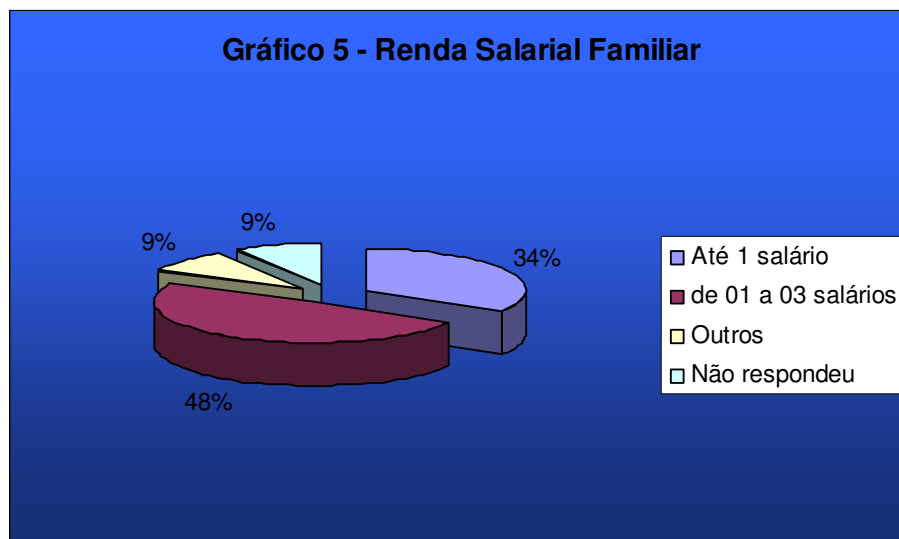
A seguir o gráfico nº 4 demonstra que a maioria dos (as) trabalhadores (as) possuem casas que são doadas pelo governo.



Fonte: O trabalhador-aluno do RioEja: realidade e ilusão.

Conforme o gráfico 5, o índice de trabalhadores (as) que ganham em média 01 a 03 salários quando estão empregados é considerada a realidade da grande maioria dos entrevistados.

⁷ Esta foi a forma utilizada para identificação das entrevistas, a numeração.



Fonte: O trabalhador-aluno do RioEja: realidade e ilusão.

Segundo Antunes (2000), criou-se uma massa de trabalhadores “precarizados”, sem qualificação, que está atualmente vivenciando a experiência de trabalho temporário, parcial ou ainda experienciando o “desemprego estrutural”.

Essa realidade é vivenciada pelos alunos trabalhadores do RioEja.

Na fala de um dos entrevistados, quando perguntado sobre qual a renda familiar quando estão trabalhando eles relatam:

“Ao todo não chega a 550 reais” (Entrevista 5);

“Eu e minha mãe quatrocentos reais, o meu pai eu não sei” (Entrevista 3);

“Só um salário” (Entrevista 1);

“Em torno de mil e quinhentos reais” (Entrevista 4)⁸

Dos entrevistados, o nº 4, é o único que foge à realidade do conjunto dos respondentes, pois recebe acima de 1.000 reais.

Torres (1997, p. 75), adverte que

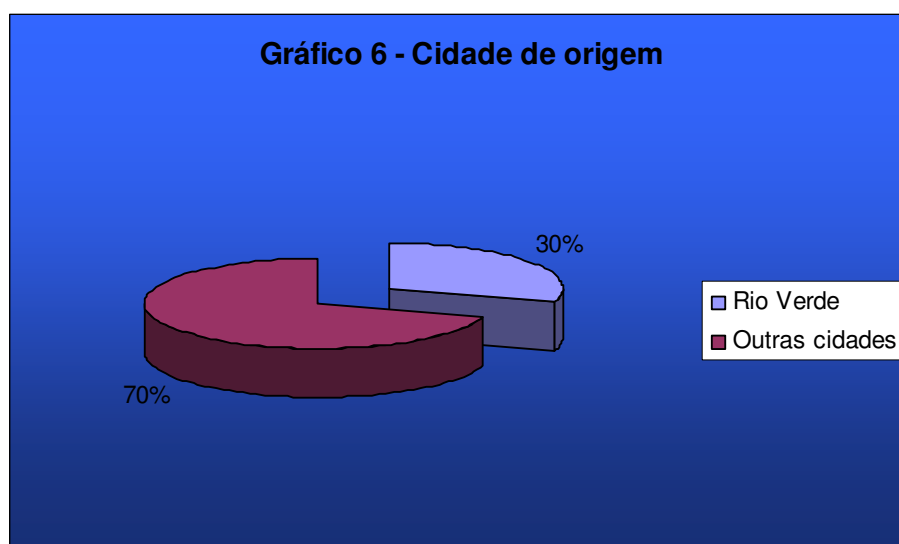
“na economia global do mundo atual os salários elevados estão cada vez mais ligados a requisitos educacionais para funcionar com sucesso em organizações de trabalho com desempenho elevado”.

⁸ Assim serão identificados os entrevistados e suas falas.

Conforme Silva (2004, p. 48), o sujeito da EJA, que é o trabalhador desenraizado, que saiu da roça por não ter trabalho e veio para a cidade, onde continua sem emprego, vive no mundo do trabalho, mesmo sem tê-lo porque o que possui muitas vezes “é o bico”.

O gráfico nº 6 demonstra que 70% dos sujeitos da pesquisa são provenientes de outras cidades e também outros estados. 30% são oriundos de Rio Verde.

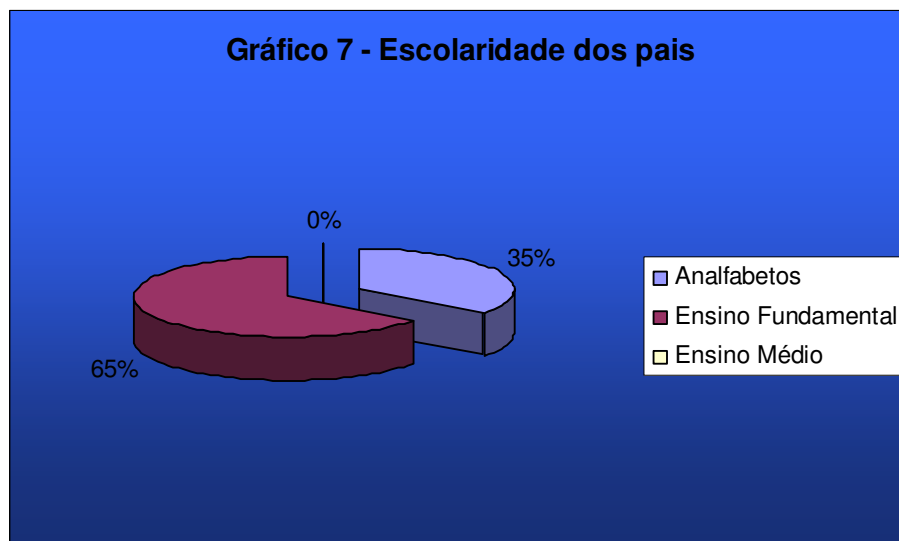
Isso mostra que a cidade de Rio Verde, com o surto da industrialização, atraiu pessoas de outras cidades e Estados.



Fonte: O trabalhador-aluno do RioEja: realidade e ilusão.

Segundo os dados da Secretaria da Escola Filadelfo Jorge de Lima, onde funcionam as duas turmas do projeto, os alunos (as) do Projeto RioEja, moram todos na periferia da cidade.

Já na questão do nível de escolaridade dos pais, gráfico 7, nota-se que a maioria não possui nem o Ensino Fundamental. Segundo os entrevistados, os pais não tiveram oportunidade de estudar.



Fonte: O trabalhador-aluno do RioEja: realidade e ilusão.

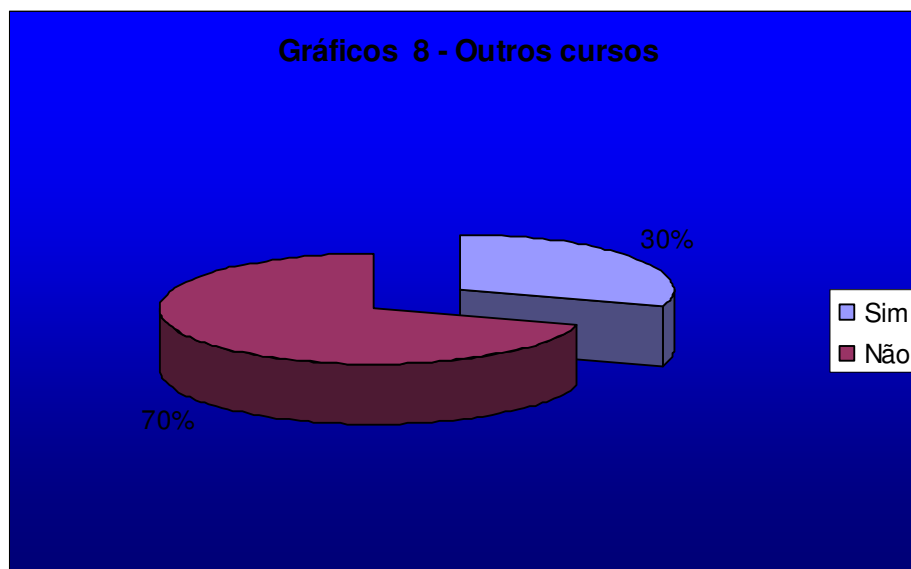
Na fala de um dos entrevistados sobre a infância, ele diz da necessidade de trabalhar desde a infância para ajudar no sustento da casa (Entrevista 4) *“Quase não tive infância”, “mais era trabaio”, era muito pobre, tinha que todo mundo “trabaia”. Meu pai ganhava pouco, a gente somos sete irmãos todo mundo tinha que “trabaia”.*

Segundo Bourdieu e Passeron (1979), para possuir os bens econômicos na sua materialidade é necessário possuir os instrumentos dessa apropriação e os códigos necessários para decifrá-los, ou seja, é necessário possuir capital cultural no estado incorporado, no estado institucionalizado, o capital cultural materializa-se por meios dos diplomas escolares.

Alguns dos entrevistados estudaram até a 8ª série, mas mesmo assim muitos tiveram que parar de estudar como mostra o Entrevistado 7:

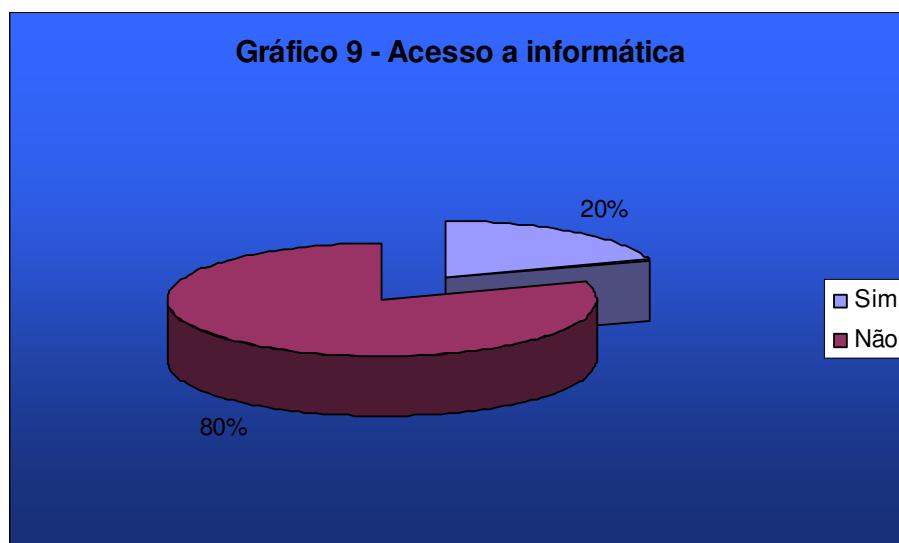
“Eu morava em Acreúna, estudei até a 8ª série, parei pra trabalhar na roça de algodão e milho. Agora estou na peleja com 12 anos já estava na roça, tinha que ralar, ia na escola a noite e dormia, tinha que preparar o caldeirão de bóia e pegar o caminhão as 2:30 da manhã”.

Sabe-se que os cursos de idiomas e informática são importantes na carreira de qualquer trabalhador. Mas segundo os entrevistados, 70% não possui esses cursos, como é relatado no gráfico abaixo.



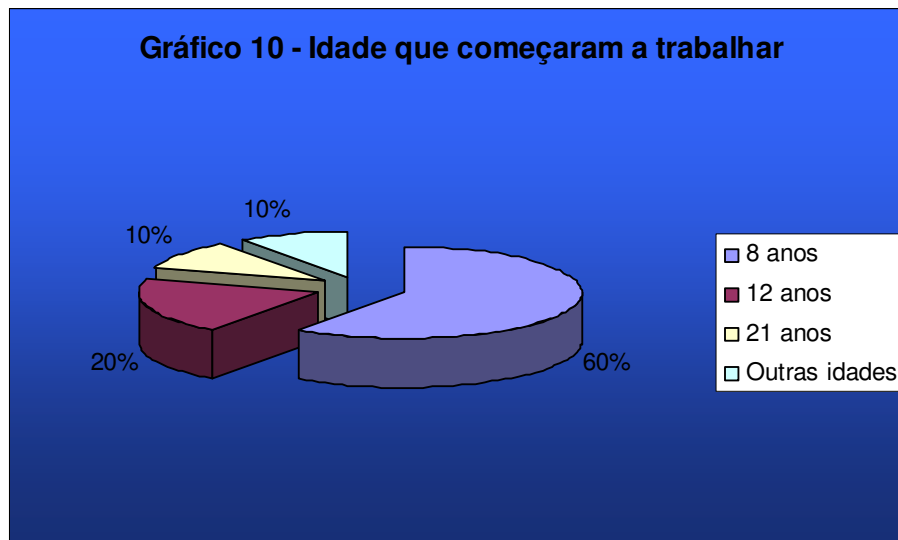
Fonte: O trabalhador-aluno do RioEja: realidade e ilusão.

Na questão sobre o acesso a informática, nota-se no gráfico seguinte: a maioria dos entrevistados ainda não possui este acesso.



Fonte: O trabalhador-aluno do RioEja: realidade e ilusão.

A maioria dos entrevistados começou a trabalhar com oito anos de idade, é o que mostra o gráfico abaixo.



Fonte: O trabalhador-aluno do RioEja: realidade e ilusão.

O trabalho dos alunos(a) entrevistados(a) no momento da pesquisa são diversificados pois, segundo as entrevistas, vemos que, de modo geral dividem-se entre indústria, comércio, serviços domésticos. Todos têm uma carga horária exaustiva como se vê na entrevista do Entrevista 5:

“Eu trabalho na Perdigão, é cansativo eu entro 4:30 da manhã e saio as 15 para as duas da tarde, eu chego em casa 15 para as três, descanso um pouco né vem para a escola, o dia que não tem escola tenho curso, não durmo muito, não descanso, porque acabo que no fim agente não tem tempo porque tem que cuidar da casa”.

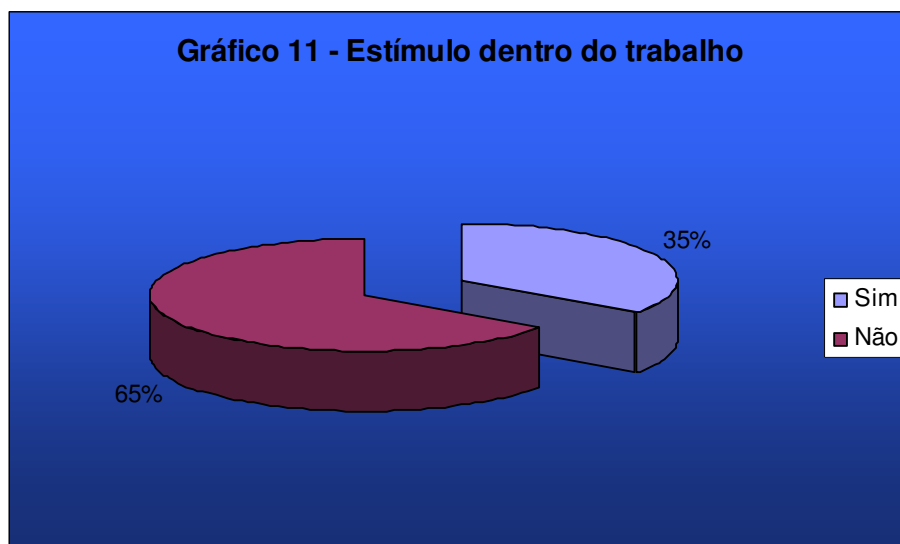
Constata-se segundo as entrevistas que a escolha do trabalho, é limitada pela falta de escolaridade, o que foi confirmado segundo o relato do Entrevista 1:

“Ah assim eu não tenho estudo pra poder arrumar um serviço melhor ai agora se Deus quiser termino meus estudos ai eu arrumo um serviço melhor”.

Ainda segundo esta questão sobre a escolha do trabalho, vemos que não basta ter capacidade, têm que ter escolaridade para ocupar o cargo almejado como relata Entrevista 5:

“Hoje em dia se você não tiver o mínimo o ensino médio você não consegue emprego porque eu tentei uma chance em outro emprego que eu tava tinha capacidade pra trabalhar não tinha estudo suficiente, serve pra fazer o serviço, mas não serve pra ocupar o cargo”.

Na entrevista realizada com os (a) alunos(a) do Projeto RioEja, vemos que o local de trabalho não os estimula a estudar, contraditoriamente aos princípios anunciados no Projeto; não proporciona alguma facilidade, oferecendo horários, progressão na carreira, etc, pois apenas 35% dos entrevistados, afirmam que o local de trabalho o estimula.



Fonte: O trabalhador-aluno do RioEja: realidade e ilusão.

Na questão sobre como ficaram sabendo do Projeto Rio EJA, temos diversos relatos de diferentes formas:

“Esse projeto, na verdade, eu não sabia, eu vim transferida de outra escola, pela proximidade da minha casa. (Entrevista 5)”;

“Eu moro aqui perto ai sempre passando aqui pela escola eu fiquei sabendo aí eu resolvi fazer a matrícula e estudar (Entrevista 1)”.

“A minha mulher me falou (Entrevista 6)”.

Na questão sobre o porquê veio fazer o RioEja, segundo os relatos os(a) entrevistados(a) resolveram voltar para a escola porque esse Projeto é oferecido somente duas vezes na semana e também as escolas que executavam este projeto ficavam perto das casas dos alunos-trabalhadores. Vemos também que os sujeitos entrevistados são pessoas que retornaram a escola para dar continuidade aos seus estudos, principalmente pela exigência do mercado de trabalho. A lei diz que a educação é direito de todos mas o que é preconizado pela lei não se efetiva na prática, visto que a maioria dos sujeitos entrevistados tiveram que abandonar a escola para sobreviver como diz Entrevista 6:

“Eu tive que escolher ou eu comia ou eu estudava, eu escolhi comer”.

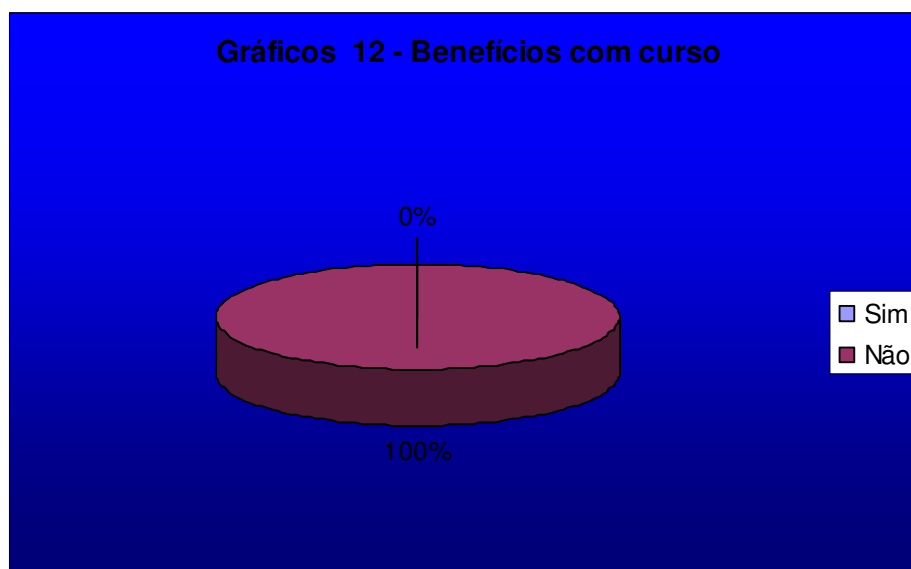
Silva (2004) pesquisando essa relação com estudantes da EJA (educação de Jovens e adultos) em Goiânia, coloca que comer é uma necessidade muito mais imediata para eles.

A saída dos alunos das escolas decorre na maioria das vezes da necessidade de ajudar os pais no sustento da família.

“Meu pai morreu e minha mãe ficou com 8 filhos, sendo que o mais velho tinha 15 anos e o mais novo 3 anos de idade aí minha mãe sofreu muito para cuidar da gente. E ai todo mundo teve que trabalhar muito cedo, eu comecei a trabalhar com 8 anos em oficina de funilaria e pintura as nossas condições era muito difícil. Foi um ônibus que atropelou meu pai, aí minha mãe recebeu uma pequena indenização, aí minha mãe comprou uma casinha pode cuidar da gente, mas dinheiro não tinha, faltava. Eu gostava da escola, sempre fui muito bem na escola só que quando eu comecei a trabalhar dificultou um pouco, porque aí acho que era muita coisa para minha cabeça trabalhava e estudava, aí eu tive que deixar a escola ou o trabalho eu tava dando crise convulsiva, o médico, pediu para minha mãe tirar eu do serviço mas eu preferi deixar a escola. Eu tinha alguns poucos amigos que eram meus vizinhos. Entrei na escola com 6 anos de idade, fiquei 19 anos fora não conto os meses que eu estudei em 98 (Entrevista 2)”.

Vemos segundo os relatos que todos entrevistados voltaram à escola em busca de um emprego melhor e acreditam que após concluir os estudos irão conseguir um bom emprego.

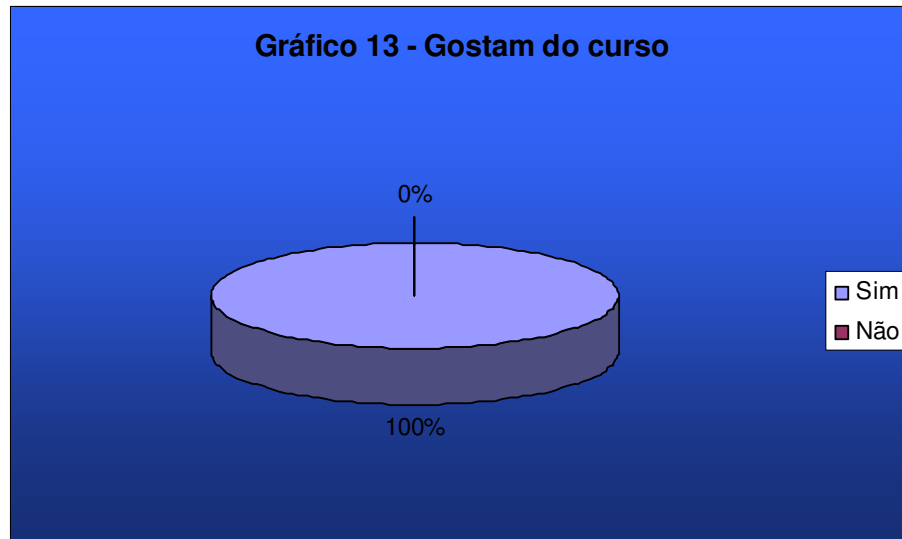
No que diz respeito se o “curso já lhe trouxe algum benefício em seu trabalho ”todos relataram que ainda não”, como fica claro segundo o gráfico 12:



Fonte: O trabalhador-aluno do RioEja: realidade e ilusão.

Na questão: “os alunos(a) entrevistados(a) estão gostando do curso”, o gráfico 13 mostra que 100% dos (as) entrevistados(a) responderam sim. Nesta pesquisa alguns alunos fizeram ressalvas dizendo que estão tendo muitas dificuldades nas disciplinas ministradas como o Português e Geografia, outros têm facilidade de ir para a escola e também porquê são só duas vezes por semana.

O que chama a atenção é que o curso é ministrado duas vezes por semana e mesmo assim alguns chegam à escola atrasados, porque têm que trabalhar até mais tarde.



Fonte: O trabalhador-aluno do RioEja: realidade e ilusão.

Entre as dificuldades encontradas para fazer o curso, o cansaço está em primeiro lugar, pois a carga horária de trabalho desses alunos é exaustiva, bem como alguns têm que ficar até mais tarde no trabalho.

Na pergunta se os entrevistados acham que se fizerem o curso, eles estarão mais capacitados (as) para o mercado de trabalho, todos responderam que sim e muitos ainda enfatizaram que o importante é a pessoa ter um diploma e que só depois de terem completado o ciclo de estudos é que terão chance de empregos melhores como relata entrevista 2:

“Com certeza, hoje estamos num país que exige muito, tem emprego pra todo mundo, mas não tem é profissional capacitado e qualificado, ta faltando é uma educação correta das pessoas e as pessoas falta é escolaridade, a gora vai depender mais de mim do que da escola”.

A entrevista 5, além de relatar que o importante é o diploma e não a capacidade ou inteligência relata:

“É porque hoje em dia eles exigem muito é o diploma não somando pelo que você sabe fazer, o importante é o diploma. No meu emprego anterior era assim eu fui contratada como auxiliar geral só que é aquele auxiliar geral que faz tudo, falta um vendedor aí vai fazer o serviço dele mas não ganha, falta um auxiliar de crédito você vai pra aquele lugar tampar aquele buraco, mas você não vai ganhar por isso, aí quando surge a vaga você pede a vaga aí você não pode fazer porque não tem estudo”.

Bruno (1996) esclarece que a qualificação diz respeito a capacidade de realização das tarefas requeridas pela tecnologia capitalista. Esta capacidade pressupõe a existência de dois componentes básicos: um muscular e outro intelectual, que tem sido combinados de diferentes formas nas sucessivas fases do capitalismo e nos diversos tipos de processo de trabalho.

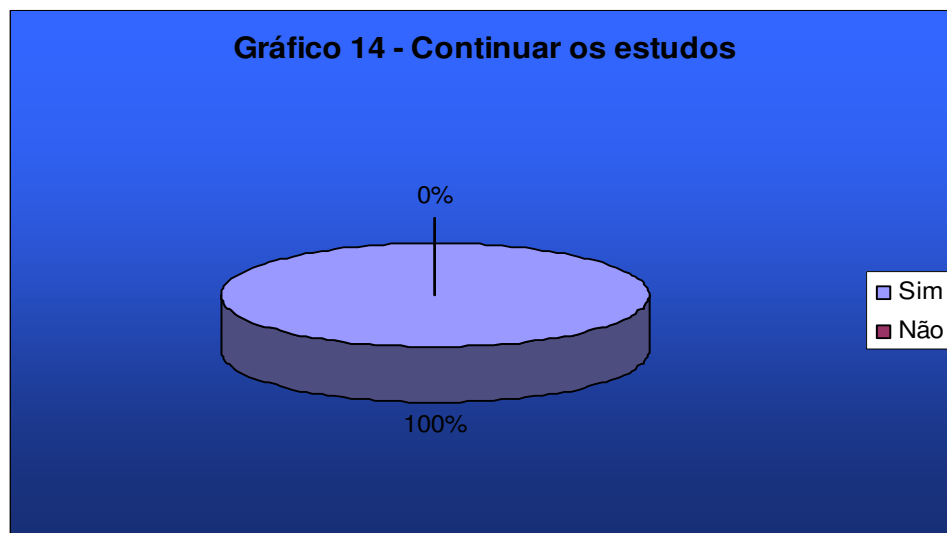
Ainda se referindo a esta questão, Franco (1998) relata a respeito da qualificação expondo que: a citação

“Como vemos a qualificação dos trabalhadores no capitalismo moderno em todos os setores da sociedade não passa de um mito. A sofisticação científica tecnológica não implica maior qualificação dos trabalhadores (como a aparência das coisas poderia indicar). Ao contrário implica a crescente desqualificação do trabalhador e conseqüentemente a degradação do trabalho”.

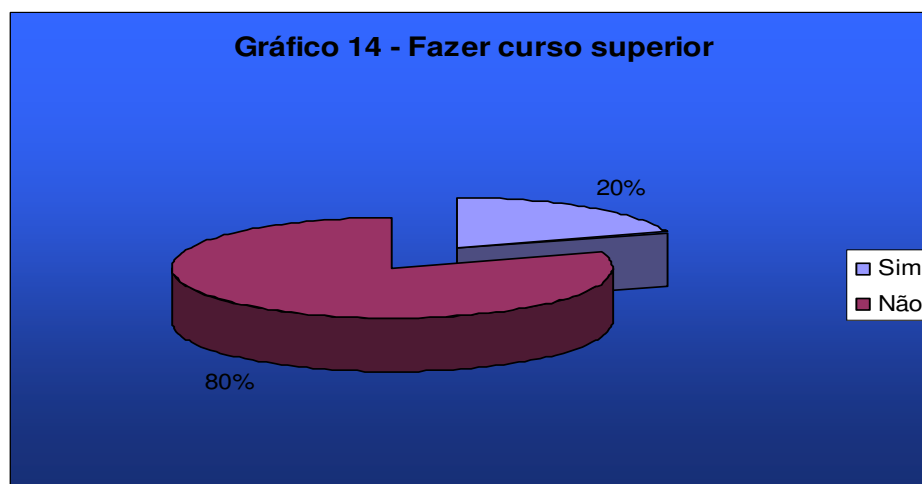
Ainda segundo Franco (1998) a aplicação sistemática da ciência e da tecnologia na produção ao mesmo tempo necessita de uma minoria de trabalhadores qualificados e superqualificados, desqualificando a maioria da força de trabalho submetendo a um trabalho sem sentido, cansativo, repetitivo e degradante. Como foi colocado no primeiro capítulo, a ideologia tem o papel de mascarar essa realidade.

Na questão sobre se os entrevistados pensam em continuar estudando e o que eles pensam em fazer depois que terminar este curso, 100% dos alunos responderam que pretendem continuar a estudar. O que chama a atenção é que somente 20% deles pensam em

concluir um curso superior, o restante somente em concluir o Ensino Médio.



Fonte: O trabalhador-aluno do RioEja: realidade e ilusão.



Fonte: O trabalhador-aluno do RioEja: realidade e ilusão.

Como se pode observar a pesquisa realizada aponta que no quadro de profundas mudanças na organização do mundo do trabalho, as contradições presentes na vida e trabalho dos alunos (as) do RioEja(as) são muitas e de difícil superação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo abordar a formação dos alunos trabalhadores que freqüentaram o projeto RioEja e sua relação com o mercado de trabalho e suas perspectivas quanto ao peso deste curso em seu futuro. Trata de uma realidade contraditória da vida e trabalho dos alunos do projeto RioEja.

Para o desenvolvimento desse trabalho contamos com a cooperação das pessoas envolvidas com o projeto RioEja, tanto de forma direta quanto indireta, que nos receberam de maneira educada e assim nos deram oportunidades para nossa atuação como pesquisadora.

Os estudos referentes à Educação de jovens e adultos, permitiram compreender melhor o campo pesquisado.

Partimos do entendimento que a Educação de Jovens e Adultos não se constitui de forma aleatória, mas numa construção histórica. Fizemos um percurso nos diferentes momentos da história da Educação de Jovens e Adultos a fim de compreender suas mudanças bem como suas implicações na atualidade.

Na Proposta do RioEJA não existia uma discussão sobre o mundo do trabalho, seu objetivo era qualificar o trabalhador do município de Rio Verde-Go, interessado no prosseguimento dos estudos, com carga horária presencial compatível com sua jornada de trabalho, a fim de atender o mercado emergente com profissionais mais qualificados, pois a maioria só contava com uma escolarização tardia.

Pode-se constatar que a população que freqüentava o Projeto RioEja era uma população jovem, e é preciso chamar a atenção para o número de alunas que é maior do que o de alunos e que todos retomaram seus estudos pela exigência do mercado de trabalho.

Vimos que a realidade vivenciada pelos alunos trabalhadores do RioEja, em relação a renda salarial e moradia, merecendo enfatizar que o objetivo da volta aos estudos e da busca de trabalho foi para

melhores condições de vida. Isso nos faz ver que essa classe trabalhadora aponta para o contexto atual de uma maior exigência técnica colocada para a classe trabalhadora, bem como indica que esses trabalhadores-alunos procuram melhores condições concretas da existência humana. Parece que a consciência possível desses alunos ainda não lhes permite sabê-las e reivindicar suas próprias necessidades.

Em relação ao nível de escolaridade dos pais vimos que a maioria deles, não teve oportunidade de estudar. Por outro lado, vemos que, na concepção atual de mundo globalizado, a educação ganha centralidade, pela grande demanda do mercado de trabalho, que cada vez vem exigindo um grau maior de qualificação, conhecimentos e informações desses trabalhadores-alunos.

Os sujeitos dessa pesquisa não freqüentaram a escola durante a infância. Os motivos relatados pelos alunos (as) trabalhadores (as) referiam-se a luta pela sobrevivência. Não reconhecem sua condição de marginalizados em uma sociedade excludente. A escola era para os que tinham condições financeiras. A infância desses alunos (as) trabalhadores (as) sempre foram marcadas pela luta diária pela sobrevivência.

O motivo que levou esses alunos (as) a retornarem á escola, reside principalmente no fato de conseguir um emprego melhor, abandonavam a escola para trabalhar e estão retornando porque sentem-se excluídos do mercado de trabalho. Suas expectativas eram de que a escola iria, em curto prazo, solucionar os seus problemas e que as dificuldades enfrentadas no trabalho estariam relacionadas à falta de escolarização. Essa condição de excluídos do mercado de trabalho é que fez com que eles retornassem à escola.

Os alunos trabalhadores (as) ressaltaram que, mesmo o projeto sendo duas vezes na semana, as maiores dificuldades para freqüentar as aulas estão relacionadas a vida profissional e familiar. Já a prevalência do número de alunas do Projeto RioEja se deu principalmente pelo fato de que, por um período, elas podiam levar os filhos para a escola. Os homens afirmam que o trabalho muitas vezes

os impede de chegar à escola no horário. Existe uma luta pela sobrevivência tanto na infância quanto na vida adulta. Assim o trabalho continua sendo o empecilho para que esses alunos(as) freqüentem a escola.

Nas entrevistas realizadas com os (a) alunos(a) do Projeto RioEja, vimos que o local de trabalho não os estimula a estudar, contraditoriamente aos princípios anunciados no Projeto, nem proporciona alguma facilidade, oferecendo horários, progressão na carreira, etc, pois apenas 35% dos entrevistados, afirmam que o local de trabalho os estimula.

Por meio das entrevistas, vimos que todos voltaram à escola em busca de um emprego melhor, acreditando que após concluir os estudos iriam conseguir um bom emprego ou uma colocação melhor, e também a possibilidade de uma renda melhor. O RioEja proporcionou mudanças na vida de seus alunos mas não a ponto de transformar essa realidade social. Pino (1999) diz que o objetivo de toda Educação de Adultos tem que ser o da mudança concreta das condições materiais de existência das populações. Uma mudança não acontece de uma hora para outra.

Enfim apesar de todas as dificuldades que esses alunos trabalhadores enfrentam, é preciso considerar, que o projeto RioEja segundo os alunos(as) proporcionou a eles(as) oportunidade de voltar a estudar visto que a maioria não teria condições se a exigência fosse de presença diária.

Resta-nos, portanto, pensar no como organizar essa escola para atender as especificidade e anseios desses alunos(as) trabalhadores(as) mediante as crescentes transformações pelas quais vem passando o sistema educativo e também o mundo do trabalho, e considerando o que a investigação explicitou, em casos como o de Rio Verde, maior atenção precisa ser dada ao tipo de desenvolvimento regional e suas reais possibilidades de absorção de mão de obra; ao papel indutor, supervisor e orientador do Estado; às reais necessidades dos alunos(as) trabalhadores,(as). Propostas que tenham por finalidade incluir os excluídos simplesmente para que esses estejam preparados

para o mercado de trabalho, na verdade afasta cada vez mais os trabalhadores de ter o direito a verdadeira cidadania.

Portanto, uma escola que atenda as necessidades dos trabalhadores passa necessariamente pela forma como as pessoas organizam essa sociedade, e a proposta do RioEja está inserida na contradição da organização social, política e econômica em que esta alicerçada a nossa sociedade. Por isso, é necessário que o currículo contemple a singularidade dos alunos trabalhadores e lhes ofereça possibilidades para compreender as questões relacionadas ao mundo do trabalho bem como lhes dê oportunidade de preparar-se para o mercado de trabalho.

Retomando Freire, (p. 38), o importante do ponto de vista de uma educação libertadora e não bancária, é que, em qualquer dos casos, os homens se sintam sujeitos de seu pensar, discutindo o seu pensar, sua própria visão do mundo, manifestada implícita ou explicitamente, nas suas sugestões e nas de seus pares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 9. ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2003.

_____. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da Educação e da Pedagogia: Geral e Brasil*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

_____. *História da educação*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1997.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96 de 20/12/96*. São Paulo: Editora do Brasil.

_____. *Plano Nacional de Educação*, Lei n. 10.172 de 20 de janeiro de 2001.

_____. Parecer n. 11 de maio de 2000 e Resolução CNE/CEB, n. 1 de 05 de julho de 2000, estabelece *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos*. 2000.

_____. LDB. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 20 de dezembro de 1996*.

_____. *Constituição Federal de 05 de outubro de 1988*. Brasília, 1988.

BRUNO, Lúcia. Educação, qualificação e desenvolvimento econômico. In: Bruno, Lúcia (Org.) *Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 1996.

CAMPOS, Onaldo. *Rio Verde histórico*. Goiânia: Edigraf, 1971.

CHAUI, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

COSTA, Cláudia Borges. O trabalhador-aluno da EJA: desafios no processo ensino-aprendizagem. *Dissertação*. (Mestrado em Educação). Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2008.

CUNHA NETO, Oscar. *Rio Verde: Apontamentos para a sua história*. Goiânia: Líder, 1993.

ENGUITTA, Mariano F. *A Face Oculta da Escola*. Porto Alegre – RS: Artes Médicas, 1989.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. IN FAZENDA, Ivani (org). *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 1989.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e crise no capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 5ª edição, 2003.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 34. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FRANCO, Luís Antônio de Carvalho. *A escola do trabalho e o trabalho da escola*. São Paulo: Cortez, 1998.

GADOTTI, M. *Convite à leitura de Paulo Freire*. São Paulo: Scipione, 1989.

GOIÁS, Secretaria de Planejamento. Ranking dos Municípios Goianos 2005, disponível no

Site:<http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/rank/2005/rioverde.pdf>, acesso em 20/08/2008.

GOIÁS, Eleições Notícias – *Cidades*. Disponível no site: http://www.terra.com.br/cgi-bin/index_frame/noticias/eleicoes/estados/GO/capa.htm, acesso em agosto de 2008.

GUIMARÃES, Hercília de Castro. *Conselho Municipal de Educação – COMERV : na consolidação das Políticas Públicas da Educação Básica em Rio Verde*. Mimeo, s.d.

IBGE. *Censo*. 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em agosto de 2008.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986. (Temas Básicos de Educação e Ensino).

MANFREDI, Silvia Maria. *Educação profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003.

MARX, Karl. *Para a crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MOTTA, Elias de Oliveira. *Direito educacional e educação no século XXI*. Brasília: UNESCO, 1997.

NOSELHA, Paolo. A escola brasileira no final de século: um balanço. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.

PAIVA, Vanilda. *Educação popular e educação de adultos*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1987.

PAIVA, Vanilda. *Educação popular e educação de adultos*. 10. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

PINO, Mauro del. Política educacional, emprego e exclusão social. In. GENTILLI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.) *A cidadania negada*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 65-88.

RIO VERDE. Secretaria Municipal de Rio Verde – GO. *Relatórios Anuais - Gestão 2004-2008*.

_____. Lei n. 4.888/2004. *Sistema Municipal de Educação*. Prefeitura Municipal de Rio Verde. Rio Verde, 2004.

_____. Lei n. 4864/2004. *Plano Municipal de Rio Verde*. Prefeitura Municipal de Rio Verde. Rio Verde, 2004.

_____. Projeto RioEja. *Sistema Municipal de Ensino*. Secretaria Municipal de Educação. Rio Verde, 2003.

RIBEIRO, Luiz Carlos. Trabalho e realização. In. *Para Filosofar*. São Paulo: Scipione, 2000.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da Educação Brasileira*. A organização escolar. 11. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

RODRIGUES, Maria Emília de Castro. *Gramsci é a categoria dos intelectuais*. Goiânia, 2005 (Mimeo).

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SCHAFF, ADAM. *A sociedade informática: as conseqüências da segunda revolução industrial*. 4e. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SILVA, Ivonete Maria da. “ou trabalha e come ou fica com fome e estuda” o trabalho e a não permanência de adolescentes ,jovens e adultos na escola em Goiânia. 2004 249 f. Dissertação(Mestrado em Educação) –Faculdade de Educação Universidade Federa de Goiás.

SILVA, Zilda Pires. *Rio Verde: pioneira e progressista: decolagem para o desenvolvimento*. Goiânia: Kelps, 2004.

_____. *Rio Verde*: relato histórico. Rio Verde-GO: IAM Gráfica e Editora, 1998.

SIQUEIRA, J. A.; VIEIRO, A.; VIEGAS, M. F. As políticas públicas e as concepções de EJA no Brasil no contexto da reestruturação capitalista. *Reflexão e Ação*. UNISC. v. 7, n. 2, jul/dez, 1999.

TASSARA, H. *Perdigão* - uma trajetória para o futuro. São Paulo: Empresa das Artes, 1996.

TORRES, C. A. Experiências de alfabetização de jovens e adultos nos países desenvolvidos. In: *Anais ... Seminário Internacional Educação de Jovens e Adultos*. IBEAC, Brasília: MEC, 1997.

ULLER, R. Profissionalização na Empresa Familiar: O Caso da Perdigão Agroindustrial (*Dissertação de Mestrado*). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

XAVIER, Conceição Clarete. *Educação, matemática e conflitos sociais*. 2004, Tese (Doutorado) Universidade de Campinas (Unicamp), Campinas-SP. 2004.

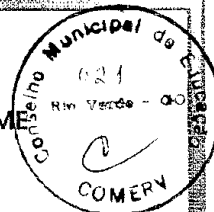
WEREBE, Maria José Garcia. *30 anos depois*: grandezas e misérias do ensino no Brasil. São Paulo: Ática, 1994.

ANEXOS

ANEXO 1 - PROJETO RIOEJA



MUNICÍPIO DE RIO VERDE - GO
SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SME
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA



Projeto RioEJA



PREFEITO MUNICIPAL: Paulo Roberto Cunha
SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO: Lúcia Helena Alves Caetano
ADMINISTRAÇÃO 2001 - 2004

Conselho Municipal de Educação de Rio Verde - COMERV

APROVAÇÃO

Resolução n.º 008/03 de 05/06/03

[Signature]
Presidente

Rio Verde - GO
Janeiro / 2003

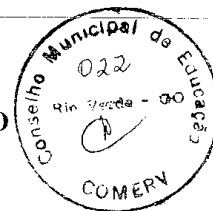
Apoio:



PERDIGÃO

PREFEITO MUNICIPAL DE RIO VERDE - GO

PAULO ROBERTO CUNHA



SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
LÚCIA HELENA ALVES CAETANO

GERENTE DO PROGRAMA ESCOLA CAMPEÃ
LÚCIA HELENA BATISTA

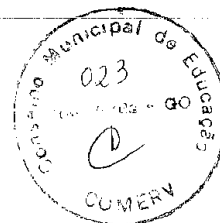
RESPONSÁVEL PELO PROJETO RioEJA
ZELMA ARANTES LEÃO

Conselho Municipal de Educação de Rio Verde - COMERV

APROVAÇÃO

Resolução n.º 008/03 de 05/06/03


Presidente



Ninguém educa ninguém,
ninguém educa a si mesmo,
os homens se educam entre si,
mediatizados pelo mundo.

PAULO FREIRE

Conselho Municipal de Educação de Rio Verde - COMERV
APROVAÇÃO
Resolução n.º 008/03 de 05/06/03
1950/30
Presidente

SUMÁRIO



| | |
|---|----|
| 1 - APRESENTAÇÃO..... | 5 |
| 2 - JUSTIFICATIVA..... | 6 |
| 3 - OBJETIVOS GERAIS..... | 8 |
| 4 - ESTRUTURA..... | 8 |
| 4.1 - O ENSINO FUNDAMENTAL – 1º SEGMENTO..... | 9 |
| 4.1.1 - MATRÍCULA..... | 9 |
| 4.1.2 - CARACTERÍSTICAS DOS COMPORTAMENTOS DE ENTRADA E SAÍDA DOS BLOCOS..... | 10 |
| 4.2 - O ENSINO FUNDAMENTAL - 2º SEGMENTO..... | 12 |
| 4.2.1 - MATRÍCULA..... | 12 |
| 4.2.2 - ÁREA DE ABRANGÊNCIA..... | 13 |
| 4.3 - AVALIAÇÃO PEDAGÓGICA..... | 15 |
| 4.3.1 - ESTRATÉGIAS PARA AVALIAR AS APRENDIZAGENS..... | 16 |
| 4.3.2 - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO..... | 16 |
| 4.4 - ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA AOS PROFESSORES E AOS ALUNOS..... | 17 |
| 4.5 - RECURSOS FINANCEIROS..... | 17 |
| 5 - AVALIAÇÃO DO PROJETO..... | 17 |
| CONCLUSÃO..... | 19 |
| BIBLIOGRAFIA..... | 20 |

Conselho Municipal de Educação de Rio Verde - COMERV

APROVAÇÃO

Resolução n.º 008/03 de 05/06/03

1904
Presidente



1 - APRESENTAÇÃO

O Prefeito Municipal de Rio Verde-GO., Paulo Roberto Cunha, há muito almeja sanar um problema educacional que afeta sobremaneira o desenvolvimento do Município: a baixa escolaridade da maioria dos cidadãos rio-verdenses que, por motivos variados, não puderam preparar-se convenientemente para enfrentar o grande desafio do mercado de trabalho emergente, provocado pela implementação do processo industrial. A baixa qualificação do trabalhador é a razão por que as empresas recém-instaladas importem mão-de-obra qualificada, contribuindo com a marginalização do cidadão rio-verdense e, conseqüentemente, a ampliação do número de desempregados. Comprometido com o desenvolvimento do Município, uma vez que a Secretaria Municipal de Educação, representada pela Secretária Lúcia Helena Alves Caetano, já oferece o Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA), propõe-se a realizar um trabalho, cuja base de sustentação operacional seja centrada no sistema de parceria entre o Município de Rio Verde, via Secretaria Municipal de Educação, Universidades Educacionais e Empresas Privadas locais, ampliando o número de atendimento de adultos neste Programa, inovando-o com uma proposta que atenda à qualificação dos adultos trabalhadores deste Município, carentes de atendimento específico, compatível com sua jornada rotativa de trabalho. O apoio das empresas no incentivo à participação do trabalhador é primordial para o sucesso deste Projeto.

Após colher subsídios necessários a sua elaboração, recorreu-se ao material divulgado pela Coordenação de Educação de Jovens e Adultos (COEJA); à Proposta Curricular para o Segundo Segmento do Ensino Fundamental – EJA (correspondente à etapa de 5ª a 8ª série); à Superintendência de Educação à Distância, da Secretaria de Estado da Educação, ao Núcleo Regional de Educação de Jovens e Adultos (NURED); e aos referenciais que estruturam o ENCCEJA – Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos; às sugestões coerentes com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) do Ensino Fundamental. Considerou-se também a especificidade da clientela que merece atenção em relação ao seu acolhimento pela equipe escolar, principalmente para estímulo no prosseguimento dos estudos e ao desafio de superar o cansaço provocado pelo cumprimento da jornada de trabalho.

O Projeto em questão estabelece critérios e parâmetros mínimos que orientam o trabalho dos professores para que favoreçam o desenvolvimento de competências e

Conselho Municipal de Educação de Rio Verde - COMERV

APROVAÇÃO

Resolução n.º 008/03 de 05/06/03

[Assinatura]
Presidente



habilidades necessárias aos jovens e adultos, situando-os como participantes da sociedade, com a perspectiva de um futuro promissor.

O Projeto RioEJA trata-se, portanto, de um Projeto Piloto de Educação de Jovens e Adultos (EJA) Municipal, Semipresencial, com média de conclusão das séries finais do Ensino Fundamental em dois anos, implementado, executado e avaliado no processo, desenvolvido nas seguintes Unidades de Ensino:

- EMEF “NUZA MACHADO” – período Matutino;
- EMEF “FILADELFO JORGE DA SILVA” – período Noturno;
- EMEF “SELVA CAMPOS MONTEIRO” – período Noturno.

2 - JUSTIFICATIVA

De acordo com o Censo 2000 divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as escolas de Ensino Fundamental do Município de Rio Verde-GO, já acolhiam 94,9% das crianças entre 7 e 14 anos. Pode-se dizer que é quase universal o atendimento para a faixa etária correspondente.

No entanto, por motivos variados, um alto contingente populacional jovem e adulto não possui a formação fundamental. Segundo o referido Censo, 31,2% da população brasileira com mais de 10 anos de idade tem apenas três anos de estudo. Isso significa que um terço dos brasileiros (mais de 50 milhões de pessoas) não concluíram nem a primeira parte do Ensino Fundamental.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Nº 9394/96, esses brasileiros têm direito à complementação de seu processo de escolarização, inserindo-se na política global que visa a universalização da Educação Básica, sobretudo como um compromisso humano, social, econômico, cultural e ético do povo brasileiro.

Diversos projetos têm sido desenvolvidos no âmbito das políticas públicas para atender à demanda da EJA, inclusive como ação conjunta entre diferentes parceiros, incluindo organizações governamentais, não-governamentais, estados, municípios, empresas e até pessoas físicas, como afirma o Parágrafo Segundo, do artigo 37 da LDB.

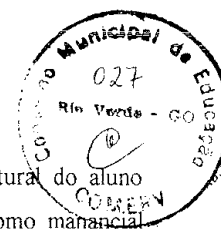
A Secretaria Municipal de Educação elaborou esta proposta, com o objetivo de atender, progressivamente, à demanda do Ensino Fundamental, garantindo ao jovem e adulto trabalhador a oportunidade de ingresso, permanência, apoio e sucesso na escola, priorizando o

Conselho Municipal de Educação de Rio Verde - COMEUV

APROVAÇÃO

Resolução n.º 008/03 de 05/06/03

[Assinatura]



desenvolvimento de um processo psicopedagógico que respeite o perfil cultural do aluno adulto, ensejando-lhe o aproveitamento da experiência humana adquirida, como manancial insubstituível de construção da trajetória de auto-aprendizagem.

O Projeto RioEJA visa atender a jovens e adultos que trabalham em empresas estatais e/ou privadas, com uma jornada de trabalho intensiva que, muitas vezes, prevê alternância de horários de trabalho nos diferentes turnos de funcionamento.

Para tanto, propõe-se a realizar um trabalho, cuja base de sustentação operacional é centrada no sistema de parceria entre o Município de Rio Verde-GO (Secretaria Municipal de Educação), Empresas locais e Unidades Educacionais, sobretudo de Cursos Superiores, possibilitando a prática docente de alunos e bolsistas, formando um banco de profissionais capazes de preencher as vagas que oportunamente poderão surgir, por motivo variados, até a realização de um próximo concurso.

Sabe-se que o mercado é altamente competitivo e para conquistar maior produtividade, é necessário que seus funcionários possuam uma qualificação para tal, e o Projeto RioEJA veio para garantir e assegurar essa tão almejada certificação.

Rio Verde já está inserida no processo de industrialização, exigindo, atualmente, trabalhadores com novo perfil, capazes de operar novas tecnologias e participar de novos processos organizativos. A formação desse novo perfil profissional, com competências e habilidades para enfrentar e resolver problemas práticos, tanto na vida pessoal como profissional, e que atenda aos interesses de empresas detentoras de programas de incentivo à qualificação profissional, emerge no contexto social, como alternativa para a formação do trabalhador necessário aos novos tempos.

Nesta perspectiva, o presente projeto faz parte de uma estratégia de envolvimento da empresa, junto ao Município, na oferta da escolaridade geradora da qualificação do profissional rio-verdense.

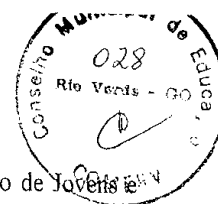
“Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos é necessário que a escola assuma a função reparadora de uma realidade injusta, que não deu oportunidade nem direito de escolarização a tantas pessoas. Ela deve também contemplar o aspecto equalizador, possibilitando novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços de estética e na abertura dos canais de participação. Mas há ainda outra função a ser desempenhada: a qualificadora, com apelo à formação permanente, voltada para a

Conselho Municipal de Educação de Rio Verde - COMERV

APROVAÇÃO

Resolução n.º 008/03 de 05/06/03

[Assinatura]
Presidente



solidariedade, à igualdade e à diversidade” (Proposta Curricular para Educação de Jovens e Adultos. Brasília: MEC, 2002).

3 - OBJETIVOS GERAIS

- Qualificar o trabalhador do Município de Rio Verde – GO e adjacências, interessado no prosseguimento dos estudos, com carga horária presencial compatível com sua jornada de trabalho, a fim de atender o mercado emergente com profissionais mais qualificados.
- Possibilitar ao trabalhador, condições de continuar seus estudos, evitando a evasão escolar, pois a necessidade do aluno-trabalhador será prioridade.

4 - ESTRUTURA

O Projeto RioEJA – Ensino Fundamental – 1º Segmento, Bloco I (equivalente à 1ª e 2ª Séries) e Bloco II (equivalentes à 3ª e 4ª Séries), têm sua organização sobre a base de sistema de controle que permite cumprir e medir cada etapa, avaliar o trabalho, analisar e buscar soluções para as dificuldades surgidas durante o processo de aprendizagem.

As aulas do 1º Segmento (Bloco I e II) serão ministradas em dias alternados (segunda e quarta ou terça e quinta), com jornada mínima de 1h 30min diária (equivalentes a 2 aulas de 45min), perfazendo o total de 3 horas semanais, integralizando o total de 117 (cento e dezessete) horas letivas.

O aluno poderá ser transferido após cumprir toda jornada prevista para o Bloco I (equivalente a 1ª e 2ª séries) do Ensino Fundamental ou o Bloco II (equivalente a 3ª e 4ª série) do Ensino Fundamental, ocasião em que tem direito de receber o Certificado de Conclusão do 1º Segmento RioEJA (1ª a 4ª série) e de ingressar no 2º Segmento RioEJA.

Por se tratar de modalidade de ensino que visa o ritmo próprio de aprendizagem de cada aluno e, considerando, que os cursos são oferecidos após a jornada de trabalho, o horário não deve ultrapassar a três horas aulas diárias.

O 2º Segmento tem sua organização também dividida em dois blocos: Bloco I (equivalente à 5ª e 6ª Séries) e Bloco II (equivalente à 7ª e 8ª Séries).

Conselho Municipal de Educação de Rio Verde - COMERV
APROVAÇÃO
 Resolução n.º 008/03 de 05.06.03

 Presidente



4.1 - O ENSINO FUNDAMENTAL – 1º SEGMENTO

É distribuído em dois Blocos:

I - Bloco I – Alfabetização e Pós Alfabetização

Público alvo: semi-analfabetos e alfabetizados com pouco domínio de leitura e escrita.

Turma: vinte e cinco alunos/classe.

II - Bloco II - Multisseriada

Público alvo: alunos já alfabetizados que não concluíram a 4ª série do Ensino Fundamental.

Turma: vinte e cinco alunos/classe

4.1.1 - MATRÍCULA

I – A matrícula dos alunos será efetivada anualmente, no 1º Segmento, Bloco I ou II na Unidade Escolar onde funcionar a modalidade de ensino, de acordo com as vagas existentes, priorizando-se:

- a) os candidatos mais idosos;
- b) os pais de alunos ali matriculados.

II – São pré-requisitos estabelecidos para a matrícula:

- a) apresentar cópia da Certidão de Nascimento, acompanhada da original, para autenticação;
- b) ter idade mínima de 14 anos;
- c) para o Bloco II, a aprovação na etapa anterior;
- d) apresentar carteira de identidade, para os maiores de 16 anos;
- e) submeter-se a Teste de Nível, caso não possua comprovante de conclusão da etapa anterior, de acordo com o estabelecido no Regimento Escolar, responsável pela execução do Projeto.

Conselho Municipal de Educação de Rio Verde - COMERV

APPROVAÇÃO

Resolução n.º 008/03 de 05/06/03

[Assinatura]
Presidente



4.1.2 - CARACTERÍSTICAS DOS COMPORTAMENTOS DE ENTRADA E SAÍDA DOS BLOCOS

A classificação dos alunos por Blocos requer o preenchimento de Fichas com as características comportamentais dos candidatos, visando a uma sistemática de acompanhamento e tratamento metodológico adequado ao programa proposto.

I – Comportamento de entrada do Bloco I

- não lê;
- não escreve;
- reconhece símbolos/ sinais gráficos, isoladamente;
- expressa idéias;
- efetua operações matemáticas mentalmente;
- possui raciocínio rápido;
- reconhece valores monetários;
- reconhece e escreve o nome;
- lê e escreve palavras isoladas;
- reconhece numerais;
- reconhece medidas;
- possui noções de quantidade;
- possui noções espaciais;
- possui conhecimento de ciências físicas e biológicas;
- possui conhecimento de estrutura familiar e social.

II – Comportamento de saída do Bloco I

- associa os sons das palavras ao seu registro gráfico;
- distingue as sílabas das palavras e separa-as;

Conselho Municipal de Educação de Rio Verde - COMERV
APROVAÇÃO
 Resolução n.º 008/03 de 05/06/03

 Presidente



- identifica o número de sílabas das palavras;
- lê palavras, expressões e frases simples;
- organiza frases e escreve-as corretamente;
- escreve utilizando parágrafos;
- distingue masculinos, femininos, coletivos;
- distingue nomes no singular e plural;
- distingue pronomes pessoais;
- efetua as quatro operações;
- lê e escreve os numerais.

III – Comportamento de entrada do Bloco II

- constrói frases soltas ligadas pelo sentido;
- emprega verbos nas frases no passado, presente;
- realiza análise e síntese de textos;
- identifica e aplica regras gramaticais;
- identifica e emprega substantivos e pronomes;
- forma qualquer número com até quatro algarismos;
- lê e escreve esses números;
- realiza problemas envolvendo as operações básicas;
- reconhece medidas e simbologia;
- preenche cheques e recibos;
- calcula operações de multiplicação e divisão com dois ou mais dígitos.

IV – Comportamentos de saída do Bloco II

- domínio da leitura, manifestando compreensão da mesma, por meio da exposição oral de suas idéias principais ou resposta oral/escrita a perguntas que exijam a identificação de informações;

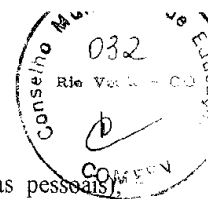
Conselho Municipal de Educação de Rio Verde - COMERV

APROVAÇÃO

Resolução n.º 008/03 de 05/06/03

[Assinatura]

Presidente



- produz mensagens escritas (cartas, bilhetes, relatos de experiências pessoais), separando e seqüenciando as idéias com uso de sinais de pontuação e de nexos gramaticais;
- realiza análises e síntese de texto, reportagens e palestras;
- realiza consultas bibliográficas;
- lê e escreve números naturais (até a ordem dos milhares);
- realiza cálculos (adição e subtração de quaisquer números naturais e multiplicação e divisão por números naturais com até dois algarismos);
- resolve problemas matemáticos simples, envolvendo identificação de dados numéricos, operações com números naturais e unidades de medidas usuais;
- identifica informações contidas em tabelas para comparação de preços de supermercado, por exemplo.

4.2 - O ENSINO FUNDAMENTAL - 2º SEGMENTO

Curso semipresencial, com possibilidade de alternância no período de funcionamento do curso, mesmo em caso de transferência para outra Unidade Escolar, de acordo com as necessidades e especificidades do grupo de alunos/ turma, desde que a escola de destino adote o Projeto RioEJA.

4.2.1 - MATRÍCULA

I – A matrícula dos alunos do 2º Segmento – RioEJA – será efetivada por disciplina, de acordo com a programação proposta pela Unidade Escolar, de acordo com o Requerimento assinado pelo aluno, no Bloco I (correspondente à 5ª e 6ª Séries) ou no Bloco II (correspondente à 7ª e 8ª Séries).

II – O aluno só poderá requerer sua matrícula no Bloco II após cursar todas as disciplinas do Bloco I, segundo a Matriz Curricular.

III – São pré-requisitos para a matrícula:

Conselho Municipal de Educação de Rio Verde - COMERV
APROVAÇÃO
 Resolução n.º 008/03 de 05/06/03

 Presidente



- a) cópia da Certidão de Nascimento ou Carteira de Identidade, acompanhada do original para autenticação;
- b) ter idade mínima de 14 anos;
- c) para o Bloco I, Certidão de Conclusão da 4ª Série do Ensino Fundamental, ou equivalente, de acordo com o Regimento Escolar;
- d) para o Bloco II, Histórico Escolar que comprove a conclusão do Bloco I (equivalente à 5ª e 6ª Séries do Ensino Fundamental), ou documento comprobatório, de acordo com o Regimento Escolar;
- e) apresentar Carteira de Identidade ou Título Eleitoral, se maior de 16 anos.

4.2.2 - ÁREA DE ABRANGÊNCIA

I - Oferta por disciplina

As disciplinas do Ensino Fundamental – Segundo Segmento de 5ª a 8ª séries (Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, Ciências, História, Inglês e Educação Artística) serão distribuídas em dois Blocos:

O aluno só poderá requerer sua transferência, após concluir o Bloco I (todas as disciplinas) ou após o término do Curso, final do Bloco II. Caso não conclua o Bloco I ou o Bloco II, não terá direito à certificação ou Histórico Escolar na Escola frequentada.

O aluno deverá cursar a Matriz Curricular, em anexo, distribuída em Ensino Acadêmico (aulas presenciais) e Ensino Acadêmico Extraclasse, com exercícios domiciliares.

Ao término do Curso, o aluno deverá receber o Histórico Escolar e o Certificado de Conclusão.

II - Ensino Acadêmico

O aluno deverá matricular-se, por disciplina, cursando uma disciplina por vez, no Bloco I e, até duas disciplinas por vez, no Bloco II, de acordo com a oferta pela Unidade Escolar e a avaliação do desempenho do aluno durante o Curso.

No Bloco I serão admitidos alunos que possuam documento comprobatório da 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental, ou que sejam aprovados em Teste de Nível, de acordo com o Regimento Escolar.

Conselho Municipal de Educação de Rio Verde - COMERV
APROVAÇÃO
 Resolução n.º 008/03 de 05/06/03

 Presidente



No Bloco II serão admitidos alunos que possuam documento comprobatório de conclusão até a 6ª série do Ensino Fundamental ou aprovados em Teste de Nível.

Caso o aluno tenha concluído a 5ª série, deverá cursar regularmente o Bloco I; e se concluída a 7ª série deverá cursar regularmente o Bloco II.

As aulas serão ministradas em dias alternados (segunda e quarta ou terça e quinta), com jornada de 1h 30min cada (equivalente a 2 aulas de 45min), perfazendo o total de 3 horas semanais, cursando apenas uma disciplina por vez no Bloco I, ou 6 horas semanais, cursando duas disciplinas concomitantemente, no Bloco II, integralizando o total mínimo de 117 (cento e dezessete) horas letivas.

Em caso de Bloco não concluído, em se tratando do 2º Segmento, que é de matrícula por disciplina, o aluno não poderá interromper seus estudos por mais de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de perder o direito de continuar no Projeto.

Excepcionalmente, caso o aluno não conclua até o final do ano letivo, as disciplinas planejadas no Horário Escolar, uma das disciplinas poderá ser oferecida em caráter irregular, desde que cumprida efetivamente a Carga Horária prevista, assim como o conteúdo programático necessário à continuidade dos estudos.

O aluno deverá participar de Projetos complementares, elaborados pelas Unidades Escolares, às sextas-feiras, abrangendo temas contemporâneos e necessários à formação do trabalhador no exercício da cidadania.

Durante a realização de estudos de disciplinas de determinado Bloco (I ou II) o aluno somente poderá transferir para Unidades Escolares que ofereçam o RioEJA.

III - Ensino Acadêmico Extraclasse

O aluno será conscientizado da necessidade da autodisciplina para a realização de estudos domiciliares que complementem o estudo acadêmico presencial. Caso haja dúvidas, o aluno poderá recorrer ao professor, em horário determinado a tal fim pelas Unidades Escolares.

Os professores terão disponibilidade de horário para atendimento extraclasse aos alunos, previamente determinado pelas Unidades Escolares, pois deverão cumprir um período de trabalho de 4h diárias, de acordo com a carga horária das disciplinas ministradas, inclusive às sextas-feiras.

Conselho Municipal de Educação de Rio Verde - COMEUV

APROVAÇÃO

Resolução n.º 008/03 de 05/06/03

L. B. Silva
Presidente



4.3 - AVALIAÇÃO PEDAGÓGICA

Várias são as estratégias utilizadas pelo Professor para promover o processo de auto-estima e auto-regulação da aprendizagem.

O aluno deverá ser informado sobre o programa da disciplina (o que vai aprender) e os meios utilizados para tal fim, inclusive as atividades domiciliares para que possa construir uma representação do produto final a atingir.

Os objetivos de cada atividade devem ser formulados de modo que possam ser entendidos pelos alunos que deverão estar preparados para participar da elaboração dos mesmos, visando o aprimoramento da aprendizagem.

O professor precisa planejar sistematicamente as ações a serem implementadas e passá-las, antecipadamente, para os alunos, principalmente para que possam representar mentalmente as ações que vão realizar, objetivando êxito na resolução das tarefas.

Para isso, ao planejar suas ações, o professor precisa combinar três elementos: os objetivos (ou finalidades), as ações e as condições de realização – necessários para o desenvolvimento dessas capacidades nos alunos.

A lógica de quem aprende é diferente da lógica da disciplina ou especialista. O aluno precisa construir uma representação da ação a ser executada, inclusive com as ações intermediárias necessárias ao sucesso do aluno. A capacidade de antecipar e planejar auxilia na superação das dificuldades.

Para que os alunos aprendam a auto-regular sua aprendizagem, é necessária uma estruturação didática facilitadora da seqüenciação das unidades de ensino, antecipada e negociada com os alunos.

Através da negociação com os alunos, construir o quadro que permite focalizar as dimensões primordiais da avaliação:

A dimensão social – fornecer informações sobre o desenvolvimento das capacidades e competências exigidas para a inserção no mercado de trabalho e que possibilitem maior participação na vida sócio-cultural.

A dimensão pedagógica – fornecer aos professores e alunos informações sobre como está ocorrendo a aprendizagem, sobre os conhecimentos prévios e os conhecimentos adquiridos. A partir dessas constatações será negociada a realização das revisões e reelaborações de conceitos e procedimentos ainda parcialmente consolidados.

Conselho Municipal de Educação de Rio Verde - COMER

APROVAÇÃO

Resolução n.º 008/03 de 05/06/03

[Assinatura]
Presidente



4.3.1 - Estratégias para avaliar as aprendizagens

Registro do contrato didático: negociações e acordos realizados entre professor e alunos, indicando objetivos a serem atingidos, conteúdos a serem estudados, tarefas a serem realizadas, responsabilidades a serem cumpridas.

Observação do professor: registro de fatos, acontecimentos, conversas e comentários.

Testes e provas: rotineiros; desafiadores; prova em grupo seguida de individual; testes relâmpagos; testes cumulativos.

Questões ou situações-problema: podem ser tradicionais; desafiadoras, abertas; elaboradas pelos alunos.

Atividades que exigem justificativas: justificativas escritas e orais, em questionários e entrevistas informais.

Mapas conceituais: para realizar diagnósticos; explorar e aprofundar conteúdos; orientar e sistematizar conhecimentos; verificar aprendizagens.

Atividades com linguagem escrita ou oral: memórias; diários; redação de cartas; poesias; crônicas; músicas e jogos; diálogos, textos de opinião.

Atividades de culminância de uma unidade didática: projetos; campeonatos; olimpíadas; seminários, exposições.

4.3.2 - Critérios de avaliação

O Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar define critérios de avaliação que explicitem as expectativas de aprendizagem, considerando objetivos e conteúdos propostos para a organização dos conteúdos e as possibilidades de aprendizagem decorrentes de cada etapa do desenvolvimento pessoal e social.

Os critérios de avaliação devem ser elaborados e compartilhados pela equipe escolar, considerando as aprendizagens essenciais e possíveis à maioria dos alunos submetidos às condições de aprendizagem propostas.

Ao final de cada disciplina cursada em cada Bloco, o aluno deverá ser submetido ao Exame Final de Avaliação, considerando-se as notas previstas no Regimento da Unidade Escolar.

Conselho Municipal de Educação de Rio Verde - COMERV

APROVAÇÃO

Resolução n.º 008/03 de 05/06/03

[Assinatura]
Presidente



4.4 - ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA AOS PROFESSORES E AOS ALUNOS

A orientação pedagógica será oferecida aos Professores e Coordenadores Pedagógicos das Unidades Escolares, focalizando dinâmicas adequadas à aprendizagem significativa, pelos professores coordenadores deste Projeto.

As Unidades Escolares que não possuem Coordenadoras Pedagógicas do Projeto serão acompanhadas pelas Coordenadoras do Projeto RioEJA.

Os professores deverão utilizar todos os recursos didáticos e tecnológicos disponíveis nas Unidades Escolares, com o objetivo de enriquecer o trabalho oferecido. Deverão ainda propor, através do planejamento de seu trabalho, atividades significativas que favoreçam a aprendizagem da clientela escolarizável.

4.5 - RECURSOS FINANCEIROS

I - A Prefeitura Municipal de Rio Verde – GO oferecerá a infra-estrutura necessária ao desenvolvimento do Projeto: estrutura física possível e pagamento de pessoal.

II - A Coordenação do Centro de Referência Pedagógica Municipal (CREPEM) deverá subsidiar pedagogicamente o ensino a ser ministrado.

III - Serão constituídas parcerias com empresas privadas locais para complementação de materiais pedagógicos necessários aos alunos, materiais de limpeza e/ou auxílio para a merenda escolar.

IV - Serão constituídas parcerias com Entidades Educacionais para a cessão de professores estagiários e complementação de espaço físico adequado ao desenvolvimento do Projeto.

5 - AVALIAÇÃO DO PROJETO

Por se tratar de um Projeto Piloto, ele deverá ser avaliado no decorrer do processo, possibilitando adequação necessária à qualidade do trabalho desenvolvido.

O Projeto será avaliado:

a) Quantitativamente, considerando:

Conselho Municipal de Educação de Rio Verde - COMERV
APROVAÇÃO
 Resolução n.º 008/03 de 05/06/03

 Presidente



- Análise dos indicadores de: matrícula, evasão, redução de taxa de analfabetismo, meta pretendida.

b) Qualitativamente, considerando:

- Resultados da avaliação do desempenho de aluno ao longo do curso (progressão/ conclusão);
- Adequação do material didático aplicado em sala de aula e nas atividades domiciliares;
- O trabalho pedagógico do professor: relação professor/ aluno e aluno/ aluno;
- Dinâmica de grupo/ relações interpessoais e grau de satisfação do aluno em relação às suas expectativas;
- Orientações didáticas inovadoras na prática docente;

c) Estratégias:

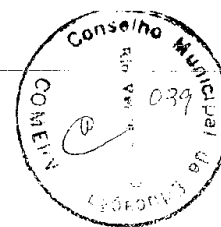
- Aplicação de instrumentos de avaliação dos alunos/ análise do resultado/ procedimentos adotados para aperfeiçoamento do Projeto.
- Acompanhamento da aplicação do material pedagógico pela equipe do CREPEM;
- Análise dos resultados obtidos pelo CREPEM;
- Gráficos de frequência e rendimento;
- Encontros semanais dos professores e coordenadores escolares, integrantes do Projeto;
- Visitas locais e orientação da prática docente (CREPEM);
- Avaliação interna e externa (aplicada pela SME).

Conselho Municipal de Educação de Rio Verde - COMERV

APROVAÇÃO

Resolução n.º 008/03 de 05/06/03


Presidente

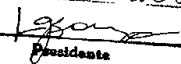


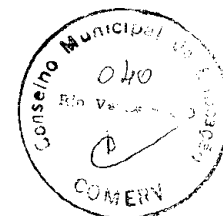
CONCLUSÃO

A Proposta vinculada neste documento objetiva à criação de novas possibilidades de trabalho com os alunos, jovens e adultos trabalhadores, não escolarizados, a fim de melhorar a qualidade de suas aprendizagens e ter seu sucesso condicionado a bons programas de desenvolvimento pessoal e profissional, acompanhados por professores competentes.

Espera-se o crescimento da frequência e a diminuição da evasão escolar para os alunos que atendam às características do Projeto.

Quaisquer contribuições para a melhoria do Projeto RioEJA será bem-vindo.

Conselho Municipal de Educação de Rio Verde - COMERV
APROVAÇÃO
Resolução n.º 002/03 de 05/06/03

Presidente



BIBLIOGRAFIA

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção leitura).

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Escola Cidadã**. São Paulo: Cortez, 1992.

LÜCK, Heloisa et al. **A escola participativa**. 5 ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

MEIRIEU, Philippe. **Aprender... sim, mas como?** 7 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

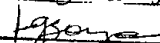
PICONEZ, Stela C. Bertholo. **Educação escolar de jovens e adultos**. Campinas, SP: Papyrus, 2002.

RIOS, Terezinha Azeredo. **Ética e competência**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

Conselho Municipal de Educação de Rio Verde - COMERV

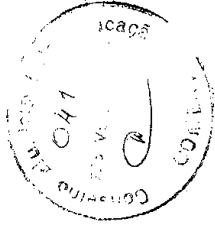
APROVAÇÃO

Resolução n.º 008/03 de 05.06.03


Presidente



MUNICÍPIO DE RIO VERDE - GO
SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SME
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA
PROJETO RIOEJA



MATRIZ CURRICULAR DO 1º SEGMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

| COMPONENTES CURRICULARES | | BLOCO I | BLOCO II |
|---------------------------|---|-------------------------|----------|
| BASE NACIONAL COMUM | Língua Portuguesa | ENSINO INTERDISCIPLINAR | |
| | Matemática | | |
| | Estudos da Sociedade e da Natureza | | |
| TEMAS TRANSVERSAIS | Ética, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Saúde, Orientação Sexual, Trânsito e Trabalho | | |
| CARGA HORÁRIA | | 117 h | 117 h |

OBSERVAÇÕES:

1. No 1º Segmento (Bloco I e Bloco II) do Ensino Fundamental será respeitado o ritmo próprio de aprendizagem do aluno.
2. A Educação Religiosa será trabalhada de forma interdisciplinar.

Conselho Municipal de Educação de Rio Verde - COMUNY

APROVAÇÃO

Resolução n.º 008/03 de 07/06/03

[Assinatura]
Presidente



MUNICÍPIO DE RIO VERDE - GO
SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SME
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA
PROJETO RIOEJA



MATRIZ CURRICULAR DO 2º SEGMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

| DISCIPLINAS | BLOCO I | | BLOCO II | | TOTAL | |
|---------------------------|------------|-------------|------------|-------------|---------------|--|
| | CH SEMANAL | CH TOTAL | CH SEMANAL | CH TOTAL | CARGA HORÁRIA | |
| <i>Língua Portuguesa</i> | 3h | 22h 30min | 3h | 22h 30min | 45h | |
| <i>Matemática</i> | 3h | 22h 30min | 3h | 22h 30min | 45h | |
| <i>Ciências</i> | 3h | 18h | 3h | 18h | 36h | |
| <i>História</i> | 3h | 18h | 3h | 18h | 36h | |
| <i>Geografia</i> | 3h | 18h | 3h | 18h | 36h | |
| <i>Educação Artística</i> | 3h | 9h | 3h | 9h | 18h | |
| <i>Inglês</i> | 3h | 9h | 3h | 9h | 18h | |
| TOTAL | 21h | 117h | 21 | 117h | 234h | |

- OBS :**
1. A matrícula será feita por disciplina de acordo com o Bloco (I e II) a ser cursado.
 2. A matrícula no Bloco II só será deferida após a conclusão, com êxito, de todas as disciplinas do Bloco I.
 3. O aluno poderá optar por matricular-se em duas disciplinas no Bloco II, de acordo com o oferecimento pela Unidade Escolar, desde que se preserve a qualidade de aprendizagem.
 4. Carga Horária presencial obrigatória: duas aulas semanais, geminadas (1h 30min), em dias alternados, perfazendo 3h semanais.
 5. Após a conclusão, com êxito, de todas as disciplinas (Bloco I e II) o aluno receberá o Certificado de Conclusão do Ensino Fundamental.

Coordenador de Ensino
COLÉGIO
008/03 05/06/03



COORDENAÇÃO GERAL

Profª Ms. Zelma Arantes Leão
Pedagogo Lindomar Barros dos Santos
Profª Rizzia de Castro Silva

CENTRO DE REFERÊNCIA PEDAGÓGICA MUNICIPAL (CREPEM)

COORDENADORES:

Elaine Cunha Cruvinel
Floripes Teixeira Cunha
Giselly de Oliveira Lima
João Batista da Costa Fernandes
Joventina Pereira Tannous
Marcela Kleckner Biagi
Maria Edileuza Costa Fagundes
Maria Natal Rodrigues de Freitas
Marlene de Oliveira Queiroz
Miguelana Aparecida Campos Álvares
Romilda Antônia da Silva Barros
Sebastiana Aparecida Moreira

PROJETO PILOTO DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL À DISTÂNCIA (PROPEMED)

Coord. Marlene de Oliveira Queiroz
Coord. Marcela Kleckner Biagi
Coord. Idelma de Fátima Pereira de Oliveira



1. APRESENTAÇÃO

O Prefeito Municipal de Rio Verde-GO., Paulo Roberto Cunha, há muito almejava sanar um problema educacional que afeta sobremaneira o desenvolvimento do Município: a baixa escolaridade da maioria dos cidadãos rio-verdenses que, por motivos variados, não puderam preparar-se convenientemente para enfrentar o grande desafio do mercado de trabalho emergente, provocado pela implementação do processo industrial. A baixa qualificação do trabalhador é a razão por que as empresas recém-instaladas importem mão-de-obra qualificada, contribuindo com a marginalização do cidadão rio-verdense e, conseqüentemente, a ampliação do número de desempregados. Comprometido com o desenvolvimento do Município, uma vez que a Secretaria Municipal de Educação, representada pela Secretária Lúcia Helena Alves Caetano, já oferece o Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA), propõe-se a realizar um trabalho, cuja base de sustentação operacional seja centrada no sistema de parceria entre o Município de Rio Verde, via Secretaria Municipal de Educação e Empresas Privadas locais, ampliando o número de atendimento de adultos neste Programa, inovando-o com uma proposta que atenda à qualificação dos adultos trabalhadores deste Município, carentes de atendimento específico, compatível com sua jornada rotativa de trabalho. O apoio das empresas no incentivo à participação do trabalhador é primordial para o sucesso deste Projeto.

Após colher subsídios necessários a sua elaboração, recorreu-se ao material divulgado pela Coordenação de Educação de Jovens e Adultos (COEJA); à Proposta Curricular para o Segundo Segmento do Ensino Fundamental – EJA (correspondente à etapa de 5ª a 8ª série); à Superintendência de Educação à Distância, da Secretaria de Estado da Educação, ao Núcleo Regional de Educação de Jovens e Adultos (NURED); e aos referenciais que estruturam o ENCCEJA – Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos; às sugestões coerentes com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) do Ensino Fundamental. Considerou-se também a especificidade da clientela que merece atenção em relação ao seu acolhimento pela equipe escolar, principalmente para estímulo no prosseguimento dos estudos e ao desafio de superar o cansaço provocado pelo cumprimento de jornada de trabalho.

O Projeto em questão estabelece critérios e parâmetros mínimos que orientam o trabalho dos professores para que favoreçam o desenvolvimento de competências e habilidades nos jovens e adultos, situando-os como participantes da sociedade com a

perspectiva de um futuro promissor.

Trata-se, portanto, de um Projeto Piloto de Educação de Jovens e Adultos Municipal, à Distância, por dois anos, implementado, executado e avaliado no processo, desenvolvido nas seguintes Unidades de Ensino:

- EMEF “NUZA MACHADO” – período Matutino;
- EMEF “FILADELFO JORGE DA SILVA” – período Noturno;
- EMEF “SELVA CAMPOS MONTEIRO” – período Noturno.



2. JUSTIFICATIVA

De acordo com o Censo 2000 divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as escolas de Ensino Fundamental do Município de Rio Verde-GO., já acolhiam 94,9% das crianças entre 7 e 14 anos. Pode-se dizer que é quase universal o atendimento para a faixa etária correspondente.

No entanto, por motivos variados, um alto contingente populacional jovem e adulto não possui a formação fundamental. Segundo o referido Censo, 31,2% da população brasileira com mais de 10 anos de idade tem apenas três anos de estudo. Isso significa que um terço dos brasileiros (mais de 50 milhões de pessoas) não concluíram nem a primeira parte do Ensino Fundamental.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Nº 9394/96, esses brasileiros têm o direito à complementação de seu processo de escolarização, inserindo-se na política global que visa a universalização da Educação Básica, sobretudo como um compromisso humano, social, econômico, cultural e ético do povo brasileiro.

Diversos projetos têm sido desenvolvidos no âmbito das políticas públicas para atender à demanda da EJA, inclusive como ação conjunta entre diferentes parceiros, incluindo organizações governamentais, não-governamentais, estados, municípios, empresas e até pessoas físicas, como afirma o Parágrafo Segundo, do artigo 37 da LDB.

A Secretaria Municipal de Educação elaborou esta proposta, com o objetivo de atender, progressivamente, à demanda do Ensino Fundamental, garantindo ao jovem e adulto trabalhador a oportunidade de ingresso, permanência, apoio e sucesso na escola, priorizando o desenvolvimento de um processo psicopedagógico que respeite o perfil cultural do aluno adulto, ensejando-lhe o aproveitamento da experiência humana adquirida, como manancial



insubstituível de construção da trajetória de auto-aprendizagem.

O Projeto RioEJA visa atender a jovens e adultos que trabalham em empresas estatais ou privadas, com uma jornada de trabalho intensiva que, muitas vezes, prevê alternância de horários de trabalho nos diferentes turnos de funcionamento.

Para tanto, propõe-se a realizar um trabalho, cuja base de sustentação operacional é centrada no sistema de parceria entre o Município de Rio Verde-GO (Secretaria Municipal de Educação) e Empresas locais.

Sabe-se que o mercado é altamente competitivo e para conquistar maior produtividade, é necessário que seus funcionários possuam uma qualificação para tal, e o Projeto RioEJA veio para garantir e assegurar essa tão almejada certificação.

Rio Verde já está inserida no processo de industrialização, exigindo, atualmente, trabalhadores com novo perfil, capazes de operar novas tecnologias e participar de novos processos organizativos. A formação desse novo perfil profissional, com competências e habilidades para enfrentar e resolver problemas práticos, tanto na vida pessoal como profissional, e que atenda aos interesses de empresas detentoras de programas de incentivo à qualificação profissional, emerge no contexto social, como alternativa para a formação do trabalhador necessário aos novos tempos.

Nesta perspectiva, o presente projeto faz parte de uma estratégia de envolvimento da empresa, junto ao Município, na oferta da escolaridade geradora da qualificação do profissional rio-verdense.

“Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos é necessário que a escola assuma a função reparadora de uma realidade injusta, que não deu oportunidade nem direito de escolarização a tantas pessoas. Ela deve também contemplar o aspecto equalizador, possibilitando novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços de estética e na abertura dos canais de participação. Mas há ainda outra função a ser desempenhada: a qualificadora, com apelo à formação permanente, voltada para a solidariedade, à igualdade e à diversidade” (Proposta Curricular para Educação de Jovens e Adultos. Brasília: MEC, 2002).

3. OBJETIVOS

- Qualificar o trabalhador do Município de Rio Verde – GO e adjacências, interessado no prosseguimento dos estudos, com carga horária presencial compatível com sua jornada de



trabalho, a fim de atender o mercado emergente com profissionais mais qualificados.

- Possibilitar ao trabalhador, condições de continuar seus estudos, evitando a evasão escolar, pois a necessidade do aluno-trabalhador será prioridade.

4. FORMAS DE ATENDIMENTO AO ALUNO

Curso semipresencial, com possibilidade de alternância no período de funcionamento do curso, de acordo com as necessidades e especificidades do grupo de alunos / turma.

5. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO CURSO

Oferta por disciplina

As disciplinas do Ensino Fundamental, de 5ª a 8ª séries (Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, Ciências, História, Inglês e Educação Artística) serão distribuídas em dois Blocos:

- Bloco I - equivalente à 5ª e 6ª séries.
- Bloco II - equivalente à 7ª e 8ª séries.

O aluno só poderá requerer sua transferência, após concluir o Bloco I (todas as disciplinas) ou após o término do Curso, final do Bloco II.

O aluno deverá cursar a Matriz Curricular, em anexo, distribuída em Ensino Acadêmico (aulas presenciais) e Ensino Acadêmico Extraclasse, com exercícios domiciliares.

Ensino Acadêmico

O aluno deverá matricular-se, por disciplina, preferencialmente, cursando uma disciplina por vez, no Bloco I e até duas disciplinas por vez, no Bloco II, de acordo com a oferta pela Unidade Escolar e a avaliação do desempenho do aluno durante o Curso.

As aulas serão ministradas em dias alternados (segunda e quarta ou terça e quinta), com jornada de 1h 30min cada (equivalente a 2 aulas de 45min), perfazendo o total de 3 horas semanais, caso opte por cursar apenas uma disciplina por vez, ou 6 horas semanais, caso opte por cursar duas disciplinas concomitantemente.

O aluno deverá participar de Projetos complementares, elaborados pelas Unidades



Escolares, às sextas-feiras, abrangendo temas contemporâneos e necessários à formação do trabalhador contemporâneo.

Ensino Acadêmico Extraclasse

O aluno será conscientizado da necessidade da autodisciplina para a realização de estudos domiciliares que complementem o estudo acadêmico presencial. Caso haja dúvidas, o aluno poderá recorrer ao professor, em horário determinado a tal fim pelas Unidades Escolares.

Os professores terão disponibilidade de horário para atendimento extraclasse aos alunos, previamente determinado pelas Unidades Escolares, pois deverão cumprir um período de trabalho de 4h diárias, de acordo com a carga horária das disciplinas ministradas, inclusive às sextas-feiras.

6. AVALIAÇÃO

Várias são as estratégias utilizadas pelo Professor para promover o processo de auto-estima e auto-regulação da aprendizagem.

O aluno deverá ser informado sobre o programa da disciplina (o que vai aprender) e os meios utilizados para tal fim, inclusive as atividades domiciliares para que possa construir uma representação do produto final a atingir.

Os objetivos de cada atividade devem ser formulados de modo que possam ser entendidos pelos alunos que deverão estar preparados para participar da elaboração dos mesmos, visando o aprimoramento da aprendizagem.

O professor precisa planejar sistematicamente as ações a serem implementadas e passá-las, antecipadamente, para os alunos, principalmente para que possam representar mentalmente as ações que vão realizar, objetivando êxito na resolução das tarefas.

Para isso, ao planejar suas ações, o professor precisa combinar três elementos: os objetivos (ou finalidades), as ações e as condições de realização – necessários para o desenvolvimento dessas capacidades nos alunos.

A lógica de quem aprende é diferente da lógica da disciplina ou especialista. O aluno precisa construir uma representação da ação a ser executada, inclusive com as ações



intermediárias necessárias ao sucesso do aluno. A capacidade de antecipar e planejar auxilia na superação das dificuldades.

Para que os alunos aprendam a auto-regular sua aprendizagem, é necessária uma estruturação didática facilitadora da seqüenciação das unidades de ensino, antecipada e negociada com os alunos.

Através da negociação com os alunos, construir o quadro que permite focalizar as dimensões primordiais da avaliação:

A dimensão social – fornecer informações sobre o desenvolvimento das capacidades e competências exigidas para a inserção no mercado de trabalho e que possibilitem maior participação na vida sócio-cultural.

A dimensão pedagógica – fornecer aos professores e alunos informações sobre como está ocorrendo a aprendizagem, sobre os conhecimentos prévios e os conhecimentos adquiridos. A partir dessas constatações será negociada a realização das revisões e reelaborações de conceitos e procedimentos ainda parcialmente consolidados.

Estratégias para avaliar as aprendizagens

Registro do contrato didático: negociações e acordos realizados entre professor e alunos, indicando objetivos a serem atingidos, conteúdos a serem estudados, tarefas a serem realizadas, responsabilidades a serem cumpridas.

Observação do professor: registro de fatos, acontecimentos, conversas e comentários.

Testes e provas: rotineiros; desafiadores; prova em grupo seguida de individual; testes relâmpagos; testes cumulativos.

Questões ou situações-problema: podem ser tradicionais, desafiadoras; abertas; elaboradas pelos alunos.

Atividades que exigem justificativas: justificativas escritas e orais, em questionários e entrevistas informais.

Mapas conceituais: para realizar diagnósticos; explorar e aprofundar conteúdos; orientar e sistematizar conhecimentos; verificar aprendizagens.

Atividades com linguagem escrita ou oral: memórias; diários; redação de cartas;

poesias; crônicas; músicas e jogos; diálogos.

Atividades de culminância de uma unidade didática: projetos, olimpíadas; seminários; exposições.



Critérios de avaliação

O Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar precisa definir critérios de avaliação que explicitem as expectativas de aprendizagem, considerando objetivos e conteúdos propostos para a organização dos conteúdos e as possibilidades de aprendizagem decorrentes de cada etapa do desenvolvimento pessoal e social.

Os critérios de avaliação devem ser elaborados e compartilhados pela equipe escolar, considerando as aprendizagens essenciais e possíveis à maioria dos alunos submetidos às condições de aprendizagem propostas.

Ao final de cada disciplina cursada em cada Bloco, o aluno deverá ser submetido ao Exame Final de Avaliação, considerando-se as notas previstas no Regimento Escolar.

7. ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA AOS PROFESSORES E AOS ALUNOS

A orientação pedagógica será oferecida aos Professores e Coordenadores Pedagógicos das Unidades Escolares, focalizando dinâmicas adequadas à aprendizagem significativa, pelos professores coordenadores deste Projeto.

As Unidades Escolares que não possuem Coordenadoras Pedagógicas do Projeto serão acompanhadas pela Coordenadora do Projeto RioEJA.

Os professores deverão utilizar todos os recursos didáticos e tecnológicos disponíveis nas Unidades Escolares, com o objetivo de enriquecer o trabalho oferecido. Deverão ainda propor, através do planejamento de seu trabalho, atividades significativas que favoreçam a aprendizagem da clientela escolarizável.

8. RECURSOS FINANCEIROS

- A Prefeitura Municipal de Rio Verde – GO oferecerá a infra-estrutura necessária ao desenvolvimento do Projeto: estrutura física e pagamento de pessoal.
- A Superintendência de Educação à Distância (SUED), através do NURED, deverão subsidiar pedagogicamente o ensino a ser ministrado.



- Serão constituídas parcerias com empresas privadas locais para complementação de materiais pedagógicos necessários aos alunos, materiais de limpeza e/ou auxílio para a merenda escolar

9. AVALIAÇÃO DO PROJETO

Por se tratar de um Projeto Piloto, ele deverá ser avaliado no decorrer do processo, possibilitando adequação necessária à qualidade do trabalho desenvolvido.

O Projeto será avaliado:

a) Quantitativamente, considerando:

- Análise dos indicadores de: matrícula, evasão, redução de taxa de analfabetismo, meta pretendida.

b) Qualitativamente, considerando:

- Resultados da avaliação do desempenho de aluno ao longo do curso (progressão/conclusão);
- Adequação do material didático aplicado em sala de aula e nas atividades domiciliares;
- O trabalho pedagógico do professor: relação professor/ aluno e aluno/ aluno;
- Dinâmica de grupo/ relações interpessoais e grau de satisfação do aluno em relação às suas expectativas;
- Orientações didáticas inovadoras na prática docente;

c) Estratégias:

- Aplicação de instrumentos de avaliação dos alunos/ análise do resultado/ procedimentos adotados para aperfeiçoamento do Projeto.
- Acompanhamento da aplicação do material pedagógico pela equipe do PROPEMED; PROPEMESP
- Análise dos resultados obtidos pelo CREPEM;
- Gráficos de frequência e rendimento;

ANEXO 2 - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS/AS

PESQUISA PARA O MESTRADO

Este questionário é anônimo, confidencial e surge com o intuito de conhecer o perfil dos alunos do RIOEJA.

Dados de identificação sobre todos os alunos do ano de 2008.

Nome

Sexo

Idade

Estado civil

Naturalidade

Endereço

Profissão desempregado nunca trabalhou

Renda familiar.

Até um salário mínimo;

De um a três salários mínimos;

Outros

Tipo de moradia

Própria aluguel cedida Financiada outros

ANEXO 3 – ROTEIRO E TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS COM OS/AS ALUNOS/AS

Alunos trabalhadores do RioEja

- Sexo:
- Idade:
- Cor
- Até que série estudou:
- Renda:
- Cidade onde morou:
- Profissão dos Pais:
- Como foi sua infância:
- Quando começou a estudar:
- Já fez outros cursos de informática, inglês ?
- Onde trabalha atualmente na empresa comigo.
- Porque escolheu esse trabalho:
- O local de trabalho estimula vc a estudar proporcionando alguma facilidade, progressão.
- Como ficou sabendo do projeto RioEja?
- Porque veio fazer o Rio Eja:
- Você tem dificuldade com alguma disciplina:
- Estar fazendo o curso já lhe trouxe algum benefício:
- Quais as dificuldade que você enfrenta para fazer o curso:
- Você acha que fazendo o curso vai estar mais preparado pró mercado de trabalho:
- Você pensa em continuar estudando:
- O que pensa em fazer quando terminar o curso.
- Você tem acesso a computador: o

Roteiro das entrevistas

Alunos trabalhadores do RIO EJA

Nome – E1

- Sexo; feminino idade; 32 anos como declara sua cor / raça; morena estado civil; casada
- casa própria? Sim cedida pelo governo
- Até que ano já tinha estudado. Até a 6ª série
- Renda pessoal e familiar Só um salário
- Cidades onde morou; Santo Antonio da Barra Go
- Bairro onde mora Dom Miguel
- Profissão dos pais Marceneiro minha mãe doméstica
- Escolaridade dos pais Muito pouco só ela estudou até a 3ª série
- Como foi sua Infância: condições materiais, escolares, de amizade, familiares

Minha infância não foi muito boa não porque com oito anos eu já tive que trabalhar mais meus irmãos que meu pai faleceu fui trabalhar na roça trabalhava durante o dia e a noite eu estudava. Agente panhava algodão, milho, capinava aí depois casei com 17 anos saí da escola com 15 anos. As minhas amizades eram boas eu tive muitas amigas e agente fazia muita amizades na roça porque viam pessoas de outras cidades para trabalhar e agente fazia muitas amizades.

- Quando começou a estudar

Com sete anos eu já estudava

- Já fez outros cursos de idiomas, informática, etc....?
- Não
- Quando começou a trabalhar

Com 8 anos de idade

- Onde trabalha atualmente

Hoje eu trabalho de doméstica lá na vila Bailão . Trabaio para um promotor e uma promotora.

- Por que você escolheu este trabalho

Há assim eu não tenho estudo pra poder arrumar um serviço melhor aí agora se Deus quiser termino meus estudos aí eu arrumo um serviço melhor.

- O local de trabalho estimula você a estudar, proporcionando alguma facilidade, oferecendo horários, oferecendo progressão na carreira, etc.?

Não, eu termino o meu serviço mais cedo posso vir.

- Como ficou sabendo do projeto Rio EJA

Eu moro aqui perto aí sempre passando aqui pela escola eu fiquei sabendo aí eu resolvi fazer a matrícula e estudar

- Porque veio fazer o RIO EJA

Há porque trabalhar de doméstica não é um serviço muito fácil agente agüenta muita humilhação, aí eu pensei não posso viver toda vida desse jeito tenho que tomar uma providência, eu falei vou voltar a estudar terminar meus estudos pra eu poder arrumar um serviço melhor.

- Estar fazendo O curso já lhe trouxe algum benefício em seu trabalho?

NÃO, ainda não

- Você está gostando do curso? Por que?

Tô, há é difícil mais eu tô gostando porque vai me ajudar muito né.

- Quais são as dificuldades que você encontra para fazer o curso?

E na escola, você tem dificuldades com alguma matéria, com algum professor, com algum conteúdo? Por que?

Não, inclusive meu marido me traís.

Porque eu passei muito tempo fora da escola e o curso que eu tô fazendo agora também é uma coisa assim muito rápida e você tem de aprender se não aprende. Tenho dificuldade na matemática e eu ainda reprovei tô fazendo de novo. Adoro todos os professores.

- Você acha que fazendo este curso estará mais capacitado / a para o mercado de trabalho? Porque?

Há, eu acho que tô porque você aprende mais aí fica mais fácil arrumar um emprego.

- Você pensa em continuar estudando? O que você pensa fazer depois que terminar este curso?

Penso, se Deus quiser quero terminar o 3º ano eu quero fazer uns cursos porque faculdade eu não penso em fazer. Faculdade é muito caro e eu já tenho uma filha né. Aí eu tenho que providenciar pra ela também né pra nós duas não dá.

- Você tem acesso a computador? Não

Roteiro das entrevistas

Alunos trabalhadores do RIO EJA

Nome- E2

Sexo; Masculino idade; 30 anos como declara sua cor / raça; Pardo estado civil; solteiro casa própria? Não

- Até que ano já tinha estudado. Parei de estudar em 89 e 98 retornei fiquei seis meses estudando parei e voltei agora.
- Renda pessoal e a familiar dois salários
- Cidades onde morou; Antes de morar em Rio Verde eu morei e nasci em Paranaiguara Go e morei em Riverlândia Go.Vim Para Rio Verde o ano Passado.
- Bairro onde mora Girassol
- Profissão dos pais Meu pai era pescador e do campo e minha mãe dona de casa. Meu pai é falecido minha mãe mora em Paranaiguara
- Escolaridade dos pais Não estudou, minha mãe hoje estuda mas não desempenha como deveria não, não ta conseguindo ela ta aprendendo a fazer algumas letras mas...
- Como foi sua Infância: condições materiais, escolares, de amizade, familiares.
Meu pai morreu e minha mãe ficou com 8 filhos sendo que o mais velho tinha 15 anos e o mais novo 3 anos de idade aí minha mãe sofreu muito para cuidar da gente. E aí todo mundo teve que trabaia muito cedo eu comecei a trabalhar com 8 anos em oficina de funilaria e pintura as nossos condições era muito difícil.Foi um ônibus que atropelou meu pai aí minha mãe recebeu uma pequena idenização aí minha mãe comprou uma casinha pôde cuidar da gente mas dinheiro não tinha faltava.
- Quando começou a estudar estudei até a 6ª serie com 11 anos de idade eu parei.

Eu gostava da escola sempre fui muito bem na escola só que quando eu comecei a trabalhar dificultou um pouco, porque aí acho que era muita coisa para minha cabeça trabalhava e estudava, aí eu tive que deixar a escola ou o trabalho eu tava dando crise convulsiva o médico pediu para minha mãe tirar eu do serviço mas eu preferi deixar a escola. Eu tinha alguns poucos amigos que eram meus vizinhos. Entrei na escola com 6 anos de idade fiquei 19 anos fora não conto os meses que eu estudei em 98.

- Já fez outros cursos de idiomas, informática, etc....?

Na minha área profissional sim de colorimetria, pintura automotiva, consultor técnico. Informática eu não fiz mas me dou muito bem com o computador.

- Quando começou a trabalhar
- Com 8 anos de idade
- Onde trabalha atualmente

Na concessionária Marco moto entro as 8 horas sai as 6 horas mas as vezes quando tem que entregar algum veículo tem que estender até mais tarde.

- Por que você escolheu este trabalho

Porque na época o meu irmão trabalhava nessa área aí a partir do momento que eu comecei a trabalhar eu gostei também e to até hoje

- O local de trabalho estimula você a estudar, proporcionando alguma facilidade, oferecendo horários, oferecendo progressão na carreira, etc.?

Hoje sim eu descobri que tem cursos superiores na minha área de serviço curso de engenharia automobilística mexe com a parte da estrutura do carro não com a parte mecânica na parte mecânica não me dou muito mais na parte da funilaria.

No emprego que eu estou atualmente por ser uma empresa grande disponibiliza de curso ferramentas dentro do trabalho.

O ensino na escola eu tenho que correr atrás.

- Como ficou sabendo do projeto Rio EJA

Olha eu juntamente com minha irmã tenho uma vizinha lá ela me informou e aí eu procurei e comecei sendo que desde quando eu vim pra aqui eu estava com intuito de estudar.

- Porque veio fazer o RIO EJA

Porque é a escola mais próxima porque eu descobri esse curso superior e eu quero me formar.

- Estar fazendo O curso já lhe trouxe algum benefício em seu trabalho?
- Não!
- Você está gostando do curso? Por que?

Estou gostando é apertado uma correria tem dia que agente chega atrasado sempre mas ta bom.

- Quais são as dificuldades que você encontra para fazer o curso?

Horário e as vezes tempo prá fazer atividades as vezes aperta um pouco

E na escola, você tem dificuldades com alguma matéria, com algum professor, com algum conteúdo? Por que?

Não tem nenhuma matéria que eu tenho muita dificuldade, mas eu não me dou muito bem é com história ciência eu acho que não faz muito parte do que eu quero gosto de matemática mesmo pro que eu quero seguir. Me dou bem com todos os professores.

Você acha que fazendo este curso estará mais capacitado / para o mercado de trabalho? Porque?

Com certeza, hoje estamos num país que exige muito, tem emprego pra todo mundo, mas não tem é profissional capacitado e qualificação ta faltando é uma educação correta das pessoas e s pessoas falta é escolaridade, agora vai depender mais de mim do que da escola.

Você pensa em continuar estudando?

Penso!

O que você pensa fazer depois que terminar este curso?

Minha meta é estudar bastante e fazer um curso superior de engenharia automobilística. Se os governantes investisse em educação muito antes para as crianças estudarem não taria sofrendo igual agente tá agora porque eu vejo muitos colegas que voltou a estudar e tem muita dificuldade sendo que quando agente é criança a mente é mais aberta não tem que preocupar com trabalho com nada então tem mais facilidade para aprender depende dos governantes para melhorar isso.

- Você tem acesso a computador?

Não!

Roteiro das entrevistas

Alunos trabalhadores do RIO EJA

Nome- E3

- Sexo; feminino idade; 21 anos como declara sua cor / raça; morena estado civil; solteira
- Casa própria? Sim- cedida pelo governo
- Até que ano já tinha estudado.
- Parei na 7ª série
- Renda pessoal e a familiar Eu e minha mãe quatrocentos reais o meu pai eu não sei.
- Cidades onde morou; Só em Rio Verde
- Bairro onde mora: Dom Miguel
- Profissão dos pais lavrador minha mãe trabalhava na escola de monitora
- Escolaridade dos pais Meu pai não estudou minha mãe fez a eja
- Como foi sua Infância: condições materiais, escolares, de amizade, familiares. Estudei no colégio Abel, não me lembro muito b.em
- Quando começou a estudar Não lembro faz tanto tempo
- Já fez outros cursos de idiomas, informática, etc....?

Eu estava fazendo curso de inglês e informática mais a sala tava muito cheia não tem computador pra todo mundo, aí eu parei.

- Quando começou a trabalhar

Agora esse ano

- Onde trabalha atualmente
- Na Creche
- Por que você escolheu este trabalho

Porque eu vinha substituindo e continuei

- O local de trabalho estimula você a estudar, proporcionando alguma facilidade, oferecendo horários, oferecendo progressão na carreira, etc.?

A coordenadora falou para mim olha eu vou te colocar aqui , mas você

Tem que voltar pra escola eu disse não tudo bem eu volto.

- Como ficou sabendo do projeto Rio EJA

- Eu tinha feito eu parei, eu voltei por causa do serviço.
- Porque veio fazer o RIO EJA

Causa do meu eu serviço

- Estar fazendo O curso já lhe trouxe algum benefício em seu trabalho?

Trouxe lá tem que estuda

- Você está gostando do curso? Por que?

É bom, agente precisa do curso tudo que agente vai fazer precisa do estudo.

- Quais são as dificuldades que você encontra para fazer o curso? Eu comecei e parei, agora eu aze até o fim

E na escola, você tem dificuldades com alguma matéria, com algum professor, com algum conteúdo? Por que?

Matemática, os professores é legal não tem o que reclamar

- Você acha que fazendo este curso estará mais capacitado / a para o mercado de trabalho? Porque?

Creio que sim, agente faz o curso, agente aprende mais, exige no serviço

- Você pensa em continuar estudando?O que você pensa fazer depois tem que terminar este curso?

Se eu passar né penso

- Você tem acesso a computador? não

Roteiro das entrevistas

Alunos trabalhadores do RIO EJA

Nome- E4

- Sexo; masculino idade; 39 anos anos como declara sua cor / raça; moreno

- estado civil; solteiro – mora com alguém

- casa própria? Sim (pois as mãos pro céu)

- Até que ano já tinha estudado.

- Até a 5ª série

- Renda pessoal e a familiar.

Em torno de mil e quinhentos reais quando tem serviço

- Cidades onde morou;

Só morei em minas

- Bairro onde mora- vila Amália

- Profissão dos pais

Meu pai era vaqueiro minha mãe do lar

- Escolaridade dos pais
- Não estudou
- Como foi sua Infância: condições materiais, escolares, de amizade, familiares

Quase não tive infância mais era trabalho era muito pobre tinha que todo mundo trabalhar meu pai ganhava pouco. Agente somos sete irmãos todo mundo tinha que trabalhar

- Quando começou a estudar

07 anos

- Já fez outros cursos de idiomas, informática, etc....?

Não,

- Quando começou a trabalhar

- Desde criança na roça

- Onde trabalha atualmente

Eu trabalho por conta própria

- Por que você escolheu este trabalho

Agente não tinha estudo comecei a trabalhar de servente e depois virei pedreiro.

- O local de trabalho estimula você a estudar, proporcionando alguma facilidade, oferecendo horários, oferecendo progressão na carreira, etc.? Trabalho por conta própria.

- Como ficou sabendo do projeto Rio EJA
- Porque veio fazer o RIO EJA
Porque é só duas vezes na semana
- Estar fazendo O curso já lhe trouxe algum benefício em seu trabalho?
Ainda não
- Você está gostando do curso? Por que?
To mais eu tenho muita dificuldade no português
- Quais são as dificuldades que você encontra para fazer o curso?
E na escola, você tem dificuldades com alguma matéria, portugues
com algum professor, com algum conteúdo? Por que?
Horário as vezes tem que trabaia até mais tarde,Não.
- Você acha que fazendo este curso estará mais capacitado / a para o mercado de trabalho? Sim Porque?
Eu quero mudar de serviço pra um serviço mais leve
- O que você pensa fazer depois que terminar este curso?
Quero terminar o 3° ano
- Você pensa em um curso superior?
Não.
- Você tem acesso a computador? Não

Roteiro das entrevistas

Alunos trabalhadores do RIO EJA

Nome – E5

- Sexo; Feminino idade;38anos como declara sua cor / raça; parda estado civil; hoje separada judicialmente
- Casa própria? sim-cedida pelo governo
Moro numa casa cedida pelo governo

- Até que ano já tinha estudado.
Eu parei na 7ª série
- Renda pessoal e a familiar.
Ao todo não chega a 550 reais
Cidades onde morou; toda a vida aqui
bairro onde mora Aqui agora no céu azul
- Profissão dos pais Meu pai é motorista mas eu não tenho contato com ele, minha mãe do lar.
- Escolaridade dos pais Minha mãe é analfabeta.
- Como foi sua Infância: condições materiais, escolares, de amizade, familiares
Lembro da minha primeira professora de vez em quando encontro com ela. A escola era bem diferente de hoje. Hoje em dia só só não aprende quem não quer. eu como se diz não posso reclamar muito não, pois toda vida eu estudei na escola publica então era até melhor as condições do que hoje.
- Quando começou a estudar: 6 anos
- Com seis anos parei fiquei 20 anos sem estuda.
 - O marido não deixava estudar não deixava trabaia eu parei minha vida, por imposição do marido né eu tive que deixar de estudar de trabalhar para cuidar da casa e do marido ,logo que casamos eu tive o primeiro filho. Ele não deixava tanto é que eu voltei a estudar depois que eu separei dele ele dizia que não precisava de estudo pra que eu ia estudar.
- Já fez outros cursos de idiomas, informática, etc....?
Agora eu entrei no curso to fazendo informática, administração, To aproveitando.

- Quando começou a trabalhar: desde criança, mas emprego tem uns 3 anos atrás

- Onde trabalha atualmente

Na Perdigão . É cansativo eu entro as 4:30 da manhã e saio as 15 par as duas da tarde, eu chego em casa 15 par as três descanso um pouco né e vem prá escola o dia que não tem escola tenho curso, não durmo muito não descanso, porque acabo que no fim agente não tem tempo porque tem que cuidar da casa.

- Por que você escolheu este trabalho

Porque não tenho muito estudo. Hoje em dia se você não tiver o mínimo o ensino médio você não consegue emprego porque eu tentei uma chance em outro emprego que eu tava tinha capacidade pra trabalhar não tinha o estudo suficiente, serve pa fazer o serviço mas não serve pa ocupar o cargo.

- O local de trabalho estimula você a estudar, proporcionando alguma facilidade, oferecendo horários, oferecendo progressão na carreira, etc.? não

- Como ficou sabendo do projeto Rio EJA

Esse projeto na verdade eu não sabia eu vim transferida de outra escola, pela proximidade da minha casa.

Porque veio fazer o RIO EJA

Pela proximidade da minha casa.

- Estar fazendo O curso já lhe trouxe algum benefício em seu trabalho?

Eu tenho a satisfação de poder aprender

Você está gostando do curso? Por que?

- To, muito devido a facilidade de vir pra escola, o horário 02 vezes na semana, também por isso.

- Quais são as dificuldades que você encontra para fazer o curso?

E na escola, você tem dificuldades com alguma matéria, com algum professor, com algum conteúdo? Por que?

O cansaço quando chega no última aula agente ta com vontade de dormir mesmo,não tenho dificuldade em nenhuma matéria eu prefiro português mat, prefiro matérias que eu aprendo e não decora geografia mesmo eu não gosto inglês não to gostando

- Você acha que fazendo este curso estará mais capacitado / para o mercado de trabalho? Porque

É porque hoje em dia eles exige muito é o diploma não tão somando pelo que você sabe fazer o importante é o diploma.No meu emprego anterior era assim eu fui contratada como auxiliar geral só que é aquele auxiliar geral que faz tudo falta um vendedor aí vai fazer o serviço dele mas não ganha ,falta um auxiliar de crédito você vai pra aquele lugar tampar aquele buraco mas vc não vai ganhar por isso, aí quando surge a vaga você pede a vaga ai vc não pode fazer porque não tem estudo. Isso foi bom que me estimulou, porque você se sente incapaz eu me sentia incapaz mesmo sabendo que eu tinha capacidade de exercer aquela função e até melhor do que aquela pessoa que estava julgando mais preparada mas eu me sentia incapaz porque eu não tinha como provar que eu podia fazer aquilo, porque na verdade hoje vale é o que está escrito no papel não vale a sua capacidade a sua inteligência.

- Você pensa em continuar estudando?O que você pensa fazer depois que terminar este curso?Terminar o ensino médio depois se eu tiver possibilidade sim.

- Você tem acesso a computador? Não tenho computador em casa eu comecei agora na mega net.

Roteiro das entrevistas

Alunos trabalhadores do RIO EJA

Nome – E 6

- Sexo; Masculino: Masculino

- Idade: 29
- Cor: branca
- Estado civil:casado
- Casa própria: não - cedida

Até que série estudou:.5ª série

- Renda pessoal e a familiar. Menos de 2 salários
- Profissão dos pais: braçal – trabalhava na roça
- Escolaridade dos pais:pouca

• Como foi sua Infância: Minha infância não foi muito boa não, logo que começou a estudar começou a trabalhar na roça com meu pai, era pequeno. Infância boa é que até certa idade não tem que trabalhar, nós desde que entende por gente é trabalhando na roça direto. Estudei até a quinta série, tinha bastante amigos, depois que eu mudei pra cá fiz a 6ª e 7ª série e não terminei. O meu pai mais a minha mãe não tava aqui eu mesmo tinha que trabalhar pra mim comer, as duas coisas não dava, o horário do meu serviço não dava, pagava aluguel, tive que abandonar, porque tinha que trabalhar. fiquei doze anos sem estudar. Um dos dois eu tive que escolher ou eu comia ou eu estudava, eu escolhi comer.

- Quando começou a estudar 10 anos
- Quando começou a trabalhar: eu era criança
- Já fez outros cursos de idiomas, informática, não
- Onde trabalha atualmente: numa firma aqui perto

- Por que você escolheu este trabalho: e o que eu sei fazer

- O local de trabalho estimula você a estudar, proporcionando alguma facilidade, oferecendo horários, oferecendo progressão na carreira, etc não.

- Como ficou sabendo do projeto Rio EJA: a minha mulher me falou

- Estar fazendo O curso já lhe trouxe algum benefício em seu trabalho? Ainda não.
 - Quais são as dificuldades que você encontra para fazer o curso? Tem hora que o serviço esquenta a cabeça da gente demais, uma cansera, chega em casa tem que tomar banho e vir pra escolar.

- Você acha que fazendo este curso estará mais capacitado / a para o mercado de trabalho? sim Por que. Eu creio que sim, eu tenho conhecimento de muitos colegas arruma serviço mas por causa do grau de escolaridade não exerce a função, serviço e gente pra trabalhar tem muito tem muito mas tem que ter um pouco de capacitação. Dependendo da hora se você não teve capacitação você não tem capacidade de exercer nenhuma função.

- Você pensa em continuar estudando? penso em terminar o curso

- O que você pensa fazer depois que terminar este curso? Não sei
 - Você tem acesso a computador? Não

Roteiro entrevistas

Nome E 7

- Sexo: Masculino
- Idade: 30 anos
- Cor morena
- Até que série estudou: 8ª série: Eu morava em Acreúna, estudei até a 8ª série, parei pra trabaia na roça de algodão e milho. Agora estou na peleza com 12 anos já estava na roça, tinha que rala, ia na escola a noite e dormia, tinha que prepara o caldeirão de bóia e pegar o caminhão as 2:30 da manhã.
- Renda: renda pessoal e familiar- menos de 2 salários
- Cidade onde morou: Acreúna, Jataí.
- Profissão dos Pais: Operador de maquinas e doméstica
- Como foi sua infância: Eu morava em Acreúna, estudei até a 8ª série, parei pra trabaia na roça de algodão e milho. Agora estou na peleza com 12 anos já estava na roça, tinha que rala, ia na escola a noite e dormia, tinha que prepara o caldeirão de bóia e pegar o caminhão as 2:30 da manhã.
- Quando começou a estudar: 8 anos
- Já fez ouros cursos de informática, inglês ? Não
- Onde trabalha atualmente na empresa comigo. De auxiliar de cozinha

- Porque escolheu esse trabalho: Porque meus estudos não dá prá um emprego melhor
- O local de trabalho estimula vc a estudar proporcionando alguma facilidade,progressão.fala que tem que estuda, mas ainda não recebi nenhuma promoção.
- Como ficou sabendo do projeto RioEja? Eu fiquei sabendo através de uma tia minha que também parou de estudar.
- Porque veio fazer o Rio Eja: agente sente falta do estudo no trabalho, agente vai vendo as pessoas mais velha se esforçando..
- Você tem dificuldade com alguma disciplina: português
- Estar fazendo o curso já lhe trouxe algum beneficio: Ainda não
- Quais as dificuldade que você enfrenta para fazer o curso: O horário do do meu serviço, tem dia que eu saio da escola direto pro serviço.
- Você acha que fazendo o curso vai estar mais preparado pró mercado de trabalho: com certeza
- Você pensa em continuar estudando: quero terminar o ensino médio
- O que pensa em fazer quando terminar o curso.Arrumar um emprego melhor
- Você tem acesso a computador: não

**ANEXO 4 – ROTEIRO E TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS COM
COORDENADORAS**

Entrevista com a (s) coordenadora (s) e outras pessoas que participaram da criação do projeto.

- Quando surgiu o projeto Rioeja?
- Qual o material utilizado no projeto.
- Quem coordenou anteriormente.
- O projeto é uma parceira da perdigão com a prefeita.
- Quando termina o projeto?
- Como funciona o projeto.
- Há muita desistência.
- Qual o numero de alunos.
- Quantos são da Perdigão.
- Como foi no inicio do projeto.
- Quais são as maiores dificuldade em relação ao projeto.
- Porque o projeto vai terminar em dezembro.
- Quem paga os salários dos funcionários.
- Em relação a evasão.
- O município toma as próprias decisões em relação ao projeto.
- Quem fornece a merenda para os alunos do Rioeja
- Qual o índice de analfabetismo em Rio verde.
- Qual o perfil dos alunos do RIO EJA
- A carga horária do projeto é compatível com a jornada de trabalho do aluno, sendo a carga horária compatível os alunos estão sempre presentes nas aulas.

Entrevista com a (s) coordenadora (s) e outras pessoas que participaram da criação do projeto.

Entrevista 1

1- Quando surgiu o projeto Rioeja?

Há quatro anos.

- 2- Qual o material utilizado no projeto.
O material da Eja adaptado
- 3- Quem coordenou anteriormente.
Professora Zelma Leão, hoje ela está aposentada.
- 4- O projeto é uma parceira da perdigão com a prefeita.
No início a perdigão ajudou um pouco dando o lanche mas agora a prefeitura assumiu.
- 5- Quando termina o projeto?
Em dezembro de 2008.
- 6- Como funciona o projeto.
È semi presencial, 02 vezes a semana.
- 7- Há muita desistência.
Desistência maior quando era no matutino, muito sono dos alunos e problemas como: trabalho e família.
- 8- Qual o numero de alunos.
Última estatística 300 alunos.
- 9- Quantos são da Perdigão.
Menos de 50 alunos.
- 10-Como foi no inicio do projeto.
A perdigão procurou a secretaria da educação falando do interrese em escolarizar seus trabalhadores a prefeitura montou o projeto Rioeja baseado em um projeto do Rio grande do Sul, no início a perdigão montou um posto de matricula na empresa, houve grande divulgação do projeto.
- 11-Quais são as maiores dificuldade em relação ao projeto.

Carga horária a maior dificuldade dos alunos por não funcionar todos os dias os alunos são menos interessados do que os alunos da EJA regular.

Alunos muitos anos afastados da escola

12 - Porque o projeto vai terminar em dezembro.

O Mec não financia semi-presencial

13- Quem paga os salários dos funcionários.

A prefeitura.

14- Em relação a evasão.

É grande tanto no Rioeja quanto na eja.

15- O município toma as próprias decisões em relação ao projeto.

Sim, o município tem o conselho de educação e resoluções próprias subordinada a lei maior.

16- Quem fornece a merenda para os alunos do Rioeja

Hoje, o município fornece a merenda, mas, no início a prefeitura havia se comprometido de fornecer.

17- Qual o índice de analfabetismo em Rio verde.

Outros lugares são maiores, em Rio Verde 11% de analfabetos, são de outros Estados, cidades, não de Rio Verde!.

Fale um pouco sobre o projeto RIO EJA

- De acordo com o projeto RIO EJA o seu objetivo é qualificar o trabalhador para o mercado de trabalho, o projeto tem conseguido.

- De acordo com o projeto RIO EJA, Rio verde está inserido no processo de industrialização exigindo atualmente trabalhadores com novo perfil, capazes de operar com novas tecnologias e participar de novos processos organizativos o aluno e aluna do RIO EJA tem esse perfil.

- Qual o perfil dos alunos do RIO EJA

- A carga horária do projeto é compatível com a jornada de trabalho do aluno, sendo a carga horária compatível os alunos estão sempre presentes nas aulas.

Entrevista 2º

1 - Como era o projeto no início;

A princípio foi criado para atender principalmente funcionários da Perdigão, só que ele foi ampliando e abrindo para outras empresas e a procura foi também se estendendo e passou a atender vários alunos de todas as empresas- alunos trabalhadores.

2-Como funciona o projeto

O projeto funciona assim: O aluno vai na escola duas vezes por semana, funciona em bloco que é o bloco I 5ª e 6ª série bloco II e o bloco III 7ª e 8ª série. O Aluno vai na escola duas vezes na semana, faz de uma até duas disciplina por vez terminando a carga horária das disciplinas esse passa para a próxima matéria, se ele por ventura não conseguir atingir a média ou se reprovou por falta ele faz a matéria novamente, tem a oportunidade de estar fazendo a matéria novamente em outra turma, ou outro horário que não choque com o horário dele.

3-Qual o critério para entrar no projeto;

O principal critério, como o projeto foi criado para os alunos que trabalham o principal critério e que sejam trabalhadores acima de 18 anos.

4- Desde o inicio ele foi criado para atender alunos trabalhadores.

Desde o início ele foi criado para atender alunos trabalhadores, então, geralmente as pessoas que procuram o projeto foi porque ficou muitos anos fora da escola e perdeu muito tempo, alunos mais velhos. A idade para ingressar no projeto e de 18 mas temos alunos com 30 40 anos. Alunos mais velhos que precisam concluir os estudos.

5-Foi feito uma avaliação do projeto;

Sempre que temos algum problema nos reunimos para discuti

6- Há possibilidade do projeto continuar.

Não, os alunos querem mas ele termina em dezembro,

7- de acordo com o projeto RioEja o seu objetivo é qualificar para o mercado de trabalho: A escola tem conseguido;

Os alunos que freqüentam o RioEja são alunos que tem muita dificuldade,. Em leitura e escrita, eles consegue empregos mais simples .Eu penso que eles não estão preparados para esse mercado de trabalho.